

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Augustinópolis

Bacharel em Direito





UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

Reitor da Unitins

Augusto de Rezende Campos

Vice-Reitora da Unitins

Darlene Teixeira Castro

Pró-Reitor de Graduação

Fred Newton da Silva Souza

Pró-Reitora de Extensão

Kyldes Batista Vicente

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Ana Flavia Gouveia de Faria

Diretora De Ensino

Elizabeth Maria Lopes Toledo

Diretora de Administração Acadêmica

Leomara Maurício Lustosa

Coordenador Pedagógico Geral

Caio Monteiro Melo

Diretora do Campus

Gisele Leite Padilha

Coordenadora do Curso

Sarah Coelho Lima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES.....	9
1.1 Identificação da Instituição.....	9
1.1.1 Identificação do Campus	10
1.2 Histórico Institucional.....	10
1.3 Missão da Instituição:	14
1.4 Princípios e valores:	14
1.5 Base Legal da IES.....	15
2. CONTEXTO DA REGIÃO.....	15
2.1 Área de influência:	16
3. CONTEXTO DO CÂMPUS DE AUGUSTINÓPOLIS	17
4. CENÁRIO SOCIOECONÔMICO	18
4.1 Cenário da Infraestrutura.....	19
4.2 Cenário da Saúde.....	19
4.3 Cenário Educacional.....	20
4.4 Empreendedorismo e Inovação.....	21
5. CONTEXTO DO CURSO.....	22
5.1 Identificação do Curso Proposto.....	22
5.2 Legislação de Referência	24
5.2.1 Fundamentação Legal: comum a todos os cursos superiores.....	24
5.2.2 Fundamentação legal curso de Direito	25
5.3 Condição de Oferta.....	26
5.4 Forma de Acesso ao Curso	26
5.5 Regime Acadêmico.....	27
5.6 Prazo para integralizar a Matriz Curricular	27
5.7 Titulação Obtida.....	27
5.8 Justificativa	28
5.9 Objetivos Do Curso.....	32
5.9.1 Geral.....	32
5.9.2 Específicos	33
6. Informações relacionadas ao quantitativo do corpo docente:	34

6.1	Relação de Convênios vigentes com outras instituições	34
6.2	Perfil do Egresso	34
6.3	Competências e Habilidades a serem adquiridas.....	36
6.4	Diferenciais Competitivos do curso.....	37
6.5	Políticas Institucionais e sua correlação com o curso.....	38
7.	Organização Curricular	38
7.1	Estrutura Curricular.....	39
7.2	Eixos de Formação.....	42
7.3	Ensino a Distância	45
7.4	Conteúdos Curriculares	49
7.4.1	A Integralização da Carga Horária Total do Curso:	49
7.4.2	Quadro Equivalências de disciplinas	50
7.5	Curricularização da Extensão	50
7.6	Cooperação e Internacionalização Universitária.....	52
7.7	Matriz Curricular	53
7.7.1	Ementário e bibliografia do curso	57
8.	PROPOSTA PEDAGÓGICA	126
8.1	Metodologia de Ensino	127
8.2	Coerência do Currículo com a Proposta Pedagógica	128
9.	ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO GERAL.....	129
9.1	Estágio Curricular Supervisionado.....	129
9.1.1	Estágio Supervisionado Curricular (Obrigatório).....	130
9.1.2	Estágio Supervisionado Não Obrigatório	133
9.1.3	Trabalho de Conclusão de Curso	134
9.2	Atividades Complementares.....	135
9.3	Programas ou projetos de pesquisa (iniciação científica).....	136
9.4	Programas ou projetos de Extensão.....	137
10.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	138
10.1	Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem	139
10.2	Sistema de autoavaliação do curso	140
10.3	Avaliações oficiais do curso.....	141
10.4	Comissão Permanente de Avaliação CPA	143
10.5	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.....	144
11.	CORPO DISCENTE.....	145

11.1	Atenção aos discentes:.....	145
11.1.1	Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro.....	147
11.1.2	Inclusão e Cidadania	149
11.1.3	Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH).....	149
11.1.4	Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional – NAPE.....	151
11.1.5	Estímulos à Permanência (Programa de Nivelamento e	153
11.1.6	Apoio Psicossocial e Educacional	154
11.1.7	Assistência Prioritária	155
11.1.8	Promoção e Prevenção	155
11.1.9	Organização Estudantil (Espaço para Participação e.....	156
11.2	Ouvidoria	156
11.3	Acompanhamento de egressos	156
11.4	Registros acadêmicos	158
11.5	Acesso dos alunos a TIC's	158
11.6	Organização estudantil	159
11.6.1	DCE – Diretório Central dos Estudantes	160
11.6.2	DA – Diretório Acadêmico	160
11.6.3	CA – Centro Acadêmico	160
12.	GESTÃO DO CURSO	161
12.1	Quadro de docentes	161
12.2	Titulação do Corpo docente.....	162
12.3	Composição e Funcionamento do Núcleo Docente Estruturante –	162
12.4	Composição e Funcionamento Colegiado de Curso.....	164
13.	INFRAESTRUTURA.....	164
13.1	Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso	164
13.1.1	Estrutura Geral do Campus de Augustinópolis.....	164
13.1.2	Instalações Físicas	165
13.1.3	Equipamentos	166
13.1.4	Biblioteca	167
13.1.5	Equipe Técnico-Administrativa	170
13.1.6	Secretaria Acadêmica	170
13.1.7	Registros Acadêmicos.....	170
13.1.8	Organização do Controle Acadêmico	170
13.1.9	Laboratório de Informática	171

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	172
ANEXO I – TABELA DE EQUIVALÊNCIA	173

APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de graduação em Direito da Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS, câmpus de Augustinópolis.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Direito da Unitins é um documento desenvolvido pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante do curso e tem como finalidade mapear e ajustar a estrutura do curso ao perfil do egresso, atualizar e promover atividades que modernizem a qualidade profissional, cultural e social do aluno. Reproduz a organização do curso, viabilizando o trabalho de formação educacional e profissional. Nesse sentido, apresenta um ordenamento didático-pedagógico do funcionamento amplo do curso, envolvendo os recursos humanos, tecnológicos, bibliográficos e de estrutura física, como também as possibilidades das práticas educacionais, que se encontram harmonizados para promover o ensino ministrado nas disciplinas, nas atividades complementares e nas demais.

Atividades propostas para o curso.

O Projeto Pedagógico do Curso é baseado no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional da Unitins e estabelece as orientações para a obtenção de padrões de qualidade na formação do bacharel em Direito. Tem por finalidade o aperfeiçoamento significativo da política e da prática universitária, observando a questão da qualidade do ensino, nas suas dimensões política, social, técnica e ética, como também, o processo educativo voltado para a formação do aluno com competência técnico-científica e compromisso social.

Este documento é um instrumento de reflexão e aprimoramento sobre as práticas do curso e está baseado nas Diretrizes Curriculares constantes na RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. E o Decreto nº5.972 de 30/07/2019, de reconhecimento do Curso, publicado do D.O.E nº 5.408 de 30/07/2019. O que se pretende é definir planos de ação direcionados para a vida acadêmica em toda sua plenitude.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 53, estabelece que as Instituições de Educação Superior exerçam sua autonomia no

tocante à elaboração do projeto pedagógico dos cursos ofertados, em que deverá ser fixada a proposta curricular, observadas as diretrizes gerais pertinentes. Essa nova concepção contribui decisivamente para o objetivo de formação de pessoas aptas à adaptabilidade, na medida em que permite maior margem de experimentação para as instituições mais inovadoras. É exatamente neste contexto de flexibilização e inovação sugeridas pela LDB que se apresenta à sociedade brasileira o mais recente Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito da Universidade Estadual do Tocantins, Campus de Augustinópolis, credenciado pelo decreto nº 5.102, de 21/08/2014 D.O.E. nº 4.197 de 21/08/2014.

O projeto surgiu a partir da necessidade de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas, impostas pelas constantes alterações verificadas no mundo contemporâneo e de reflexões coletivas dos colegiados do curso, preocupadas com o avanço do ensino das Ciências Sociais Aplicadas.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1 Identificação da Instituição

A Lei Estadual Nº 2.829, de 16 de março de 2014, foi criada na estrutura operacional da Unitins os Câmpus universitários dos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis/TO.

A partir desta Lei, a Unitins iniciou um novo período de investimento na expansão de novos cursos, cujo objetivo é atender as demandas da população dos municípios de Augustinópolis e Araguatins situados na região do Bico do Papagaio, ampliando assim, o acesso ao ensino superior, promovendo e viabilizando oportunidades e desenvolvimento cultural, e econômico das regiões abrangidas.

Nesse sentido, a IES por meio da criação e instalação dos Câmpus assumiu o compromisso de ofertar uma educação pública de qualidade, referenciada no ensino, pesquisa e extensão, contribuindo assim, com o desenvolvimento cultural, social, econômico local e regional, nos três municípios considerados centros econômicos e populacionais estrategicamente localizados e com condições ideais para ampliar por meio da Unitins, a difusão da educação superior.

O Campus de Augustinópolis foi credenciado pelo CEE/TO – DECRETO Nº 5.110, DE 21/08/2014 D.O.E. Nº 4.197 DE 21/08/2014. Neste Câmpus foi autorizado a oferta dos cursos de Bacharelados em Ciências Contábeis, Direito e Enfermagem, criados pela RESOLUÇÃO CONSELHO CURADOR/N.003/2014, e as vagas foram criadas pela RESOLUÇÃO CONSELHO CURADOR/N.006/2014; cuja a Estrutura Física está no PPC.

A administração do Campus é realizada pela Direção, constituída pelo Diretor; Coordenadores de cursos, Assessor Pedagógico; Professor Coordenador de Estágios; Assessor de Biblioteca; Assessor de Secretaria Acadêmica; Colegiados e NDE dos cursos de graduação; Servidores Docentes, Técnicos e Assistentes Administrativos; Auxiliares de Serviços Gerais além das estruturas complementares/suplementares, caso necessário.

Nesse sentido, a organização administrativa e didático-científica dos Câmpus Universitários, estará dotada de servidores docentes, equipe pedagógica e técnicos administrativos, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

Para o funcionamento dos cursos presenciais no Câmpus de Augustinópolis a Unitins oferece um espaço que está localizado no seguinte endereço: Rua Planalto, nº 601, Centro, CEP: 77.960-000. Augustinópolis -TO.

DADOS DA MANTENEDORA				
Razão Social:	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS – UNITINS			
CNPJ:	01.637.536/0001-85			
Categoria Administrativa:	Pessoa Jurídica de Direito Público Estadual			
Endereço:	QUADRA - 108 SUL ALAMEDA 11 - LOTE -03			
	Bairro: Centro	Cidade: Palmas	UF:TO	CEP: 77.020-122
Telefone(s):	(63) 3218-2941			
e-mail:	reitoria@unitins.br			
Pagina (site):	www.unitins.br			
Norma de Criação:	Lei nº 3.124, de 14 /07/2016.			
Redenciamento:	Decreto nº.4.898, de 27/09/2013, publicado no Diário Oficial Nº3.971, de 30/09/2013.			
REPRESENTANTE LEGAL				
Nome:	Augusto de Rezende Campos			
CPF	793 465 701- 30			
RG:	016.504 (2ª Via) /SSP/TO			
Telefone:	(63) 32182940 Fax: (63) 32182942			
e-mail	reitoria@unitins.br			

1.1.1 Identificação do Campus

O funcionamento dos cursos presenciais do campus da Unitins em Augustinópolis tem sede na Rua Planalto, nº 601, Centro, CEP: 77.960-000. Augustinópolis -TO.

1.2 Histórico Institucional

A Universidade Estadual do Tocantins – Unitins tem uma trajetória de 29 anos, criada em 1990, por meio do Decreto Estadual nº 252, de 21 de fevereiro de 1990, período que coincide com a própria implantação do Estado do Tocantins,

sendo autorizada a funcionar em dezembro daquele mesmo ano por meio do Decreto Estadual nº 2.021/90. Foi instituída na perspectiva de integrar o projeto de emancipação da antiga região do norte goiano, tendo sido organizada num modelo multicampi.

Em outubro de 1991, através da Lei 326/91 a Unitins foi transformada em Autarquia, passando a integrar o Sistema Estadual de Ensino. E, fruto de intenso processo de expansão de sua estrutura, no ano de 1992, inúmeros cursos e núcleos foram criados nos municípios de Araguaína, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Miracema e Palmas.

Em novembro de 1996, a sua natureza autárquica foi extinta pela Lei 872/96, e, no mesmo ano, pela Lei 874/96, de novembro de 1996, foi autorizada a criação da então Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, capital do Estado.

Para um melhor atendimento da população do Estado, a Unitins se articulou para implantação de centros de extensão nos municípios de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, incorporando as faculdades de Araguaína e Porto Nacional e, com o tempo, estabeleceu, em seu sistema *multicampi*, os Centros Universitários de Arraias, Araguaína, Colinas, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraíso, Palmas, Tocantinópolis e Porto Nacional, destacando-se como instituição de ensino superior no âmbito regional. Em 2000, a Unitins iniciou novo processo de adequação com a criação da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT. Novamente foi necessário alterar legalmente a estrutura da Unitins, e assim foi editada a Lei 1.160/2000, de 21 de junho de 2000.

Com a transferência de parte de seu patrimônio à UFT, além de seus alunos e cursos regulares, a Unitins assumiu uma nova realidade acadêmica e física. Para tanto, com o Decreto 1.672/2002, em 27 de dezembro de 2002.

No período de 2001 a 2002, a Instituição ofertou cursos tele presenciais de Licenciaturas em Letras, Matemática, História, Ciências Contábeis, Normal Superior e Pedagogia, visando a atender a formação de aproximadamente 12.000 professores das redes estadual e municipais de ensino.

Em 2003, a Unitins estruturou o Núcleo Tocantinense de Arqueologia – Nuta e, no mesmo período, o Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento. Neste mesmo ano inseriu

o Núcleo Estadual de Meteorologia e Recursos Hídricos - NEMET-RH da Unitins no Programa do MCT de Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento de Tempo, Clima e Recursos Hídricos – PMTCRH uma parceria com o estado do Tocantins. No ano seguinte, foi inaugurado o Complexo de Ciências Agrárias – CCA por meio de um acordo de cooperação entre a Secretaria Estadual da Agricultura e a Unitins, visando à cooperação mútua para coordenar a pesquisa agropecuária do Estado do Tocantins e atividades afins.

Em 2004, a Unitins assumiu também a função de Organização Estadual de Pesquisa Agropecuária – OEPA, por meio da Lei n. 1.478/2004, de 25 de junho de 2004, com o objetivo de desenvolver pesquisa agropecuária, gerar tecnologias e inovações que propiciassem soluções competitivas para o desenvolvimento rural e territorial sustentável do Tocantins, em benefício da sociedade.

Ainda em 2004, ocorreu o processo de credenciamento e autorização de funcionamento da Instituição na modalidade a distância pela Portaria MEC nº 2.145, publicada no Diário Oficial da União nº 138, de 20 de julho de 2004. O curso Normal Superior, em funcionamento, passaria a ser oferecido nacionalmente.

Em 2005, foi autorizada a oferta dos cursos de Administração e Ciências Contábeis, abrangendo 17 Estados e o Distrito Federal. No período de 2005/2, foi implantado o curso sequencial em nível superior de Fundamentos e Práticas Judiciárias, somente no Estado do Tocantins, a fim de qualificar os serventuários da Justiça e outros interessados na área de conhecimento.

Em 2006, foram oferecidas mais vagas para os cursos de Administração e Ciências Contábeis e implantados dois outros cursos, Pedagogia e Serviço Social, ampliando-se para 25 unidades federativas e o Distrito Federal.

Em 2007, além da continuidade dos cursos mencionados, foram implantadas as licenciaturas em Letras e Matemática e o curso tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, novo processo seletivo para o curso de Pedagogia e, por meio da condução de parcerias interinstitucionais, iniciaram-se novas turmas para os cursos de Ciências Contábeis, Administração e Serviço Social.

No segundo semestre de 2007, por meio de edital, foram ofertadas oitenta vagas para os cursos presenciais e gratuitos de Tecnologia em Mineração e Tecnologia em Agronegócio, focados na vocação do Estado. A Unitins, desde 2007, executa Programas de Mitigação e Compensação de Impactos Ambientais na área de influência do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito. Dentre os programas

ambientais desenvolvidos pela Unitins destacam-se os Programas de Educação Ambiental, Avaliação da Qualidade da Água, Hidrossedimentológico, Educação Patrimonial e Resgate Arqueológico. Os trabalhos de Capacitação e Formação desenvolvidos por esses Programas envolveram diretamente 40 mil pessoas entre estudantes, professores, gestores públicos, lideranças comunitárias e cidadãos engajados dos 12 municípios da área de influência do AHE Estreito, localizados nos Estados do Tocantins e Maranhão.

No período de 2008 a 2009, o MEC desautorizou a oferta de novos cursos e abertura de novas vagas para os cursos em andamento na modalidade EaD. Assim, a comunidade acadêmica se mobilizou junto à sociedade civil para traçar novos caminhos para a Universidade por meio de novos cursos presenciais. Ainda, em 2009 foi instituída a Comissão Multilateral de Estudos Destinados à Reformulação e Reestruturação da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins.

Em 2010, com o suporte da Comissão Multilateral composta por membros de órgãos do Estado (Unitins, Tribunal de Contas, Procuradoria Geral, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Gabinete do Governador e Assembleia Legislativa), a Instituição foi autorizada a ofertar cursos presenciais. Os conselhos (Consepe e Consuni) foram rearticulados, os regimentos institucionais foram revisados, novas políticas e planos de ação das pró-reitorias foram realinhadas. O plano de Empregos, Carreiras e Salários da Fundação Universidade do Tocantins – Lei nº 2.317 – foi aprovado pela Assembleia Legislativa Estadual, de 30 de março de 2010, e publicado no Diário Oficial nº 3.107, de 31 de março de 2010.

Por aprovação unânime nas instâncias do Consepe, do Consuni e do Conselho Curador (Resolução nº 003/2010/Conselho Curador), concretizou-se o primeiro concurso vestibular em julho de 2010 para os cursos presenciais em Engenharia Agrônoma, Direito, Sistemas de Informação e Serviço Social.

Ainda em 2010, a Unitins foi credenciada junto ao Sistema UAB por meio da Portaria MEC nº 837/2010, de 24 de junho de 2010, para oferta dos cursos de licenciaturas em Letras e Pedagogia, a partir de 2011.

Nesse mesmo ano, ações, como o Programa de Correção de Fluxo e o Projeto de Reingresso, foram implementadas para finalização dos oito cursos de graduação na modalidade EaD Associados (Administração, Ciências Contábeis, Fundamentos e Práticas Jurídicas, Letras Português- Espanhol, Matemática, Pedagogia, Serviço Social, Tecnologia e Análise de Sistemas).

Em 2014, por meio da Lei Estadual 2.829, de 27 de março, foram criados na estrutura operacional da Fundação Universidade do Tocantins – Unitins, nos câmpus universitários dos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis.

Diante dessa realidade, foi que o Governo do Estado do Tocantins efetivou interesse em criar as condições técnicas, financeiras e jurídicas necessárias à transformação da Fundação Universidade do Tocantins-Unitins em autarquia. Mas, para que essa realidade se concretizasse foram necessários muitas reivindicações e movimentos para tornar esse sonho realidade. Esses movimentos foram positivos, pois essa realidade se concretizou.

Em 2016, por meio da Lei Estadual nº 3.124/2016, publicada no D.O.E. Nº 4.662, em 14/07/2016, a Fundação é novamente transformada em autarquia estadual de regime especial, passando a ser denominada Universidade Estadual do Tocantins – Unitins. Outras mudanças decorrem desta lei, dentre elas a eleição para reitor e vice-reitor, a partir de 2020, com mandato de três anos, e a reserva de 50% das vagas na Universidade para alunos provenientes da rede pública. Destaca-se que, neste mesmo ano, no dia 18 de maio, foi inaugurado o Câmpus Graciosa, marcando uma nova fase de reorganização da Universidade.

1.3 Missão da Instituição:

Promover o ensino, a pesquisa e a extensão com qualidade e inovação, a fim de contribuir para a formação profissional e cidadã, priorizando o desenvolvimento social, econômico, cultural, político e sustentável do Estado do Tocantins.

1.4 Princípios e valores:

A UNITINS pauta-se sobre os principais pilares conceituais da responsabilidade social: Respeito aos diversos sujeitos envolvidos (colaboradores internos, acadêmicos, fornecedores e parceiros institucionais), responsabilidade ambiental e cooperação para a minimização dos impactos sociais trazidos pela atividade humana.

Sob o olhar da ética, a universidade vem oferecendo uma educação de qualidade, voltada para o avanço da ciência e da tecnologia, que carrega especial

destaque no aspecto inclusivo da modalidade presencial e a distância permitindo assim, a todo cidadão a oportunidade de uma graduação.

Valores da instituição:

- Ética
- Transparência
- Democracia participativa
- Comprometimento e envolvimento
- Integração social
- Inovação
- Respeito à dignidade humana
- Sustentabilidade ambiental

1.5 Base Legal da IES

A Universidade Estadual do Tocantins, criada através da Lei nº 3.124, de 14/07/2016 e Recredenciada pelo Decreto nº.4.898, de 27/09/2013, publicado no Diário Oficial nº 3.971, de 30/09/2013, Com base no princípio e na função social, a Unitins procura sistematizar suas diretrizes e desenvolver suas ações de acordo com: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988, Art.207); com o Plano Nacional de Educação Lei Nº 13.005/2014 e com seu estatuto entre outras.

2. CONTEXTO DA REGIÃO

A Região do Bico do Papagaio, onde se localiza a cidade sede do Campus de Augustinópolis da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, fica ao extremo Norte do Estado com acesso privilegiado aos Estados do Pará e Maranhão. A localização geográfica, ao que se refere à fauna e flora, é de transição entre o cerrado e a Amazônia, o que confere diversidade e riqueza à natureza da região. A cidade é ainda a terceira maior cidade da região do Bico do Papagaio.

A cidade exerce forte influência na região devido ao seu centro comercial, e por ser considerada a maior força política da região do Bico do Papagaio, destaca-se ainda por ser referência em serviços de saúde pública e privada. O Produto Interno Bruto (PIB) da cidade segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é composto principalmente da Prestação de Serviços, seguido

Agropecuário e por último da Indústria. Na área da educação, a cidade conta com 19 instituições de ensino fundamental, 14 com serviços de pré-escola, 2 de ensino médio, e também é sede da instituição de ensino superior Faculdade do Bico do Papagaio (FABIC) e do campus da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), a o que vem caracterizando a cidade como um polo universitário.

Quantos às atividades econômicas mais predominantes na região, destacam-se as relacionadas ao comércio, a administração pública e aos serviços, sendo essas áreas responsáveis por 72% dos empregos gerados. Sobre o setor de agricultura, é destaque a criação de aves e bovino, e o cultivo principalmente de mandioca, milho e arroz (OLIVEIRA; PIFFER, 2016).

Devido a representação social, cultural e econômica da cidade o curso de Graduação em Direito da Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS, torna-se de suma relevância para o crescimento e identidade da região; pois é uma das instituições pública que oferece o curso de Direito na região do Bico do Papagaio.

O egresso do curso de Graduação em Direito da Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS, estará preparado para se inserir no contexto profissional da região do Bico do Papagaio e região circunvizinha.

2.1 Área de influência:

A UNITINS Câmpus de Augustinópolis desempenham um papel estratégico para o crescimento socioeconômico brasileiro. Ela exerce um papel relevante na democratização do conhecimento, levando aos pequenos municípios e regiões carentes a oportunidade de realizar os sonhos de pessoas que moram longe das capitais ou dos grandes centros de cursarem uma graduação atendendo municípios como a Região do Bico do Papagaio no Estado do Tocantins compreende, atualmente, 24 municípios com uma população estimada num total de 191.094 hab. (IBGE, 2010).

Os municípios que compõe a referida região são: Araguatins, Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Augustinópolis, Axiá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis.

A cidade de Augustinópolis tem população estimada em 18.089 hab. em 2017 e possui densidade demográfica estimada em 40,38 hab/km² em uma área territorial de 394.976 km², Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,670 (IBGE, 2010). A pirâmide etária da cidade, de 2010, mostra a predominância de pessoas com faixa etária infantil, o que se infere pela alta taxa de natalidade, e pessoas na idade adulto jovem. Idosos (pessoas com 60 ou mais anos), ainda são em número reduzido, o que é reflexo da baixa expectativa de vida da região

3. CONTEXTO DO CÂMPUS DE AUGUSTINÓPOLIS

DADOS DO CAMPUS			
CAMPUS:	CAMPUS DE AUGUSTINÓPOLIS		
Endereço:	Localização: Rua Planalto, nº 601, Centro, CEP: 77.960-000. Augustinópolis -TO.	Cidade/UF Augustinópolis/TO	CEP: 77.960-000
	Telefone(s): 63 3456 1811		
DIRETORA			
Nome:	SARAH COELHO LIMA		
CPF	013 413 221 - 14	RG: 419 852 SSP TO	
Telefone:	(63)	Email: sarah.cl@unitins.br	
CURSOS PROPOSTO PARA O CAMPUS DE AUGUSTINÓPOLIS			
CURSOS PROPOSTO	⇒ Enfermagem ⇒ Ciências Contábeis ⇒ Direito		

Com o advento da Lei Estadual Nº 2.829, de 16 de março de 2014, foi criada na estrutura operacional da Unitins os Câmpus universitários dos municípios de Araguatins, Augustinópolis e Dianópolis/TO.

Desta forma, a Unitins iniciou um novo período, que compreendeu um momento importante de consolidação com uma etapa de investimentos e expansão de novos cursos, cujo o objetivo foi beneficiar a população dos municípios de Augustinópolis e Araguatins situados na região do Bico do Papagaio, e de Dianópolis, situado no Sudeste do estado. Ampliou-se assim, o acesso ao ensino superior, promovendo e viabilizando oportunidades e desenvolvimento cultural e econômico das regiões abrangidas.

Nesse sentido, a IES por meio da criação e instalação dos Câmpus assumiu o compromisso de ofertar uma educação pública de qualidade contribuindo assim, com o desenvolvimento cultural, social, econômico local e regional, nos três

municípios considerados centros econômicos e populacionais estrategicamente localizados e com condição ideais para ampliar por meio da Unitins, a difusão do ensino superior.

O Campus de Augustinópolis foi credenciado pelo CEE/TO – DECRETO Nº 5.110, DE 21/08/2014 D.O.E. Nº 4.197 DE 21/08/2014. Neste Câmpus foi autorizado a oferta dos cursos de Bacharelados em Ciências Contábeis, Direito e Enfermagem, criados pela RESOLUÇÃO CONSELHO CURADOR/N.003/2014, e as vagas foram criadas pela RESOLUÇÃO CONSELHO CURADOR/N.006/2014 e reconhecido pelo período de três anos, consta no parecer Nº 109/2019 do CEE-TO e Decreto Governamental nº 5973, de 30 de julho de 2019.

A administração do Câmpus é realizada pela Direção, constituída pelo Diretor; Coordenadores de cursos, Assessor Pedagógico; Assessor de Estágios; Assessor de Biblioteca; Assessor de Secretaria Acadêmica; Colegiados dos cursos de graduação; Servidores Docentes, Técnicos e Assistentes Administrativos; Auxiliares de Serviços Gerais além das estruturas complementares/suplementares, caso necessário.

Os Câmpus Universitários poderão ter Órgãos Auxiliares, submetendo a proposta de sua criação à consideração do Conselho Universitário.

Nesse sentido, a organização administrativa e didático-científica dos Câmpus Universitários, estará dotado de servidores docentes e técnicos administrativos, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

4. CENÁRIO SOCIOECONÔMICO

De acordo com o IBGE, 49% da população do Estado se concentra em apenas dez cidades, a maior parte delas nas regiões central e norte do Tocantins. Mais de 80% dos municípios do Estado - 116 - têm menos de 10 mil habitantes e 55% - 76 municípios - têm menos que 5 mil habitantes (IBGE 2010).

O Tocantins possui o 4º melhor Produto Interno Bruto (PIB) da região Norte do País e ocupa o 24º lugar no ranking nacional. Já com relação à taxa de crescimento anual, o Estado ocupa o primeiro lugar do ranking.

De acordo com a última pesquisa divulgada pelo IBGE, o Tocantins cresceu 69,8% no ranking das vendas do comércio varejista entre os anos de 2007 e 2010, duas vezes acima da média nacional que foi de 32,5% na análise por estado da

Pesquisa Anual do Comércio.

A universidade Estadual do Tocantins - Unitins está inserida em uma das economias mais promissoras da região norte, utilizando desta forma esse cenário para formar gestores como agentes de transformação.

Neste cenário Augustinópolis é a terceira maior cidade na microrregião do Bico do Papagaio, exercendo forte influência regional como centro comercial, maior força política da região do Bico do Papagaio, e referência em serviços de saúde pública e privada. O PIB da cidade segundo o IBGE é composto principalmente da Prestação de Serviços, seguido a Agropecuário e por último da Indústria de grande relevância para Estado do Tocantins.

4.1 Cenário da Infraestrutura

O Estado do Tocantins, com uma boa localização geográfica conta com grandes obras estruturantes, já concluídas e/ou em andamento, que estão fazendo do Estado um centro logístico de fundamental importância para o desenvolvimento do País.

Obras como a Ferrovia Norte-Sul, a hidrovía Araguaia-Tocantins, o Ecoporto Praia Norte, o Terminal de Cargas (Teca) do Aeroporto de Palmas, a ampla malha asfáltica e as hidrelétricas que fornecem energia suficiente para abastecer o Estado e exportar seu excedente, são exemplos de infraestrutura que atraem empresários nacionais e internacionais interessados em investir no Estado.

Desta forma a Unitins capacita seus egressos com conhecimentos para atuarem nesse cenário.

4.2 Cenário da Saúde

O estado do Tocantins vem trabalhando a regionalização da saúde de forma participativa, onde as Comissões Intergestores Regional têm tido papel fundamental na operacionalização das políticas de saúde.

A Secretaria Estadual de Saúde também tem empenhando esforços no sentido de organizar as Redes de Atenção à Saúde no seu território, como forma de superar a fragmentação dos serviços de saúde implantados e de organizar um

sistema que garanta o acesso da população a um serviço de qualidade e em tempo oportuno.

O Estado Tocantins tem buscado soluções para estes desafios, e tem procurado inovar o processo de organização do sistema de saúde, redirecionando suas ações e serviços no desenvolvimento da Rede de Atenção a Saúde – RAS e da descentralização para produzir impacto positivo nos indicadores de saúde da população.

Dessa forma o curso de Direito incentiva os alunos a realizarem pesquisas na área de saúde para que auxiliem os gestores públicos nesse quesito.

4.3 Cenário Educacional

O Governo do Tocantins assumiu o compromisso de garantir a Educação - direito de todos - como fator de desenvolvimento social e econômico e como instrumento de inclusão social, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, nos termos das legislações federal e estadual.

A educação superior visa ao desenvolvimento do ser humano, à difusão da ciência e da tecnologia e ao preparo do cidadão para o desempenho de suas funções no mercado de trabalho. Assim, a educação superior tem compromisso com o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida da população.

A educação superior estadual organiza-se, academicamente, na forma de universidades, centros universitários, faculdades integradas e institutos que quando criadas ou incorporadas, mantidas pelo poder público estadual ou municipal, podem organizar-se em fundações ou autarquias especiais.

O acesso ao ensino superior, no contexto brasileiro, apresenta um dos mais baixos índices da América Latina. No Tocantins, a realidade não é diferente, apesar de existirem onze instituições de ensino pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino como Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS que vem oferecendo a educação gratuita e de qualidade que é direito de todos e dever do Estado e da família, vem sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

4.4 Empreendedorismo e Inovação

Disseminar a cultura do empreendedorismo constitui uma das funções precípuas da universidade no intuito de incentivar e apoiar a elaboração de projetos inovadores. Uma universidade empreendedora desenvolve ações que estimulam a inovação, a proatividade, as parcerias e os riscos organizacionais.

O empreendedorismo proporciona uma mudança no ambiente acadêmico conservador no sentido de valorizar o conhecimento por meio de aplicações práticas de pesquisa e ensino, gerando um aumento no desenvolvimento econômico e social. Ele estimula a inovação, o estímulo à criatividade, protege a propriedade intelectual, a transferência de tecnologia, além de formar pessoas qualificadas para o mercado.

A universidade com o viés empreendedor fomenta a utilização dos benefícios da tecnologia para descentralizar o poder, redefinir valores, criar novas alianças e reformular o status quo, buscando disseminar o conhecimento entre universidade/empresa: universidade produzindo pesquisa e tecnologia e as empresas, apropriando-se dos conhecimentos, transfere-os para a sociedade, beneficiando-a.

As atividades de empreendedorismo entre os estudantes, por meio da pesquisa, torna-se uma maneira de disseminar a cultura empreendedora no meio acadêmico. O desenvolvimento das atividades acadêmicas, associadas às pesquisas, contribuirá para o atendimento das demandas do Estado do Tocantins no que se refere ao desenvolvimento econômico e social na comunidade, além de proporcionar à atual geração, um novo perfil profissional adaptado ao mercado.

Como universidade empreendedora, Etzkowitz (2003), define como sendo aquela que é capaz de gerar uma direção estratégica, formulando objetivos acadêmicos claros e transformando o conhecimento gerado na Universidade em um valor econômico e social. Considera a Universidade um ambiente propício à inovação, pela concentração de conhecimento e de capital intelectual, onde os estudantes constituem uma fonte de potencial empreendedor.

A Universidade Estadual do Tocantins, ciente do seu papel na formação do cidadão empreendedor estabelece que, caberá aos colegiados de cursos e seus respectivos NDE's definirem quais competências empreendedoras pretendem desenvolver e por meio de quais métodos. Para tanto, adotará as competências empreendedoras definidas pela ONU em 2011, tais como: a busca de oportunidade,

iniciativa, persistência, comprometimento, exigência de qualidade, eficiência, estabelecer metas, busca de informações, planejamento, monitoramento contínuo, persuasão, independência, autoconfiança, rede de contatos e o assumir riscos calculados.

O desenvolvimento das competências empreendedoras, a critério do NDE e Colegiado de Curso, poderá ocorrer em disciplina específica em que o objeto de estudo seja Empreendedorismo e Inovação, e/ou em outras disciplinas no decorrer do curso. Tais competências a serem trabalhadas deverão constar nos PPC's, por meio das disciplinas específicas (ementas e respectivas bibliografias) ou, de forma transversal em outras disciplinas, de maneira a contemplar e contextualizar a área de atuação do referido curso

5. CONTEXTO DO CURSO

5.1 Identificação do Curso Proposto

DADOS DO CURSO	
Nome do Curso:	Direito
Titulação:	Bacharelado em Direito
Modalidade de ensino:	Presencial
Turno de Funcionamento	Noturno
Carga horária total do curso:	3.700 horas
Carga horária das atividades complementares:	220 horas
Carga horária de estágio:	980 horas
Carga Horária do TCC:	120 horas
Duração do curso (semestre/ano):	10 Semestres / 5 anos
Inteização:	Mínimo de 5 anos; Máximo de 7 anos
Regime de Matrícula:	Semestral
Número de vagas:	40 (quarenta) alunos por turma
Forma de Ingresso:	Edital de Transferência Voluntária e outras formas previstas no Regimento Acadêmico da Unitins
Início do curso:	Agosto/2014
Ato de Criação:	RESOLUÇÃO/CONSELHO CURADOR/N.002/2014
Criação de Vagas:	RESOLUÇÃO/CONSELHO CURADOR/N.006/2014
CEE/TO	CRENCIADO PELO DECRETO Nº 5.102, DE 21/08/2014, D.O.E. Nº 4.197 DE 21/08/2014
Decreto Reconhecimento:	DECRETO nº 5.972 de 30/07/2019, publicado do D.O.E nº 5.408 de 30/ 07/2019.
COORDENADORA DO CURSO	
Nome:	Sarah Coelho Lima
CPF	013 413 221 - 14
Telefone:	(63)
RG:	419 852 SSP TO
e-mail:	sarah.cl@unitins.br

O projeto pedagógico do curso de Direito do campus de Augustinópolis foi baseado na trajetória histórica de compromisso da UNITINS com a realidade regional e nacional, bem como tendo como referencial os documentos do Ministério da Educação em especial aqueles concebidos a partir do documento da Resolução Nº 5, de 17 de Dezembro de 2018.

Observa-se a autonomia das IES na definição dos currículos, propondo uma carga horária mínima que permita a flexibilização do tempo de duração e a estruturação otimizada de seus cursos, contemplando orientações para as atividades de estágio e outras que integrem o saber acadêmico à prática profissional.

A formação de nível superior é um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional consonante ao perfil do formando, por isso preconiza-se como fundamento não mais um profissional “preparado”, mas sim apto às mudanças, portanto um profissional adaptável.

Assim, o Curso de Direito adotará posicionamentos que preceituem a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, realçando que a concepção de educação da UNITINS possibilita o envolvimento dos corpos docente e discente em atividades que promovam a articulação entre teoria e prática, a investigação, o contato direto com a realidade e a formulação de hipóteses e soluções para os problemas reais organizacionais e comunitários.

O Curso de Direito da UNITINS Campus de Augustinópolis na sua concepção de estrutura curricular reforça a diretriz de uma sólida formação básica, valorizando-se a interdisciplinaridade e a multirreferencialidade através dos Estágios Supervisionados e das Atividades Complementares, de modo a contemplar a formação acadêmica integrada aos processos práticos, conjugação teoria e prática, e, ainda, as possibilidades de exercício profissional nos Estágios Extra-Curriculares.

5.2 Legislação de Referência

5.2.1 Fundamentação Legal: comum a todos os cursos superiores

- LDB: **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- ACESSIBILIDADE: **Decreto n.º 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- ECA: **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- ESTÁGIO: **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do artigo 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o artigo 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
- Educação das Relações ÉTNICO-RACIAIS e História e Cultura AFROBRASILEIRA e INDÍGENA: **Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004**.
- EDUCAÇÃO AMBIENTAL: **Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e o artigo 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
- **Portaria MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007.** Reeditada em 29 de dezembro de 2010. Institui o e-MEC, processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, entre outras disposições.
- **Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências.
- **Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre a oferta de disciplinas semi-presenciais nos cursos superiores.
- **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- **Parecer CNE/CP nº 8 de 06/03/2012.** Dispõe sobre Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

5.2.2 Fundamentação legal curso de Direito

O projeto pedagógico do curso de Direito de Augustinópolis está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares Institucionais, entre eles:

- **Resolução CNE/CES n. 9, de 29.09.2004,** Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2004, Seção 1, p. 17, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.
- **Resolução/CNE n. 2, de 18 de junho de 2007,** que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial
Criação: RESOLUÇÃO/CONSELHO CURADOR/N.002/2014
- **Criação de Vagas:** RESOLUÇÃO/CONSELHO CURADOR/N.005/2014
- **Parecer CNE/CES nº 150/2013, aprovado em 5 de junho de 2013 -** Revisão do Art. 7º da Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.
- **Resolução CNE/CES nº 3, de 14 de julho de 2017 -** Altera o Art. 7º da

Resolução CNE/CES nº 9/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

- **Resolução Nº 5, de 17 de Dezembro de 2018(*) (MEC)** – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

5.3 Condição de Oferta

O curso de Bacharelado em Direito da UNITINS, objeto deste projeto, está previsto para funcionar com turmas de no mínimo 40 e no máximo 50 alunos alternados por período de ingresso semestral entre no turnos noturno, podendo o curso ser ofertado semestralmente ou na forma modular. Tal alternância permite abranger de forma mais uniforme a população, oportunizando o curso a quem não tem condições de acesso a uma graduação em uma instituição particular e permitindo uma adequação aos mais diversos horários de trabalho.

5.4 Forma de Acesso ao Curso

O ingresso nos cursos de graduação da Unitins dar-se-á nas seguintes modalidades:

I - vestibular;

II - transferência interna;

III - mudança de turno;

IV - reingresso.

V - transferência externa, nas seguintes formas:

a) transferência facultativa;

b) transferência ex-officio;

VI - admissão de portador de diploma;

VII - admissão de acadêmicos estrangeiros;

VIII - outras modalidades de ingresso aprovadas pelo Consepe, ou emanadas de legislação superior, homologadas pelo Consuni. O curso de Direito está previsto para funcionar com turmas de no mínimo 40 e no máximo 50 alunos no turno noturnos

5.5 Regime Acadêmico

O ano letivo regular, independentemente do ano civil, terá, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo, distribuídos em dois períodos letivos, cada um com, no mínimo 100 (cem) dias, excluído o tempo reservado aos exames finais.

A matrícula será realizada semestralmente, obedecendo a carga horária mínima de 180 horas (12 créditos) e carga horária máxima de 480 horas (32 créditos). O trancamento é concedido conforme Regimento Acadêmico e o prazo para solicitação está estabelecido no calendário acadêmico.

5.6 Prazo para integralizar a Matriz Curricular

Atendendo a recomendação do art. 2º, III, d, da Resolução/CNE nº 2, de 18 de junho de 2007, o curso tem duração de 10 (dez) semestres (mínimo). Portanto, o prazo mínimo para integralização da matriz curricular do curso será de 05 anos e o prazo máximo será de 07 (sete) anos e meio.

5.7 Titulação Obtida

Os graduados do curso de Direito receberão o título de Bacharel em Direito, desde que tenham cumprido com os seguintes requisitos mínimos para obtenção do grau de bacharel em Direito:

- Cumprimento integral, com aprovação e frequência, da carga horária total nas **disciplinas teóricas obrigatórias do curso**;
- Cumprimento integral, com aprovação e frequência, nos termos do respectivo Regulamento, da carga horária total nas **disciplinas práticas obrigatórias** do curso, num total de **480** horas;
- Cumprimento integral, nos termos do respectivo Regulamento, da carga horária total nas **Atividades Complementares** admitidas no curso, num total de **200** horas.

Apresentação, Defesa e Aprovação de Trabalho de Conclusão de Curso perante banca examinadora, com tema e orientador escolhido pelo aluno, nos termos do respectivo Regulamento.

5.8 Justificativa

Em razão da sua herança institucional e das suas opções como Universidade, o curso de Direito da Unitins está diretamente engajado no processo de desenvolvimento da sociedade. Assim, é possível identificar os compromissos sociais nos ambientes local, regional e nacional.

No seu compromisso social, o Curso de Direito se caracteriza pela oferta de um ensino jurídico de excelência, que busca a identificação de problemas afeitos ao interesse jurídico e político, pela criação de um ambiente para discussão de temas relevantes para a sociedade, pela edificação de um espaço para a investigação dos temas vinculados ao Direito, ao Desenvolvimento Regional, bem como com amplitude Nacional e Internacional.

A proposta do Curso de Direito apresenta um currículo para formação científica do bacharel, propiciando-lhe uma visão ao mesmo tempo contextualizada, mediante procedimentos interdisciplinares na abordagem da Ciência Jurídica.

Ocorre, então, uma transcendência da figura estrita da formação profissional do advogado. As diretrizes curriculares para a proposta do Curso de Direito beneficiaram-se das experiências históricas, nas suas concepções didático-pedagógicas mais relevantes, colhidas junto a universidades com tradição.

As diretrizes curriculares municiam as linhas gerais para os cursos jurídicos estruturarem seus projetos pedagógicos de forma autônoma e fecunda, segundo suas aptidões, demandas sociais e mercado de trabalho, objetivando o desenvolvimento de recursos humanos com elevado preparo intelectual e com habilidade para o exercício técnico e profissional do Direito. Não são imposições fechadas e imutáveis, mas parâmetros a partir dos quais o Curso estabelece seu currículo, baseado não no modelo informativo de ensino, mas naquele que capacita o operador técnico do direito a manusear um material jurídico cambiante, em permanente transformação e a desenvolver um adequado manuseio jurídico.

O Curso privilegia o que é efetivo e estrutural na formação dos alunos, de tal forma que o currículo assuma um conjunto vivo, de ampla e sólida formação, graças ao concurso dos núcleos epistemológicos priorizando interdisciplinaridade e transversalidade do currículo. Há, ademais, necessidade de uma flexibilização que favoreça uma continuada elevação da qualidade.

O bacharel terá formação inspirada em profissional humanista, competente e transformador do contexto em que vive, com habilidade a buscar harmonia social e familiarizado com procedimentos interdisciplinares imprescindíveis à problematização e à contextualização do saber jurídico. Contará com instrumental técnico e com postura crítica para compreender a realidade onde exercerá a profissão.

A superação da rigidez estrutural, imposta pelo condicionante econômico e produtivo, proporcionará uma passagem para um modelo mais fenomenológico e interpretativo. Apresenta alternativas de superação do pessimismo e do imobilismo da teoria da reprodução e institui a pedagogia da possibilidade e do desenvolvimento das competências. O currículo é um instrumento que o estudante tem a oportunidade de exercer as habilidades democráticas de discussão, participação e de questionamento dos pressupostos do senso comum da vida social.

Com isso, o corpo docente deve se constituir de um grupo de pessoas ativamente envolvidas nas atividades da crítica e do questionamento reconstrutivo do conhecimento, contribuindo para o processo de emancipação e libertação.

Desta forma, o currículo envolve a construção de significados e valores culturais. Ele é o lugar onde se produzem e se criam significados. Logo, ele é profundamente ligado a existências das pessoas envolvidas no ato de conhecer. Refuta-se, desta forma, o conhecimento concebido como sendo constituído de informações e de fatos transferidos do professor para o aluno. Não é uma comunicação unilateral e não se resume ao papel de preencher carências. Os sujeitos estão envolvidos no ato de conhecer.

A inquietação mais decisiva será com a formação de competências. A educação é tomada como a arte de construir competências. A arte de mobilizar um conjunto de fontes cognitivas para enfrentar diferentes situações. Urge que professor leve o aluno a mobilizar suas aquisições e, de uma certa forma, completá-las.

O Curso está organizado conforme legislação em vigor, compreendendo, em sua estruturação, currículo pleno, duração, ementário, indicação das disciplinas, bibliografia básica e corpo docente, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

A atividade jurídica não é algo automático que derive da superação de certos hábitos físicos, a fim de obter o comportamento considerado correto.

Prontamente, a realização profissional do operador do direito não está relacionada tão somente com aquilo que lhe foi ensinado e com o sucesso acadêmico. O exercício da profissão refletirá o desenvolvimento de suas competências durante o processo acadêmico e o modo de assumir essas competências no seu cotidiano.

A estruturação dos cursos jurídicos está, há muito tempo, em debate. Existem propostas aparentemente centradas na disputa entre a ênfase no estudo doutrinário sistemático e generalizante ou na especialização e na prática forense. A crítica mais grave atinge o modelo em uso e que tem colaborado para apresentação do Direito como obra racional, sistemática e totalizante. Tal situação colabora para uma formação exclusivamente técnica do aluno, que se afeiçoa ao raciocínio silogístico na aplicação do Direito Positivo, à luz de abstratos princípios jurídicos, aos quais também se afeiçoam ou deles procedem deduções. Assim, há uma consequência negativa: aquela do operador do direito isento de responsabilidades sociais nas aplicações do Direito, imobilizado que se encontra pela sistemática conservação própria do Direito positivamente normatizado em função da estrutura social que o gerou.

Confirma-se, assim, a observação de Pontes de Miranda (2008,p. 97) segundo a qual, em nosso país, temos dois direitos, um que se ensina nas universidades e outro que se pratica no foro.

A concepção do Direito e do papel social dos profissionais a serem formados, assim como a consideração das parcelas do conhecimento humano que devem ser trabalhadas para que o aluno aprenda o Direito como experiência social, podem e devem superar as concepções dos dois direitos citados por Pontes de Miranda.

O que se pretende é que os caminhos didáticos e curriculares definidos para o Curso de Direito comportem procedimentos interdisciplinares, em acordo com a mais recente concepção de Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesses procedimentos também se incluem atividades de Iniciação Científica, das quais os alunos terão que participar. O aluno deve ser conduzido a formar um raciocínio jurídico voltado para o concreto, em que a lógica é a da preferência por conteúdo axiológico, não a de consequência silogística (Fabio Konder Comparato,1979).

Para a compreensão da realidade social é necessário que sejam

consideradas e interligadas as parcelas do conhecimento que se dedicam tanto à parte técnica do Direito, quanto ao conhecimento sócio-cultural. Dentro desse entendimento, utilizando-se de uma pedagogia crítica, é cogente que os conhecimentos universais sejam também "transmitidos", pois são considerados patrimônios da humanidade e não de grupos que deles se apropriam.

O princípio é, então, saber o que prevalece como conhecimento necessário para que se desenvolva no aluno uma postura crítica, sendo, ao mesmo tempo, apoio de sua própria emancipação como cidadão consciente e crítico.

Os cursos jurídicos no Brasil, de bacharelado, datam de 1.827, quando foram instalados os dois primeiros cursos em Olinda/PE e em São Paulo/SP, respectivamente. Em 1869, com a implantação da reforma do ensino livre, passou o ensino jurídico a ser debatido em busca de seu aperfeiçoamento, em processo que, podemos afirmar, se prolongou durante a República Velha, passando pela reforma de Francisco Campos (1931), até o ano de 1994, quando da publicação da Portaria 1.886/94, norma que atualmente disciplina as diretrizes curriculares e parâmetros dos cursos jurídicos.

No Estado do Tocantins, o primeiro curso instalado que se tem informação foi na cidade de Gurupi: FAFICH, atual UNIRG, em 1.985, vindo a partir daí outros para Colinas: UNITINS, atual FIESC; Palmas: pela Fundação Universidade do Tocantins, atual UFT, Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP, Faculdade Católica do Tocantins, Faculdade de Palmas, Faculdade Objetivo - FAPAL, Faculdade Serra do Carmo; em Araguaína: Faculdade Católica Dom Orione, ITPAC e, em Augustinópolis a Faculdade do Bico do Papagaio – FABIC em Dianópolis o curso de Direito foi ofertado pela Faculdade para o Desenvolvimento do Sudeste Tocantinense

A Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS tem por finalidade desenvolver as funções de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento humano, mediante a oferta de cursos que atendam às diretrizes curriculares do Ministério da Educação e à demanda regional.

O bacharel em Direito terá formação inspirada em profissional humanista, competente e transformador do contexto em que vive, com habilidades e buscar harmonia social e familiarizado com procedimentos interdisciplinares imprescindíveis

à problematização e à contextualização do saber jurídico. Contará com instrumento técnico e com postura crítica para compreender a realidade onde exercerá a profissão.

Nesse sentido, o quadro geral das disciplinas oferecidas, em apoio às disciplinas jurídicas, foi desenvolvido para atender, não apenas às exigências de modernização da ordem jurídica e institucional, mas, no seu conjunto, definindo um perfil específico para o bacharel, vinculando-o às demandas da sociedade brasileira e às exigências formativas específicas para a imprescindível contribuição que os estudos jurídicos devem prestar ao desenvolvimento regional e social.

O curso de Direito da UNITINS campus de Augustinópolis, analisou e avaliou suas estruturas formativas, reelaborando um projeto pedagógico que engloba todas as expectativas e necessidades de uma formação voltada para a realidade social vigente, buscando alcançar os objetivos eleitos para o curso, contribuindo, assim, para o futuro do direito e dos profissionais desta área em nossa região, assim como de todo território nacional.

O curso superior de Direito ainda constitui um sonho impossível para muitos, em face de seu alto custo, que afeta o orçamento familiar. A idéia é oferecer oportunidades e melhorar as chances de ingressar no mercado de trabalho inerente à formação proposta.

5.9 Objetivos Do Curso

5.9.1 Geral

Formar operadores jurídicos com sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a a rendi agem, aut noma e din mica, indis ens el ao e ercício do ireito, restaç o da ustiça e ao desen ol imento da cidadania.

5.9.2 Específicos

- formar cidadãos críticos conscientes de seu papel social e profissional aptos para entenderem o contexto econômico-social e político-jurídico e atenderem às demandas sociais e do mundo atual, onde o Direito é produto da sociedade, mas também criador desta;
- proporcionar uma formação humanística e o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo fundado na valorização do meio ambiente e dos espaços públicos, do Direito Público e das Garantias Constitucionais do cidadão frente ao Estado, a partir de uma visão plural do homem e da sociedade, e que tenha como finalidade básica a realização plena da democracia e do desenvolvimento sustentável;
- formar profissionais aptos para a atuação jurídico-política responsável a partir do exercício profissional, contribuindo no desenvolvimento da sociedade e do Direito;
- propiciar ao aluno formação técnico-jurídica adequada que o permita a capacitação para o exercício das carreiras públicas, sem prejuízo de conferir-lhe a formação geral adequada que o leve a prosseguir os estudos rumo ao exercício das demais profissões jurídicas;
- permitir ao aluno pesquisar e refletir sobre os critérios de criação, interpretação e fundamentação das decisões jurídicas na perspectiva interna e global do sistema jurídico;
- promover interdisciplinaridade como pressuposto fático da formação e da atuação jurídico-política contemporânea, bem como da compreensão da realidade e do fenômeno jurídico para buscar compreender e atuar num mundo concebido de forma integral.

Com base nesses objetivos e, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito, está o de garantir uma formação sólida jurídico-política de boa qualidade para o exercício profissional, com padrão superior à média dos cursos jurídicos, diante da implementação efetiva dos fundamentos que embasam as atuais diretrizes curriculares.

Da mesma forma, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a formação humanística, autônoma e criativa, e a interação entre ensino, pesquisa e extensão, previstas nas diretrizes desse curso, correlacionam-se com as finalidades da Educação Superior expressas no art. 43 da nova LDB, que assim afirma: a) “I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo”.

6. Informações relacionadas ao quantitativo do corpo discente:

O curso de Direito da Unitins Câmpus de Augustinópolis atualmente conta com 206 (duzentos seis) acadêmicos regularmente matriculados.

6.1 Relação de Convênios vigentes com outras instituições

O uso de convênios é um caminho eficiente para a inserção dos alunos no mercado, uma vez que oferecer bons convênios na universidade, demonstram que a mesma se preocupa com a vivência prática dos acadêmicos, isso se torna uma via de mão dupla.

Pois, os convênios e as parcerias são extremamente importantes para gerar valor tanto para a universidade e os acadêmicos como para as organizações públicas e privadas.

6.2 Perfil do Egresso

Pretende-se um profissional com percepção ampla da realidade jurídica política e social, especialmente consciente do significado das diversas mediações e interações que o sistema jurídico contemporâneo proporciona entre o espaço público e o espaço privado, partindo, para tanto, de elementos epistemológicos fundamentais que permitam uma visão integral do homem, da sociedade e do mundo. O Direito e suas diferentes matizes de atuação para a regulação da esfera estatal e não estatal devem ser entendidos como partes integrante de um sistema complexo que constitui o mundo contemporâneo e no conjunto de premissas heterônomas de índole coletiva que servem de balizas indeclináveis do exercício das prerrogativas subjetivas.

Este profissional deverá estar aberto às transformações sociais, como agente constitutivo e modificador desta sociedade em permanente transformação. Para que seja possível o acompanhamento e interferência deste profissional do Direito na sociedade faz-se necessário um sólido embasamento filosófico e ético que lhe permita analisar criticamente os componentes da realidade hodierna, potencializando o desenvolvimento regional como privilegiado e profícuo palco de atuação onde as premissas normativas de ordem pública e privada devem ser concomitantemente atendidas em toda a sua potencialidade.

Pretende-se assim um profissional conhecedor das bases constitutivas do Direito, conhecedor crítico do ordenamento jurídico vigente, da realidade, dos problemas e movimentos histórico-sociais e político-jurídicos contemporâneos sob o pano de fundo de um mundo globalizado. Tais atributos lhe permitirão ser não somente um conhecedor de leis, mas um profissional capaz de interferir nos rumos da sociedade e do Direito.

Aspira-se bacharéis efetivamente comprometidos e preparados para assumir, desta forma, o papel de agente constitutivo e modificador da sociedade em transformação, ou melhor, um bacharel que, além de operador jurídico-político seja um cidadão envolvido no processo democrático de construção de uma sociedade justa, livre, harmônica e ecologicamente equilibrada, especialmente atento ao espaço público e coletivo e, portanto, ao Direito.

Observando o perfil delineado pela Comissão que organizou o Exame Nacional dos Cursos de Direito de 2003 (**Portaria 3.816, de 24/12/2002, Publicada no D.O.U de 26/12/2002**), percebe-se que o curso proposto objetiva formar um bacharel em direito com um perfil genérico em muitos pontos semelhantes ao sinalizado pela Comissão, que só não guarda identidade plena porque, além do genericamente requerido, agrega características específicas do presente projeto:

- formação crítico-humanística, técnico-jurídica e prática indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais, especialmente a compreensão da importância do Direito e das possibilidades de atuação no contexto Estatal e global contemporâneo;
- senso jurídico e ético-profissional, associado à responsabilidade social,

com a compreensão da causalidade e finalidade das normas jurídicas e da busca constante da libertação do homem e do aprimoramento da sociedade, tendo como foco específico a responsabilidade social ínsita no direito contemporâneo;

- capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito, aliada ao raciocínio lógico e à consciência da necessidade de permanente atualização, não só técnica, mas como processo de educação ao longo da vida;
- visão atualizada de mundo e, em particular, consciência solidária dos problemas de seu tempo e de seu espaço, especialmente os relacionados no contexto de globalização dos sistemas culturais produtivos, de necessidade de garantia dos interesses públicos, sociais e coletivos.

6.3 Competências e Habilidades a serem adquiridas

O curso está comprometido com o desenvolvimento das competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Direito.

Deseja-se, portanto, que ao longo do curso os profissionais adquiram e incorporem as seguintes habilidades e competências:

- interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
- demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a utilização das normas técnico-jurídicas
- demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

- compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;
- apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Em síntese, a preocupação primordial é formar profissionais integrados, capazes de atuar com eficiência técnica e consciência social nos diferentes horizontes descortinados pela ciência jurídica contemporânea, partindo de uma grade equilibrada com matérias de direito público e privado, com sólida formação interdisciplinar, para chegar a matérias específicas relacionadas aos novos direitos, tendo por pano de fundo uma sociedade e um estado que não podem prescindir de regras que levem a um desenvolvimento sustentável e harmônico.

6.4 Diferenciais Competitivos do curso

Os principais diferenciais do curso de Direito da Unitins, câmpus Augustinópolis, iniciam com três fatores principais que levam a um bom relacionamento com os seus alunos.

- Atendimento – o docente utiliza um atendimento diferenciado com os alunos e dessa forma quando o discente está satisfeito com o atendimento e com as aulas que está recebendo, automaticamente fará propaganda positiva a respeito do curso e da universidade.
- Disponibilidade – a secretaria do curso e a coordenação dão atenção individualizada aos alunos, sendo que se um problema do aluno volta a se repetir, a gestão está preparada para ecitar as reincidências.
- Relacionamento diferenciado - uma vez com as informações iniciais é possível criar um relacionamento mais próximo com o aluno, com ligações e –mail.

Alem de desse relacionamento com os alunos citado o curso possui professores capacitados, aulas com eficiência na aplicabilidade dos conteúdos, incentivo a uma visão empreendedora e o desenvolvimento e participação dos alunos em pesquisa e extensão.

Esse diferencial do curso de Direito proporciona aos seus alunos conhecimentos diversos para os mesmos aproveitarem as oportunidades do mercado de trabalho.

6.5 Políticas Institucionais e sua correlação com o curso

As políticas de ensino de graduação são efetivadas pela Prograd, que atua no desenvolvimento constante de mecanismos de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico institucional e dos seus cursos, dos talentos humanos (docentes, discentes, técnico-administrativos) e da gestão acadêmica. Essas ações são exercidas de forma colaborativa entre os diversos órgãos que a compõem e com as demais unidades administrativas da Unitins, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação – MEC.

As ações são pautadas nos princípios democráticos de responsabilidade e de inclusão voltados à promoção da cidadania, bem como na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de proporcionar aos alunos a inserção e comprometimento com as demandas locais e regionais, promovendo a melhoria da qualidade de vida em prol da coletividade.

7. Organização Curricular

Os professores não devem simplesmente repassar conteúdos previamente programados e massificados sem analisar sua importância e necessidade no contexto social em que os egressos estarão inseridos. Pelo contrário, a seleção e a organização dos conteúdos devem ser feitas a partir do pressuposto de que teoria e prática se constituem numa unidade.

Deve-se dar ao aluno a oportunidade de redescobrir o conhecimento existente a partir de sua exposição aos conteúdos selecionados.

A seleção de conteúdo, portanto, leva em consideração: a superação linear e hierarquizada dos saberes; enfoques multirreferencializados com a ciência e a

tecnologia; respeito aos conhecimentos prévios de todos os alunos e articulação com novos conhecimentos construídos no processo de formação; busca de interfaces entre ensino, pesquisa e extensão; sinalizações teóricas e práticas sobre os entrelaçamentos entre habilidades técnicas e humanísticas; predominância da formação sobre a informação e o comprometimento com os valores éticos e humanísticos.

7.1 Estrutura Curricular

Cada componente curricular (flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, com articulação entre teoria e prática uma vez que o curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras assim como atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Direito.

a) Considerando o perfil e as habilidades desejados, os objetivos do curso, assim como a premissa do reforço aos fundamentos interdisciplinares de abordagem do fenômeno jurídico, antes referida, foram tomadas as seguintes diretrizes em relação à estrutura curricular:

- Na disciplina de Introdução ao Estudo do Direito, ministrada no primeiro semestre do curso, faz-se uma abordagem em conjunto com a disciplina de Hermenêutica Jurídica, antecedendo a abordagem da maioria dos conteúdos normativos de direito positivo;
- Incluir, na abordagem das matérias de Direito Positivo, os referenciais transdisciplinares que permitam a investigação concomitante dos fatores sociológicos, políticos, econômicos e filosóficos que balizam as referidas matérias;
- Neste mesmo compasso integrar a abordagem dos fenômenos jurídicos comuns ao Direito Público e Privado, sem descuidar das especificidades de cada ramo, evitando as desnecessárias fragmentações que tendem a acirrar a indevida oposição absoluta entre estes vetores do Direito;

- Alocar razoável carga horária nas matérias de formação geral e fundamental, distribuindo-as em diferentes disciplinas complementares: Ciência Política e Teoria Geral do Estado, Sociologia, Filosofia e Análise Econômica do Direito;

- Práticas e cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos, antecedendo o tronco de disciplinas destinadas a desenvolver minimamente as habilidades relacionadas ao encaminhamento de soluções extrajudiciais aos conflitos.

b) Considerando o perfil e as habilidades desejados, os objetivos do curso, assim como a premissa do **reforço das referências *Constitucionais do Direito Positivo***, antes referidos, tomaram-se as seguintes diretivas em relação à estrutura curricular:

- Permitir que, de forma preliminar ao estudo dos conteúdos positivos da Constituição brasileira reforçando o elo entre o Direito Positivo e os referenciais hermenêuticos que lhe dão substrato, componentes das matérias de formação fundamental do curso;

- Ordenar a disciplina de Direito Constitucional, na grade curricular, de forma prévia ao estudo das normas infraconstitucionais, no sentido de reforçar a condição de fundamento ou pressuposto desta matéria no ordenamento jurídico. Serão aprofundados especialmente os conteúdos dos Direitos Fundamentais e da Organização dos Poderes, e os que dizem respeito ao estudo de alguns conteúdos positivos especiais da Constituição;

c) Considerando os perfis e as habilidades desejados, os objetivos do curso, assim como a premissa da opção por um curso, que além de atender às demandas genéricas concernentes a um bacharelado em Direito com adequado aprofundamento, apresente-se também com vocação específica para os Novos Direitos bem como as Carreiras Públicas:

- Redimensionar a estrutura curricular tradicionalmente aplicada aos cursos jurídicos, substituindo-a por outra, onde se possam assentar as premissas de um Direito atento, de forma equilibrada, aos vetores público e privado que o

orientam no espaço contemporâneo, dado às novas especificidades advindas de fenômenos tão disparees como a globalização ou a biotecnologia;

- Considerando a circunstancialidade de que tradicionalmente os currículos e a cultura jurídica nacional têm privilegiado a solução judicial para os conflitos privados, em detrimento do aprofundamento de técnicas extraprocessuais como mediação ou mesmo arbitragem, e considerando a necessidade de auxiliar na transição desta cultura para estes modelos mais eficientes de solução dos conflitos, sem descuidar da necessária formação processual tradicional em Processo Civil, agregar à grade curricular disciplinas ancoradas nestes novos paradigmas;

- Considerando as demais premissas de identidade, alocar razoável carga horária em disciplinas específicas que materializem a vocação do curso, a fim de dar conta das diretrizes supra expostas, procurando igualmente abarcar oportunidades de maior aprofundamento nos diversos institutos respectivos;

- Redimensionar a abordagem dos necessários conteúdos de formação geral, no sentido de que também se direcionem para complementar esta ênfase;

- Na perspectiva do item anterior, inserir, no campo do Direito Público, o tema referente Obrigações e Contratos Públicos, concentrando conteúdos nas disciplinas de Direito Administrativo e de Direito Financeiro relacionados com os patamares legais das negociações de bens e serviços entre os organismos de Estado e a iniciativa privada, notadamente os conteúdos referentes às licitações, contratos públicos e concessão de serviços públicos à iniciativa privada;

- Para reforçar o aprendizado, incluir dentre as atividades previstas para o atividades de prática jurídica, ações relacionadas às matérias afetas ao graduando, sendo que no sétimo semestre letivo, o acadêmico terá a oportunidade de desenvolver o estudo da prática simulada, concomitantemente com a aplicação prática no estágio supervisionado das técnicas de arbitragem e mediação.

d) Considerando o perfil e as habilidades desejadas, os objetivos do curso, assim como a provável condição inicial do aluno ingressante e as perspectivas futuras de seu aprendizado, foram tomadas as seguintes diretivas relativas à estrutura curricular para o primeiro semestre do curso:

- Incluir conteúdos de Redação Técnica, tanto no sentido de melhor familiarizar o aluno com o vocabulário jurídico como de contribuir para corrigir a conhecida defasagem de aprendizado do vernáculo, para seu melhor aproveitamento no curso, assim como para sedimentar as premissas necessárias e o estímulo inicial para a boa, correta e fluente utilização da língua pátria;

- Incluir conteúdos de Metodologia da Pesquisa Científica, a fim de permitir ao aluno acesso ao instrumental mínimo para a participação em projetos de pesquisa da instituição, assim como para permitir que a utilização da linguagem científica e as práticas de pesquisa se integrem ao cotidiano das demais disciplinas do curso.

7.2 Eixos de Formação

EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL	
<p>Eixo de Formação Fundamental (420/horas) tem por objetivo integrar e estabelecer as relações do Direito com outras áreas do saber, abrangendo dentre outros, estudos que envolvam conteúdos essenciais de:</p> <p style="text-align: center;"><u>Total: 420/h</u></p>	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Ciência Política e Teoria Geral do Estado - 30/h ⇒ Introdução ao Estudo do Direito - 60/h ⇒ Análise Econômica do Direito - 30/h ⇒ Ética Geral e Profissional - 60/h ⇒ Filosofia Jurídica - 60/h ⇒ História e Antropologia Jurídica - 30/h ⇒ Metodologia da Pesquisa Científica - 60/h ⇒ Sociologia Geral e Jurídica - 30/h ⇒ Interpretação e Produção de Textos 60/h

EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Eixo de Formação Profissional–

(2.340/h) abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a evolução da Ciência do Direito e sua aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se necessariamente, dentre outros condizentes com o projeto pedagógico, conteúdos essenciais que estão no PPC do curso, como disciplinas obrigatórias:

Total: 2.280/h

- ⇒ Direito Constitucional I e II - 120/h
- ⇒ Direito Administrativo I e II - 120/h
- ⇒ Direito Tributário I e II - 120/h
- ⇒ Direito Penal I, II, III e IV- 240/h
- ⇒ Direito Civil I, II, III, IV, V, VI, VII - 420/h
- ⇒ Direito Empresarial I e II - 120/h
- ⇒ Direito do Trabalho I, II - 120/h
- ⇒ Direito Ambiental e Urbanístico - 60/h
- ⇒ Direito e Processo do Consumidor - 30/h
- ⇒ Direitos Humanos e Novos Direitos - 30/h
- ⇒ Direito da Seguridade Social - 30/h
- ⇒ Direito Internacional Público e Privado - 30/h
- ⇒ Direito Agrário - 30/h
- ⇒ Direito da Criança e do Adolescente- 30/h
- ⇒ Direito Processual Civil I, II, III e IV - 240/h
- ⇒ Direito Processual Penal I, II, III - 180/h
- ⇒ Direito Processual do Trabalho I e II - 120/h
- ⇒ Trabalho de Curso I, II e III – 180/h
- ⇒ Teoria Geral do Processo - 60/h

EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA

NPJ - Núcleo de prática jurídica é a junção da prática simulada com a prática real, por isso, na prática real deve constar **EM** – Escritório Modelo

<p><u>Eixo de Formação Prática</u>– (480/h) A integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágios e atividades complementares:</p> <p><u>Total: 690/h + 200/h= 890/h</u></p>	<p>⇒ Estágio Supervisionado I - EM - 90/h</p> <p>⇒ Estágio Supervisionado II - EM - 90/h</p> <p>⇒ Estágio Supervisionado III - EM - 90/h</p> <p>⇒ Estágio Supervisionado IV - EM - 90/h</p> <p>⇒ Estágio Supervisionado V - EM - 90/h</p> <p>⇒ Prática Jurídica Simulada I - Prática Cível 60/h</p> <p>⇒ Prática Jurídica Simulada II - Prática Penal 60/h</p> <p>⇒ Prática Jurídica Simulada III – Prática Trabalhista - 60/h</p> <p>⇒ Prática Jurídica Simulada IV -Prática Consumidor e Previdenciário - 60/h</p> <p>⇒ Atividades Complementares – 200/h</p>
--	---

ELETIVAS

<p style="text-align: center;"><u>Eletivas</u></p> <p>Disciplinas incluídas com o objetivo de ampliar a formação profissional do aluno. Estas disciplinas, que serão ofertadas a distância, são previamente determinadas pelo Colegiado do Curso e apresentadas no Currículo do Curso.</p> <p>Total: 3000/h</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Libras- 30/h <input type="checkbox"/> Leis Penais Especiais- 30/h <input type="checkbox"/> Medicina Legal- 30/h <input type="checkbox"/> Empreendedorismo- 30/h <input type="checkbox"/> Psicologia Forense - 30/h <input type="checkbox"/>Direito Eleitoral- 30/h <input type="checkbox"/>Direito Eletrônico- 30/h <input type="checkbox"/>Direito Imobiliário e Registral- 30/h <input type="checkbox"/>Linguagem Forense- 30/h <input type="checkbox"/> História e Cultura Afro-brasileira – 30/h
<p>Obs: Dentre as disciplinas do Núcleo Eletivo, o acadêmico tem a obrigação de escolher 04 disciplinas que fecham a carga horária de 120hs. Estas disciplinas serão ofertadas a distância (EaD).</p>	

REPRESENTAÇÃO

Formação Fundamental	420/h	11,32%
Formação Profissional	2.280h	61,46%
Formação Prática	890h	23,99%

Eletivas	120/h	3,23%
	3.710	100%

7.3 Ensino a Distância

Ensino a distância – EaD – é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação entre estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005). Essa modalidade é regulada por uma legislação específica (PORTARIA, 2018) podendo ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior.

Considerando a história da Unitins e sua contribuição educacional e social por meio desta modalidade de ensino e regulamentada pela Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, publicada no DOU nº 250, 31 de dezembro de 2018, a oferta de disciplinas com metodologias a distância, os cursos de graduação da Unitins têm como possibilidade, até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária total, conforme art. 2º da referida portaria.

Especificamente, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) descreve em detalhes como as disciplinas EaD são planejadas, tendo a indicação dos componentes curriculares sinalizadas na matriz curricular. Tais componentes são informados previamente aos estudantes matriculados e divulgada pelos coordenadores de curso de forma clara e objetiva.

Os métodos e práticas de ensino-aprendizagem incorporam o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação (TIC) para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico, bem como a mediação de professores/tutores e profissionais da educação com formação na área do curso, qualificados em nível compatível ao previsto no PPC.

Todas as aulas das disciplinas ofertadas na modalidade a distância são planejadas com antecedência, antes do início do semestre, e no plano de ensino da disciplina deve ser descrito, de forma detalhada, todas as atividades a serem realizadas a distância, bem como a sua carga horária para integralização, destinada

às atividades on-line e o uso das tecnologias digitais (ferramentas) da própria instituição, contidas na Plataforma Educa.

Os objetos de aprendizagem são selecionados de acordo com a modalidade de ensino, de modo que atenda a necessidade do meio tecnológico e mediação entre docente e discente. Conforme Regimento Acadêmico, cada disciplina tem no mínimo duas avaliações presenciais, realizadas de acordo com o cronograma previsto no calendário acadêmico. Considera-se que a EaD reforça a expertise da Unitins nessa modalidade, contribui para o avanço da educação inovadora e da transformação social.

1º Planejamento

Na educação a distância prima-se pelo processo de planejamento, a reflexão e a tomada de decisões que são muito importantes, tendo em vista que o professor nesse momento deve privilegiar a qualidade dos conteúdos, materiais disponíveis, a promoção do uso e apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o estímulo à inserção e interação dos alunos com a plataforma de ensino, além do acompanhamento do processo ensino-aprendizagem.

O planejamento da aula a distância possui o mesmo rigor de uma aula presencial, com mesma ementa e objetivos, com variação do método de ensino e avaliação. A disciplina EaD é ministrada pelo professor responsável pela elaboração do planejamento, organização dos conteúdos, atividades e avaliação. O professor do campus, encarregado pela disciplina, é também o incumbido pela mediação com os alunos e atendimento presencial. No caso em que o professor responsável pelo planejamento seja de outra cidade, terá como tutor um professor de mesma área do conhecimento para suporte e mediação.

As datas e horários do planejamento são em conformidade com o calendário acadêmico contendo os conteúdos, atividade de pesquisa, exercícios com o uso de recursos do Educa com data de envio e entrega definidos.

Na disciplina EaD ocorrem no mínimo dois encontros presenciais previstos no PPC, de acordo com o planejamento do professor, podendo acontecer no turno da disciplina ou em outro horário agendado, registrado com lista de frequência do docente e acadêmico.

O registro de frequência dos alunos são lançadas no SAP (Sistema de Apoio ao Professor), da mesma forma como ocorre com as disciplinas presenciais com acompanhamento e aprovação da Coordenação de Curso.

Em detalhes, o planejamento de cada aula semanal consta:

- Período: datas correspondentes à aula ministrada durante a semana.
- Recurso: meio utilizado para aula: EaD (Educa) ou presencial.
- Conteúdo: assunto que será trabalhado durante a semana.
- Objetivos: Indicação do que o aluno deverá atingir para alcançar o conhecimento principal daquela aula.
- Justificativa: Descrição de como o conhecimento daquela aula contribui para formação do aluno.
- Descrição: texto que explica o método utilizado na aula, os recursos que auxiliarão no aprendizado, descrição de como o conteúdo será trabalho na aula.
- Atividade: descrição de como o acadêmico deverá proceder para responder a atividade, o que será necessário para alcançar o objetivo da aula.
- Referência: fonte de informação que o professor disponibilizou para aula e realização da atividade.
- Critério da avaliação: descrição de como o acadêmico deverá proceder ao responder as atividades de modo que alcance os objetivos propostos.
- Nota: valor atribuído à atividade solicitada na aula.

2º Recursos

Os recursos são possibilidades dos meios digitais que podem ser utilizados para embasar os processos de ensino e aprendizagem durante as aulas, bem como impulsionar a interação entre professor e aluno no planejamento das atividades. Dentre os recursos temos:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA: plataforma virtual utilizada para realização de cursos ofertados nas modalidades a distância.
- Biblioteca digital: tem um acervo digitalizado e disponibilizado de forma digital por meio da Internet que permite o acesso à distância pelos alunos.
- Chat/App.texto: meio on-line de conversação entre alunos e professores.

- Produção de Vídeo: é uma ferramenta pedagógica que possibilita visualizar o conteúdo audiovisual, ou seja, a ação direta do professor com os alunos.
- Texto- base e texto- complementar: texto selecionado pelo professor de acordo com a modalidade de ensino e que atenda a necessidade do curso de graduação.
- Fórum: espaço que possibilita a interatividade, a discussão de ideias entre aluno e professor.
- YouTube: compartilhamento de conteúdos e outras produções em formato de vídeo que complementam o conteúdo trabalhado na aula;

3º A postagem da disciplina na plataforma Educa da UNITINS

- O conteúdo de cada aula tem imbuído todo o planejamento elaborado anteriormente com Período, Recurso, Conteúdo, Objetivos, Justificativa, Descrição, Atividade, Referência, Critério da avaliação, Nota.
- Para cada aula os recursos mínimos exigidos constam o texto de apresentação do planejamento e recursos utilizados.
- Dentro do período selecionado o aluno terá que cumprir o planejado para alcançar os objetivos da aula delineados pelo professor.

4º Critérios de avaliação (formas de avaliação, pontuação mínima exigida e participação mínima)

- Busca-se durante as aulas alcançar o processo de avaliação contínua com variados métodos e recursos possibilitados pela modalidade EaD.
- A avaliação contínua almeja um processo de desenvolvimento da aprendizagem por inteiro, o qual por diferentes dimensões o aluno demonstra sua evolução em relação ao conteúdo.
- Para cada aula há possibilidade de avaliação a partir da entrega e resposta dos alunos por meio dos recursos via Educa.
- Tempo dedicado ao acesso a leitura, exercícios e outros recursos disponibilizados na plataforma Educa.
- O desempenho nos espaços de interação e resposta às atividades.

- Interação com o professor e participação durante o levantamento de questionamentos.
- Entrega e resposta a interação do professor dentro do prazo estipulado.

7.4 Conteúdos Curriculares

Na preocupação com a inter-relação das disciplinas para a execução do currículo, salienta-se a necessidade de se compreender qual é o significado da seleção de conteúdos para o curso.

Nessa busca de coerência quanto à concepção de ensino-aprendizagem firma-se com a ideia de não se impor novos currículos, novas metodologias, novos conteúdos dentro de uma nova tendência e prática pedagógica, mas sim adaptar essas novas tendências as necessidades e realidades dos alunos e professores.

Portanto, a seleção dos conteúdos leva em consideração a importância da reflexão e do diálogo dialéticos sobre o conhecimento teórico e específico da formação do administrador a partir de conhecimentos contextualizados, científicos e profissionais, somados as experiências e aprendizagens prévias de professores.

Sendo que esses conteúdos foram distribuídos da seguinte forma: Conteúdos de Formação Básica (FB); Conteúdos de Formação Profissional (FP); Conteúdos de Formação Complementar (FC); Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (EQT); Estágio Supervisionado; Atividades Complementares e Disciplinas Optativas

7.4.1 A Integralização da Carga Horária Total do Curso:

A carga horária do curso de Direito da Unitins atende a Resolução CNE/CES N°5, de 17 de Dezembro de 2018 (bacharelado).

Aos alunos que ingressaram no Curso de Direito da Unitins antes das mudanças aqui definidas e que ainda estiverem em processo de formação, opcionalmente, será garantido o direito de uma complementação curricular para que possam cursar as disciplinas necessárias à ampliação de sua atuação profissional, conforme estabelece esta proposta de currículo.

7.4.2 Quadro Equivalências de disciplinas

A transição é compulsória aos alunos ingressados a partir de 2018.1, considerando que a presente reformulação passou a vigorar em 2020.1.

A Tabela de Equivalência está anexada nesse documento (Anexo 1 – Tabela de Equivalência), com os componentes curriculares e suas respectivas equivalências. Na primeira coluna da esquerda as disciplinas do currículo proposto e na segunda coluna da direita corresponde ao currículo atual.

7.5 Curricularização da Extensão

Os Núcleos de Pesquisa e Geradores de Extensão são apresentados institucionalmente e convergem para a consecução da missão da Universidade e de seus princípios, gerando os respectivos produtos de interação de ensino – uma vez que são desenvolvidos no âmbito das disciplinas de forma complementar; de pesquisa – na medida em que promove a aquisição de competências inerentes ao ato investigativo no processo de ensino, identificando a necessidade de geração de novos conhecimentos; e de extensão – que possibilita a associação direta dos conteúdos e metodologias desenvolvidas no ensino e nas práticas investigativas com as ações de interação e intervenção social. Na Universidade Estadual do Tocantins, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é concebida como princípio institucional e pedagógico indispensáveis para a formação profissional.

O desenvolvimento das atividades acadêmicas associadas tem por objetivo possibilitar ao estudante os meios adequados para ampliar os conhecimentos indispensáveis à sua formação, além de despertar e fomentar suas habilidades e aptidões para a produção de cultura. Apresentando com princípio nortear a INSTRUÇÃO NORMATIVA/CONSEPE/N. 001/2017 que objetiva e estabelece os procedimentos para institucionalização das ações de extensão no âmbito da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS.

As atividades curriculares de extensão estarão inseridas na Matriz Curricular, distribuídas ao longo do processo de formação e serão realizadas de modo indissociável com as atividades de ensino, nas disciplinas obrigatórias ou eletivas e através dos programas, projetos institucionalizados, Trabalho de Conclusão de Curso, de Pesquisas e ainda através das Atividades de Complementares.

A proposta atende à necessidade de adequação à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, que parte da concepção de que a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula atividades de ensino e pesquisa promovendo, assim, o vínculo e aproximação necessária para estabelecer a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A proposta atende ainda à Política Nacional de Extensão e ao disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional da Unitins (2018-2022), no item 4.2 Plano/Estudo e Estratégias de curricularização, no qual consta a meta “curricularização (creditação da Extensão)”, bem como à Instrução Normativa 005/2019 GABREITOR.

Nesse caso, a integrar a prática extensionista na matriz curricular do Curso de Direito se torna uma ação-resposta a estas demandas e mais ainda, como forma de consolidar o caráter transformador da relação Universidade e seu entorno. A Extensão universitária é pensada aqui na mesma perspectiva sinalizada por Freire (2001): não é um processo impositivo da lógica universitária para a comunidade; não se trata de uma comunicação de um núcleo intelectual que objetifica o outro sujeito ou cenário social, mas trata-se de um verdadeiro diálogo, que se propõe sistemático, porém sempre aberto à multiplicidade de representações de mundo.

A perspectiva da Universidade será sempre a de compreensão e acolhimento das diferentes lógicas culturais e visões sobre comportamento social, organização e desenvolvimento cultural e humano e os diversos significados e subjetividades que constitui as comunidades que estarão vinculadas à prática extensionista definida no Curso de Direito. A opção metodológica que orientará essas ações é a metodologia participativa que é entendida como um conjunto de procedimentos através dos quais os sujeitos (internos ou externos à universidade), envolvidos no projeto estão interligados em dispositivos de consulta, diagnósticos, ensino, pesquisa, capacitação, diálogos efetivamente elaborados para alcançar objetivos em comum.

Do mesmo modo, utilizaremos a pesquisa-ação como fundamental para o desenvolvimento de uma visão e uma prática educativa que permite aos estudantes e professores a compreensão das singularidades do cotidiano comunitário e a participação dele. Essas ações contribuirão para consolidar o sentido de práxis

extensionista em uma visão aberta do trabalho intelectual, possibilitando que a extensão se constitua em seu compromisso social, fonte de conhecimento e de capacitação para todos os envolvidos, uma vez que ela propicia às comunidades externas à universidade acesso a informações científicas e tecnológicas em áreas diversas de atuação, bem como a formas de expressão artística ou cultural, cooperando, de certo modo, na construção de novos conhecimentos.

Nessa perspectiva, a extensão torna-se um importante veículo de informação para o mundo acadêmico, já que institui-se como uma riqueza de contatos; estimula a vida cultural nos câmpus e de seu entorno e revigoram-se ações transformadoras na sociedade. A extensão universitária pode ser conduzida através de metodologias diversas, no entanto, a metodologia participativa e a pesquisa-ação conquistam um lugar importante em projetos de extensão que mobilizam as comunidades externa.

Por fim, as Ações Curriculares de Extensão do curso de direito se estruturam em três áreas temáticas de extensão: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho.

As ações de extensão (ACEs) do curso de Direito serão contempladas dentro do prazo estipulado pela Resolução CNE/CES nº7, de 18 de dezembro.

7.6 Cooperação e Internacionalização Universitária

Atualmente um dos maiores desafios da ciência no Brasil é disseminá-la para além do território nacional. A internacionalização, neste contexto, se torna fundamental para o fortalecimento do ensino e disseminação da pesquisa desenvolvida no Brasil em nível global. A Unitins como universidade pública e Estadual do Tocantins, compreendendo esta necessidade e entendendo que associações em rede e parcerias interinstitucionais fortalecem a universidade como entidade geradora de conhecimento, visa neste momento se conectar em nível: regional, nacional e internacional. A troca de expertise promovida pelo intercâmbio de alunos e professores significa o primeiro passo da universidade para ganhos ainda maiores, ou seja, aqueles provenientes da troca científica, tecnológica e cultural impulsionada pela vinda de professores e alunos estrangeiros para a Unitins e o Estado do Tocantins.

Nos últimos anos, o Brasil registrou avanços significativos em relação à internacionalização no Ensino Superior, por meio de iniciativas como: O programa

Ciências Sem Fronteiras, e Capes-PrInt, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A internacionalização no Ensino Superior se insere no contexto de desenvolvimento global, trazendo impactos positivos nas esferas educacionais, sociais, econômicas e culturais das universidades. Além de posicioná-las em um cenário mundial.

Nesta perspectiva, a Unitins buscará desenvolver Políticas de Internacionalização para a promoção de cooperações internacionais bilaterais com Instituições do exterior, visando à mobilidade acadêmica e o desenvolvimento de pesquisa em parceria; oferta de cursos em plataforma online; participação em editais de fomento a ações de internacionalização; participação em projetos internacionais de popularização de ciências e projetos internacionais culturais e educativos; e a criação do Plano Institucional de Internacionalização. Além disso, buscará alinhar a internacionalização “em casa” com políticas linguísticas que promovam o ensino de idiomas estrangeiros para fins acadêmicos a partir da graduação.

Dentro desta visão, a Unitins reconhecendo a importância de formar cidadãos conscientes e proativos diante de necessidades globais, elege a internacionalização como uma das áreas prioritárias de seu planejamento de desenvolvimento institucional (PDI) no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

7.7 Matriz Curricular

No termos da RESOLUÇÃO CNE/CES N. 9, DE 29.09.2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, contemplando em seu projeto eixos interligados de formação, acima dos previstos nos Incisos de I a III, art. 5º da Resolução 9/04

- NPJ: Núcleo de Prática Jurídica
- EM: Escritório Modelo

MATRIZ CURRICULAR DIREITO - AUGUSTINÓPOLIS		
Curso: Bacharel em Direito	Duração Mínima: 10 semestres	
Turno: Noturno/Diurno	Duração Máxima: 15 semestres	
Carga Horária Total: 3.700 horas	Duração: 5 anos	
Disciplinas - 1º Período	C.H.	Créditos
Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	4
Filosofia Geral e Jurídica	30	2
Introdução ao Estudo do Direito e Hermeneutica Jurídica	60	4
História e Antropologia Jurídica	30	2
Direito Constitucional I	60	4
Interpretação, Produção de Texto e Linguagem Forense	60	4
Subtotal	300	20
Disciplinas - 2º Período	C.H.	Créditos
Análise Econômica do Direito e Economia Política	60	4
Direito Civil I – Parte Geral	60	4
Teoria Geral do Processo	60	4
Sociologia Geral e Jurídica	30	2
Metodologia da Pesquisa Científica	30	2
Direito Constitucional II	60	4
Subtotal	300	20
Disciplinas - 3º Período	C.H.	Créditos
Direito Civil II-Obrigações	60	4
Direito Processual Civil I	60	4
Direito Penal I	60	4
Direito Administrativo I	60	4
Direito Empresarial I	60	4
Eletiva 1- EaD	30	2
Subtotal	330	22
Disciplinas - 4º Período	C.H.	Créditos
Direito Civil III – Contratos	60	4
Direito Empresarial II	60	4
Direito Processual Civil II	60	4
Direito Penal II	60	4
Direito Administrativo II	60	4

Eletiva 2- EaD	30	2
Subtotal	330	22
Disciplinas - 5º Período	C.H.	Créditos
Direito Processual Penal I	60	4
Direito Civil IV –Propriedade	60	4
Direito Processual Civil III	60	4
Direito Penal III	60	4
Ética Geral e Profissional	60	4
Eletiva 3- EAD	30	2
Subtotal	330	22
Disciplinas - 6º Período	C.H.	Créditos
Direito Processual Penal II	60	4
Direito Civil V – Família	60	4
Direito do Trabalho I	60	4
Direito Processual Civil IV	60	4
Direito Penal IV	60	4
Estágio Supervisionado I– EM : Formas Consensuais de Solução de Conflitos	60	4
Eletiva 4-EAD	30	2
Subtotal	390	26
Disciplinas - 7º Período	C.H.	Créditos
Direito Processual Penal III	60	4
Direito Civil VI – Sucessões	60	4
Direito do Trabalho II	60	4
Prática Jurídica I- Prática Civil	60	4
Estágio Supervisionado II – EM –Cível	90	6
Direito Tributário I	60	4
Subtotal	390	26
Disciplinas - 8º Período	C.H.	Créditos
Direito Civil VII – Responsabilidade Civil e Consumidor	60	4
Direito Tributário II	60	4
Trabalho de Curso I - (Projeto e Apresentação do Projeto)	60	4
Estágio Supervisionado III– EM - Penal	90	6
Prática Jurídica Simulada II- Prática Penal	60	4
Direito Processual do Trabalho	60	4
Subtotal	390	26

Disciplinas - 9º Período	C.H	Créditos
Direito Internacional Público e Privado	60	4
Direito Eleitoral	60	4
Trabalho de Curso II –Produção e Defesa da Monografia.	60	4
Direito da Seguridade Social	60	4
Estágio Supervisionado IV – EM – Trabalhista	90	6
.Prática Jurídica Simulada III- Prática Trabalhista	60	4
Subtotal	390	26
Disciplinas – 10º Período	C.H.	Créditos
Direito Ambiental e Urbanístico	60	4
Direito Agrário	60	4
Estágio Supervisionado IV – EM – Consumidor e Previdenciário	90	6
Prática Jurídica Simulada IV- Prática Consumidor e Previdenciário	60	4
Empreendedorismo e Inovação	30	2
Direitos Humanos	30	2
Subtotal	330	22
CH Total	3480	232
Carga Horária da Matriz Curricular 3.480		
Atividades Complementares 220		
Total Geral 3.700		
DISCIPLINAS ELETIVAS		CH
Direito Virtual	Eletiva	30
Libras	Eletiva	30
Direito Imobiliário e Registral	Eletiva	30
Estatuto da Criança e do Adolescente	Eletiva	30
Legislação Penal Especial	Eletiva	30
Medicina Legal	Eletiva	30
Psicologia Forense	Eletiva	30
História, Cultura Afro-Brasileira e Indígena	Eletiva	30
Criminologia	Eletiva	30
Inglês para Fins Acadêmicos	Eletiva	30
		300

7.7.1 Ementário e bibliografia do curso

1º PERÍODO

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: História e Antropologia Jurídica	
Período: 1º Período	
C/H teórica: 30	Créditos: 2
EMENTA	
<p>Estudo crítico das características evolutivas do direito, desde suas primeiras manifestações até a contemporaneidade, com abordagem especial de aspectos relevantes da evolução do direito. Movimentos étnico-culturais. Método e conceitos básicos da antropologia. Estudo da antropologia e suas relações com o direito. Antropologia contemporânea. A evolução do conhecimento antropológico. Estudar e aprender Antropologia: objeto, métodos e linguagem. Os clássicos/teóricos da Antropologia: Claude Lévi Strauss, Roberto DaMatta, Darcy Ribeiro, Stuart Hall, Bronislaw Malinovisk. Franz Boas, Charles Darwin. As principais correntes/teorias da Antropologia: 1 Antropocentrismo. Multiculturalismo. Etnocentrismo. Evolucionismo. Determinismo. Pluralismo 7. Funcionalismo. Antropologia contemporânea. Antropologia sócio-cultural: o homem como ser bio-sócio-cultural. Cultura: identidade e diversidade. Noções de antropologia Indígena e negra – enfoque Brasil.</p>	
<p>Objetivo Geral: Instrumentalizar o acadêmico para analisar e interpretar a realidade social em suas dimensões antropológicas, buscando perceber a importância da Antropologia como mecanismo para se conhecer o homem, enquanto sujeito inserido em qualquer atividade social, permitindo que este compreenda as manifestações culturais que ocorrem na sociedade contemporânea, seja de ordem da construção de identidades, da concepção de artes, da cultura organizacional, da construção de valores e direitos, dos fenômenos e conteúdos da comunicação, e assim por diante.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ASSIS, Olney Queiroz/KUMPEL, Vitor Frederico. Manual de antropologia jurídica. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 2. NEDER, Gislene. História e Direito - Jogos de encontros e transdisciplinaridade. 1. ed. São Paulo: Editora Revan, 2007. 3. LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural. São Paulo – SP: Cosacnaify, 2008 4. HOEBEL, E. Anderson e Everett L. Frost. Antropologia Cultural e Social. (Tradução de Euclides Carneiro da Silva). – 14. ed. - Cultrix. – São Paulo, 2007. 	

Bibliografia Complementar:

1. SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. **Da Inimputabilidade Penal** – Em face do atual desenvolvimento da psicopatologia e da antropologia. 2. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2015.
2. COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga** – Estudo sobre o culto, o Direito e as instituições da Grécia e de Roma. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2009.

Biblioteca Virtual:

1. TÔRRES, Heleno Francisco. **Direito e poder:** nas instituições e nos valores do público e do privado contemporâneos estudos em homenagem a Nelson Saldanha. 1. ed. São Paulo. Editora Manole, 2005.
2. MIRANDA, Nilmário de. **Por que direitos humanos.** 1. ed. São Paulo. Editora Autêntica, 2006.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Filosofia Geral e Jurídica**Período:** 1º Período**C/H teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA:**

O Direito como objeto da Filosofia. Filosofia do Direito e Ciência do Direito. Estrutura tridimensional do Direito. Problema e sistema no direito. A autopoiese. Principais momentos da história da filosofia do direito. Conceito e estrutura da relação jurídica. Nova ideia do conceito de direito subjetivo. A pessoa na relação jurídica. Epistemologia jurídica. Questionamento acerca da cientificidade do Direito. Gnoseologia jurídica. A teoria do conhecimento aplicada ao direito. O conhecimento jurídico. Axiologia jurídica. Os valores no direito. A “ética material dos valores” de Max Scheler em oposição a Kant. A teoria da justiça: John Rawls. Ontologia jurídica. O problema do conceito e da essência do direito. Ontologia versus retórica, na filosofia e no direito. Metafísica, Gnoseologia e ontologia: um embate necessário. Filosofia do Direito através da História e das suas formulações. Clássicos da filosofia do direito: idealistas, materialistas e críticos.

Objetivo Geral:

Analisar as ciências jurídicas e sociais a partir do instrumental filosófico básico para a compreensão da filosofia do direito, desenvolvendo uma visão crítica da experiência jurídica, na busca de uma possível solução para a questão acerca do fundamento do Direito.

Bibliografia Básica:

1. BITTAR, Eduardo C.B. ALMEIDA, Guilherme de Assis. **Curso de Filosofia do Direito.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

2. NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
3. REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
4. ADEODATO, João Maurício; BITTAR, Eduardo C.B.. **Filosofia e Teoria Geral do Direito** – Homenagem a Tercio Sampaio Ferraz Junior. 1. ed. Quarter Latin, 2011.

Bibliografia Complementar:

1. ABBAGNANO, NICOLA. **Dicionário de filosofia**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
2. CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.
3. MASCARO, ALYSSON LEANDRO. **Introdução à Filosofia do Direito: Dos modernos aos contemporâneos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Biblioteca Virtual:

1. TEIXEIRA, Andreson Vichinkeski; OLIVEIRA, Elton Somensi de. **Correntes Contemporâneas do Pensamento Jurídico**. 1. ed. São Paulo. Editora Manole, 2010.
2. TÔRRES, Heleno Francisco. **Direito e poder: nas instituições e nos valores do público e do privado contemporâneos estudos em homenagem a Nelson Saldanha**. 1. ed. São Paulo. Editora Manole, 2005.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Constitucional I	
Período: 1º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
História Constitucional do Brasil. Conceito e Classificação e Elementos da Constituição Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais Interpretação da Constituição Constitucionalismo, Neoconstitucionalismo e Ativismo Judicial. Poder Constituinte. Reforma Constitucional. Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. Organização Político Administrativa do Estado. Forma, sistemas e Regimes de Governo. Regras da Federação Brasileira. Intervenção Federal.	
Objetivo Geral:	
Proporcionar ao acadêmico as noções básicas de Direito Constitucional, seus institutos e normas, em conformidade com o posicionamento doutrinário, a legislação infraconstitucional e o posicionamento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, e suas tendências atuais quanto aos Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil. Prepará-lo para o desempenho de funções como domínio e conhecimentos da supremacia da Constituição Federal no ordenamento	

jurídico brasileiro; contribuindo para a formação de um profissional crítico, construtivo e ético.

Bibliografia Básica:

1. LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
3. MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
4. SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 38 Ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

Bibliografia Complementar:

1. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Martires; BRANCOI, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 10. ed. Saraiva: São Paulo, 2015.
2. TEMER, Michel. **Elementos de direito constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
3. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 40 Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
4. TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 13 Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. SILVA, Roberto Baptista Dias da. **Manual de Direito Constitucional**. Barueri, SP: Manole, 2007.
2. RICCITELLI, Antonio. **Direito Constitucional teoria do estado e da constituição**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2007.
3. MACHADO, Antônio Cláudio da Costa; FERRAZ, Anna Candida da Cunha. **Constituição Federal Interpretada artigo por artigo parágrafo por parágrafo**. 3 ed. Barueri, SP: Manole, 2010.
4. HACK, Erico. **Direito Constitucional conceitos fundamentos e princípios básicos**. 1. ed. São Paulo: Intersaberes, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Ciência Política e Teoria Geral do Estado

Período: 1º Período

C/H teórica: 60

Créditos: 2

EMENTA

A ciência da política. A política como ciência autônoma. Elementos de política. Partidos políticos. Política e Direito Constitucional. Moral e Política. Concepção de Estado. O Estado e o cidadão. Fundamentos do Estado Moderno. Formas de governo e de Estado. Estado, povo e nação. O Estado e o Direito. Papel histórico do Estado. Conteúdo social e formas de Estado. Soberania e governo. O Estado e a ordem econômica e social. Poderes do Estado. Sistemas Eleitorais e Partidos Políticos. Grupos de Pressão.

Objetivo Geral:

Oferecer uma base conceitual que possibilite ao alunos uma compreensão rica e abrangente do fenômeno político e sua interface com o cotidiano. Tratar a política no âmbito do Estado e fora dele, buscando mostrar a relação entre poder, política, direito, e desenho do Estado. Relacionar o estudo do fenômeno jurídico com a dinâmica política da sociedade na qual nos inserimos; buscar compreender porque surgiu o Estado, porque permanece, quais as teorias que o justificam, dialogando sempre com diferentes perspectivas da teoria política. Aguçar no aluno seu senso crítico e uma visão mais ampla do Direito e da própria realidade.

Bibliografia Básica:

1. CICCIO, Cláudio de. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 8 Ed. São Paulo: RT, 2014.
2. AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 4.ed. São Paulo: Globo Editora, 2008.
3. DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 33 Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 4.ed. São Paulo: Globo, 2008.
2. STRECK, Lenio Luiz. **Ciência política e teoria do estado**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

Biblioteca Virtual:

1. BENTO, Leonardo Valles. **Governança e Governabilidade na Reforma do Estado entre eficiência e democratização**. 1. ed. São Paulo. Editora Manole, 2003.
2. MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública Tomo II**. 14 Ed. São Paulo. Editora Freitas Bastos, 2017.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Interpretação e Produção de Textos e Linguagem Forense

Período: 1º Período

C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
<p>Estudo da estrutura do texto, do parágrafo e da frase. Análise, produção e reescrita de textos, considerando os seguintes tópicos: norma culta e variação linguística, correção e adequação linguística em diferentes situações de uso profissional, regras de funcionamento da escrita. Linguagem jurídica. Petição inicial: linguagem, organização e forma. Narrativa dos fatos no discurso jurídico e sua função argumentativa. Estratégias de persuasão. O transcurso do tempo. A progressão temporal dos fatos e a coerência narrativa. Noções metodológicas de leitura e interpretação de textos técnicos. A argumentação a partir da leitura, análise e produção textual, com ênfase na coesão e coerência. A expressão oral como meio de comunicação eficaz.</p>	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Compreender a importância da leitura para o estudo acadêmico, utilizando o registro (fichamentos, resumos, resenhas) na construção de uma disciplina de estudo; Ler e analisar textos acadêmicos, científicos e outros, tendo em vista o estabelecimento de relações textuais, contextuais e intertextuais; Planejar e redigir textos, esquemas, resumos e resenhas crítico-informativas observando a estrutura dos mesmos além de clareza, <i>coerência</i>, objetividade e domínio das normas gramaticais exigidas pela língua padrão; Compreender os elementos e os gêneros do discurso jurídico, buscando utilizar, adequadamente, o vocabulário e as expressões usuais na comunicação jurídica.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ABREU, Antônio Suárez. A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção. 13. ed. Ateliê Editorial, 2009. 2. MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. Português Forense - Língua Portuguesa para Curso de Direito. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 3. RODRIGUEZ, Victor Gabriel. Argumentação Jurídica – Técnicas de persuasão e lógica informal. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARNEIRO, Maria Francisca. Direito e Lógica: temas de direito perpassados pela lógica. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2013. 2. DAMIÃO, Regina Toledo. Curso de português jurídico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2004. <p>Biblioteca Virtual:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. GOLD, Miriam; SEGAL, Marcelo. Português Instrumental para Cursos de Direito: como elaborar textos jurídicos. São Paulo. Editora Pearson, 2008. 	

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Introdução ao Estudo do Direito e Hermenêutica Jurídica	
Período: 1º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
<p>Epistemologia jurídica: caracteres, fundamentação filosófica e problemas da ciência do direito. Teoria geral do direito e conceitos jurídicos fundamentais: direito positivo; direito objetivo; direito subjetivo; direito público e direito privado. Fontes do direito. Teoria da norma e do ordenamento jurídico. Validade e vigência do direito no tempo e no espaço. Espécies de interpretação. Especificidades, conceito e objeto da Hermenêutica Jurídica. Lógica da aplicação da norma jurídica e método de interpretação. Concurso e conflito de regras e de princípios jurídicos. Direito Intertemporal: retroatividade e direito adquirido. Aplicação da lei no espaço e pluralidade de ordens jurídicas. Retórica e Teoria da Argumentação. Princípios de Interpretação Constitucional. Hermenêutica e Segurança Jurídica e Segurança Social. Importância da Hermenêutica para os Direitos Humanos. Principais Escolas Hermenêuticas. Teoria da interpretação.</p>	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Discutir os pressupostos, os conceitos e técnicas fundamentais para a produção e aplicação do conhecimento jurídico. Justificar a importância da disciplina para a compreensão geral dos saberes jurídicos e para a atuação concreta dos profissionais do direito.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito: Introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica e à lógica jurídica. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 2. FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 3. NADER, Paulo. Introdução ao Estudo do Direito. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. 4. FRANCA, Rubens Limongi. Hermenêutica Jurídica. 13.ed. São Paulo: RT, 2015. 5. MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e a Aplicação do Direito. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 6. DINIZ, Maria Helena. Compêndio de Introdução à Ciência do Direito. 25 ed. Saraiva, 2014. 7. ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica. São Paulo: Landy, 2005. 	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. PALMER, Richard E. Hermenêutica. Tradução de Maria Luisa Ribeiro Pereira. Lisboa - PO: Edições 70, 2006. 2. PERELMAN, Chaïm. Lógica jurídica: nova retórica. Tradução de Vergínia K. Pupi. 2. ed. São Paulo - SP: Martins Fontes, 2004. 3. STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção. 8. ed.rev.atual. Porto Alegre - RG: Livraria do 	

Advogado, 2009.

Biblioteca Virtual:

1. CLARECI, Mezzomo. **Introdução ao direito**. Caxias do Sul, RS: Editora Educs, 2011.
2. GLASENAPP, Ricardo. **Introdução ao direito**. São Paulo. Editora Pearson.
3. MELLO, Cleyson de Moraes. **Introdução ao estudo do direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2008.
4. REIS, Friede. **Ciência do Direito Norma Interpretação e Hermenutica Jurídica**. 9.ed. Barueri, SP: Manole, 2015.
5. MELLO, Cleyson de Moraes. **Hermenêutica e direito**. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2006.
6. COSTA, Leandro Sousa; CAMARGO, Leonardo Nunes. **Filosofia Hermenêutica**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

2º PERÍODO

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Sociologia Geral e Jurídica

Período: 2º Período

C/H teórica: 30

Créditos: 2

EMENTA

Sociologia. Sociologia Jurídica. Contexto histórico da Sociologia Jurídica. Conceito de sociologia. Sociologia Jurídica e ciência. Sociologia Jurídica e Conhecimento. Direito e Sociologia. Função Social do Direito. Conceito Sociológico do Direito. Direito como fato social. Organização social. Estrutura social. Desigualdade social. Símbolos e cultura. Instituições sociais. Mudança social e direito. Referenciais para o estudo da relação direito-sociedade: a abordagem marxista do direito, a abordagem de Emile Durkheim, a abordagem weberiana. Os processos sociais e as gerações de direitos. Tendências contemporâneas em sociologia do direito. Direito e Anomia. Relações entre o Direito e a Realidade Social. Os Clássicos da Sociologia Jurídica (Durkheim, Weber, Gurvitch, Ehrlich. Abordagem marxista do Direito. Os grandes problemas da Sociologia do Direito. Teoria Sistêmica do Direito. Direito Mudança Social.

Objetivo Geral:

A Sociologia Geral e Jurídica tem como objetivo buscar a compreensão da organização e desenvolvimento de instituições, as formas de controle social empregadas, estudos de legislação, a interação entre culturas jurídicas diferentes, a construção social debatendo as questões de cunho jurídico e principalmente estudar a relação entre Direito e mudanças sociais, buscando observar a aplicabilidade, eficiência e observância da lei conforme a transformação da sociedade.

Bibliografia Básica:

1. SOUTO, Cláudio. **Sociologia do direito**: uma visão substantiva. 3. ed. rev. aum. Porto Alegre - RS: Sérgio Antonio Fabris, 2003.
2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
3. ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7 ed. São Paulo: Martins, 2008.

Bibliografia Complementar:

1. MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
2. GERSON, Fernando. **A legitimação social do direito**. São Paulo: Editora Educs, 2014.

Biblioteca Virtual:

1. TÔRRES, Heleno Francisco. **Direito e poder nas instituições** e nos valores do público e do privado contemporâneos estudos em homenagem a Nelson Saldanha. 1 Edição. São Paulo. Editora Manole, 2005.
2. BASTOS, Aurelio Wander. **Teoria e sociologia do direito**. 5 Edição. São Paulo. Editora Freitas Bastos, 2012.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Metodologia da Pesquisa Científica**Período:** 2º Período**C/H teórica:** 30**Créditos:** 4**EMENTA**

As diferentes formas de conhecimento. O conhecimento científico. Métodos. O processo de pesquisa. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos. Método e eficiência nos estudos para elaboração dos trabalhos de pesquisa em ciências jurídicas. Pesquisa bibliográfica. Elementos e etapas da preparação de projetos de pesquisa; normas de apresentação de trabalhos acadêmicos (ABNT); Estrutura de artigo científico; aspectos éticos da pesquisa: o papel do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

Objetivo Geral:

Estudar os saberes, o conhecimento e a epistemologia, bem como a ciência e os métodos e técnicas para elaboração do trabalho científico.

Bibliografia Básica:

1. ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

2. BITTAR, Eduardo C.B. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
3. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

1. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 Edição. São Paulo: Cortez, 2007.
2. FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
3. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**. A pratica de fichamentos, resumos, resenhas. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2014.
4. IZEQUIAS, Estevam dos Santos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 11 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. GOLD, Miriam; **SEGAL**, Marcelo. **Português Instrumental para Cursos de Direito como elaborar textos jurídicos**. São Paulo. Editora Pearson, 2008.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Constitucional II	
Período: 2º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário. Processo Legislativo. Funções Essenciais à Justiça: Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia Pública. Controle de Constitucionalidade das Leis: evolução histórica, classificação, efeitos. Controle concentrado e difuso. Supremacia da Constituição. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem Econômica. Ordem Social.	
Objetivo Geral:	
Compreender as regras constitucionais básicas de Organização do Estado Federal, bem como suas principais características e requisitos necessários no processo Intervenção Federal e Estadual. Apresentar as regras básicas de organização da Administração Pública disposta na Constituição Federal. Estudar a estrutura e organização dos poderes delimitando suas competências e particularidades dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Conduzir o aluno a uma reflexão crítica e consciente acerca das instituições democráticas responsáveis pelo exercício constitucional das funções essenciais à justiça. Além de contribuir para a formação de um profissional crítico, construtivo e ético.	

Bibliografia Básica:

1. LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.
3. MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
4. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

Bibliografia Complementar:

1. MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Martires; BRANCOI, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 10. ed. Saraiva: São Paulo, 2015.
2. TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
3. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
4. TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. SILVA, Roberto Baptista Dias da. **Manual de Direito Constitucional**. Barueri, SP: Manole, 2007.
2. RICCITELLI, Antonio. **Direito Constitucional teoria do estado e da constituição**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2007.
3. MACHADO, Antônio Cláudio da Costa; FERRAZ, Anna Candida da Cunha. **Constituição Federal Interpretada artigo por artigo parágrafo por parágrafo**. 6. ed. Barueri, SP: Manole, 2015.
4. HACK, Erico. **Direito Constitucional conceitos fundamentos e princípios básicos**. 1 Edição. São Paulo: Intersaberes, 2012.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Análise Econômica do Direito e Economia Política	
Período: 2º Período	
C/H teórica: 30	Créditos: 2
EMENTA	

Fundamentos da Análise Econômica do Direito. Aplicação do instrumental microeconômico na análise do direito. Instituições do direito de propriedade, contratos e responsabilidade civil e políticas relacionadas. Organização da Atividade Empresarial e Mercado de Capitais. Teoria Econômica da Regulação. Democracia e Constituição.

Objetivo Geral:

Aprofundar o estudo dos conceitos e institutos do Direito sob o prisma da sua contextualização econômica. Tornar os alunos capazes de entender os artigos modernos sobre o tema, além de oferecer condições e instrumental para o desenvolvimento de suas próprias análises.

Bibliografia Básica:

1. COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Direito & Economia**. Porto Alegre. 5ª ed. Brokman Companhia Editora, 2010.
2. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
3. GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas , 2015.

Bibliografia Complementar:

1. BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo (org.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

Biblioteca Virtual:

1. RECH, Adir Ubaldo. BURZKE, Arlindo; GULLO, Maria Carolina. **Direito, Economia e Meio Ambiente Olhares de Diversos Pesquisadores**. São Paulo. Editora Educ, 2012.
2. MONTEIRO, Erika Roberta; SILVA, Pedro Augusto Godeguez da. **Introdução ao estudo da economia**. 1 ed. São Paulo. Editora Intersaberes, 2014.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Civil I – Parte Geral	
Período: 2º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Noção de Direito Civil. Lei de Introdução ao Código Civil: eficácia, conflito e interpretação das normas jurídicas. Das Pessoas, Dos direitos de Personalidade. Das Pessoas Jurídicas. Do Domicílio. Da ausência. Dos bens jurídicos. Das diferentes classes de bens. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico: defeitos, elementos acidentais, forma, prova, invalidade. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da Prescrição e da Decadência.	

Objetivo Geral:

Propiciar ao aluno, subsídios teóricos e práticos para desenvolver o estudo do Direito Civil. Destacar a relevância da parte geral do Direito Civil e sua necessidade no estudo dos demais livros da matéria e disciplinas correlatas. Despertar a visão crítica do estudante em relação aos institutos apresentados, considerando a importância das normas contidas na lei de Introdução ao Código Civil.

Bibliografia Básica:

1. DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. 32.ed. São Paulo: Saraiva, V.1.2015.
2. MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil 1 – Parte Geral**. 39. ed. São Paulo: Saraiva, V.1. 2005.
3. VENOSA, Silvio Salvo. **Direito Civil: Parte Geral**. 15. ed. São Paulo: Atlas. V1.2015.

Bibliografia Complementar:

1. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, V.1. 2015.

Biblioteca Virtual:

1. PELUSO, Antonio Cezar. **Código Civil Comentado doutrina e jurisprudência**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2011.
2. PANTALEÃO, Leonardo; PANTALEÃO, Juliana. **Direito Civil: parte geral**. Barueri, SP: Manole, 2006.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Teoria Geral do Processo

Período: 2º Período

C/H teórica: 60

Créditos: 4

EMENTA

Conceito de direito processual e sua divisão. A norma de direito processual e a norma de direito material. Considerações gerais sobre o processo, procedimentos e os princípios gerais e fundamentais do direito processual. O Direito Processual Constitucional. A Norma processual: fontes, objeto natureza e eficácia no tempo e no espaço. Da Jurisdição e da competência. Noções sobre o Direito de Ação e Direito de Resposta. Da atuação das partes e dos procuradores. Do Juiz e dos auxiliares do juízo. Da organização do Poder Judiciário.

Objetivo Geral:

Proporcionar conhecimentos teóricos que permitam a compreensão reflexiva e crítica do processo judicial, a partir dos contextos históricos e sociais e de seus institutos fundamentais. Identificar os pressupostos, princípios e características do processo; Compreender de forma reflexiva e crítica a evolução da concepção científica do processo nos contextos históricos e sociais; Proporcionar pleno

conhecimento dos institutos fundamentais que envolvem o processo judicial, bem como da estruturação e da organização do Poder Judiciário.

Bibliografia Básica:

1. ALVIM, José Eduardo Carreira. **Teoria Geral do Processo**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.
2. CINTRA, Antonio Carlos Araújo; DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
3. NERY JUNIOR, Nelson . **Princípios do processo na constituição federal: processo civil, penal e administrativo**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Bibliografia Complementar:

1. ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo Eletrônico: Informatização Judicial no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. BARROSO, Darlan. **Manual de Direito Processual Civil teoria geral e processo de conhecimento**. 2 ed. Vol 2. Barueri, SP: Manole, 2007.

3º PERÍODO

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Penal I	
Período: 3º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Introdução. Conceito e Características do Direito Penal. Fontes. Princípios do Direito Penal. A Norma Penal. Aplicação da Lei Penal: No Tempo e No Espaço. Lei Penal Em Relação as Pessoas: Imunidades e Prerrogativas. Teoria do Crime. Do Crime. Da Imputabilidade Penal. Do Concurso de Pessoas. Concurso de Crimes.	
Objetivo Geral:	
Conhecer de forma contextualizada os institutos da parte geral do Código Penal referente à teoria do crime, bem como sua relação com outras áreas jurídicas e com os princípios constitucionais. Conhecer o Direito Penal como forma de controle social e sua relação com Política Criminal e Criminologia; Entender o conceito e a classificação da infração penal; Conhecer os princípios constitucionais penais; Aplicar a lei penal no tempo e no espaço; Interpretar a lei penal de acordo com princípios de hermenêutica; Desenvolver a capacidade de compreensão dos vários	

institutos desenvolvidos pela teoria do delito e a problemática do controle social na sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica:

1. MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado**. 8. ed. São Paulo: Forense Universitária, V. 2. 2015.
2. CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, V. 1. 2015.
3. JESUS, Damásio de. **Direito penal, volume 1: parte geral**. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 1. 2015.
4. MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal**. 31. ed. São Paulo: Atlas, V. 1. 2015.
5. NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

Bibliografia Complementar:

1. GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral**. 18. ed. Niterói, RJ: Impetus, V. 1. 2016.

Biblioteca Virtual:

1. BUENO, Paulo Amador Thomaz Alves da Cunha. **Direito Penal: Parte Geral**. Barueri, SP: Manole, 2012.
2. MACHADO, Costa. **Código Penal interpretado artigo por artigo parágrafo por parágrafo**. 7.ed. Barueri, SP: Manole, 2017.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Administrativo I	
Período: 3º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Direito Administrativo: Conceitos, fontes, objeto do direito administrativo, evolução, atualidades e tendências doutrinárias. O Direito Administrativo na Constituição Federal: Artigo 37 da CF/88. O Regime Jurídico-Administrativo: conceito e importância. Princípios da Administração Pública. Poderes-deveres da Administração Pública. Abuso de Poder. Espécies de Poderes Administrativos. Poder de Polícia: Evolução histórica, conceito, caracterização, fundamentos e finalidades. Administração Pública: natureza, fins e atividades e órgãos públicos. Administração Direta e Indireta. Atividades Administrativas. Serviços Públicos: evolução histórica, regras constitucionais, caracterização e princípios aplicáveis. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Ato Administrativo: conceito,	

atributos, elementos, classificações e espécies, extinção e modalidades. Controle da discricionariedade pelo Poder Judiciário. Responsabilidade Civil do Estado: Evolução histórica e regras constitucionais.

Objetivo Geral:

Proporcionar ao acadêmico o conhecimento das noções basilares do Direito Administrativo, seus institutos e normas, com fundamento nos princípios constitucionais, doutrina, leis e jurisprudência, reconhecendo as tendências atuais quanto ao exercício da Função Administrativa. Prepará-lo para o desempenho de funções no âmbito da Administração Pública; contribuir para a formação de um profissional crítico, construtivo e ético.

Bibliografia Básica:

1. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
2. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
3. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
4. GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia Complementar:

1. ALLAYMER, Ronaldo R.B. Bonesso. **Manual de Licitação e Contrato Administrativo**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2014.
2. MELLO, Celso Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. HACK, Érico. **Noções Preliminares de Direito Administrativo e Direito Tributário**. 1. ed. São Paulo. Editora Intersaberes, 2013.

IDENTIFICAÇÃO
Curso: Direito
Disciplina: Direito Empresarial I
Período: 3º Período
Créditos: 4
EMENTA
Conceitos e autonomia do Direito Empresarial. Evolução histórica. Fontes e princípios. Teoria dos atos do comércio e da Empresa. Empresa. Empresário. Atividades não empresariais. Sujeitos da Atividade Empresarial: Empresário Individual, MEI, EIRELI e Sociedades. Micro empresa e Empresa de Pequeno Porte. Lei Geral da MPE. Registro Público de Empresas. Junta Comercial. Livros Empresariais. Atividade Empresarial Irregular. Nome empresarial. Estabelecimento

Comercial. Propriedade Industrial. Sociedades: conceitos, características, princípios e classificação. Sociedades do Código Civil. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima. Títulos de sociedades por ações. Dissolução das sociedades.

Objetivo Geral:

Possibilitar uma visão geral do Direito Empresarial, sob o ponto de vista doutrinário, legal e jurisprudencial, de modo a analisar os principais institutos do Direito Empresarial, bem como os direitos e obrigações decorrentes do exercício da atividade empresarial, principalmente no que tange a abrangência disposta no novo Código Civil, Código de Defesa do Consumidor e em Leis esparsas.

Bibliografia Básica:

1. REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 1. 34. ed. Rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial – Direito de Empresa**. 28 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. **Manual das Sociedades Comerciais**. 1. São Paulo: Saraiva.
3. BERTOLDI, Marcelo M. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
4. MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 39 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: Direito de empresa**. 28. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
2. BERTOLDI, Marcelo M. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 9 ed. São Paulo: RT, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. NÓBREGA, Camile Silva. **Direito empresarial e societário**. 2 ed. São Paulo. Editora Intersaberes, 2018.
2. GOMES, Fábio Bellote. **Manual de Direito Comercial de acordo com a nova lei de falência e recuperação de empresas** 2 edição. São Paulo. Editora Manole, 2007.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Civil II- Das Obrigações	
Período: 3º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	

Do Direito das Obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações: a cessão de crédito, da cessão de débito, da assunção de dívida, da cessão de contrato. Do adimplemento e da extinção das obrigações. Do pagamento: em consignação, em subrogação, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, transação. Da confusão. Da remissão de dívidas. Do inadimplemento das obrigações: mora, perdas e danos, juros legais, cláusula penal, arras.

Objetivo Geral:

Proporcionar um domínio dos princípios fundamentais das normas que regem o Direito das Obrigações, capacitando-o para solucionar situações práticas; Compreender o conceito e a importância do Direito das Obrigações; Identificar, classificar e relacionar as modalidades das obrigações, sua forma de transmissão e de extinção.

Bibliografia Básica:

1. DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro – Teoria Geral das Obrigações**. 30. ed. V. 2. São Paulo: Saraiva.2015.
2. MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil. V. 4 – Direito das Obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2003.
3. VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos**. 15. Ed. São Paulo: Atlas, V.2. 2015.
4. COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil – Obrigações: Responsabilidade Civil**. 7. ed. São Paulo:Revista dos Tribunais, V. 2. 2016.

Bibliografia Complementar:

1. DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Responsabilidade Civil**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil – Responsabilidade Civil. V.4**. 20. ed. São Paulo: Saraiva.2002.

Biblioteca Virtual:

1. PANTALEÃO, Leonardo.**Teoria Geral das Obrigações parte geral**. São Paulo. Editora Manole, 2005.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Processual Civil I	
Período: 3º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	

Direito Processual Civil: características, institutos, princípios. Processo: conceito e autonomia do Direito Processual Civil e suas relações com os demais ramos do Direito. Síntese da evolução histórica. Da Ação: natureza jurídica, condições, elementos da ação. Da Jurisdição e da Competência. Do Processo e do procedimento. Dos Pressupostos Processuais e dos atos processuais. Comunicação dos atos processuais. Do litisconsórcio. Da Intervenção de Terceiros. Da formação, da suspensão e da extinção do processo.

Objetivo Geral:

Introduzir o estudante em temas gerais do Direito Processual Civil e iniciar estudo do processo de conhecimento; Examinar as estruturas iniciais do processo de conhecimento; Criar condições para a aplicação do conhecimento sobre o direito processual civil na atividade forense.

Bibliografia Básica:

1. WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil – Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, V. 1. 2015
2. DONIZETTI, Elpídio. **Curso Didático de Direito Procesual Civil**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
3. MARTINS, Fabrício. **Novo Código de Processo Civil Comparado: Artigo por artigo**. 2. Ed. São Paulo: Editora Edjur, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. DIDIER Jr., Fredie. **Curso de direito processual civil**. 13 ed. Salvador: JusPODIVM, v.1. 2011.

Biblioteca Virtual:

1. BARROSO, Darlan. **Manual de Direito Processual Civil teoria geral e processo de conhecimento**. 2.ed. São Paulo: Editora Manole, Vol 2, 2007.
2. MACHADO, Costa. **Código de processo civil interpretado e anotado artigo por artigo. parágrafo por parágrafo**. 10 ed. São Paulo. Ed. Manole, 2011.

4º PERÍODO

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Empresarial II	
Período: 4º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	

Direito Cambiário. Título de Créditos: legislação aplicável, conceitos, características, títulos típicos e atípicos, princípios e classificação. Constituição e Exigibilidade do Crédito Cambiário: endosso, aval, apresentação, aceite, protesto e ação cambial. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicata Mercantil. Conhecimento de Depósito e Warrant. Conhecimento de Transporte. Outros títulos de crédito: Rural, Industrial, Comercial, Imobiliário. Contratos Mercantis. Compra e Venda Mercantil. Locação Comercial. Mandato Mercantil. Comissão Mercantil. Representação Comercial Autônoma. Concessão Mercantil. Franquia (franchising). Contratos Bancários em geral. Contratos bancários em espécie: alienação fiduciária, arrendamento mercantil (leasing), faturização (factoring) ou fomento mercantil. Seguro empresarial. Falência: evolução Histórica, conceitos, natureza jurídica. Causas da Falência. Sujeito Passivo. Legitimidade ativa. Juízo Falimentar. Efeitos Jurídicos e Administração da falência. Órgãos Auxiliares do Juízo Falimentar. Créditos Falimentares. Procedimento falimentar. Recuperação Judicial. Processo de Recuperação Judicial. Recuperação Extrajudicial. Crimes falimentares. Falência na MPE.

Objetivo Geral:

Apresentar o histórico, fundamentos e legislação referente ao Direito Cambiário, e, por conseguinte, os títulos de crédito, tanto no que tange a dogmática jurídica, quanto em seu aspecto doutrinário e jurisprudencial, por meio de uma abordagem da teoria geral dos títulos de crédito, sendo oportunizada a aplicação em situações práticas da vida empresarial. **Conhecer os conceitos e a classificação dos contratos mercantis.** Realizar uma abordagem geral sobre a empresa em crise, conhecendo os instrumentos da recuperação judicial e da falência.

Bibliografia Básica:

1. REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Comercial**. Vol 01 e 02. 34 ed. Rev e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial – Direito de Empresa**. 28 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
3. BERTOLDI, Marcelo M. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
4. MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 39 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. BERTOLDI, Marcelo M. **Curso Avançado de Direito Comercial**. 9 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
2. VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial**. 4 ed. Revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. NÓBREGA, Camile Silva .**Direito empresarial e societário**. 2 ed. São Paulo. Editora Intersaberes, 2018.
2. GOMES, Fábio Bellote. **Manual de Direito Comercial de acordo com a nova lei de falência e recuperação de empresas** 2 edição. São Paulo. Editora Manole, 2007.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Direito Penal II**Período:** 4º Período**C/H teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA**

Teoria da Pena. Da Penas: espécies, regimes, cominação, aplicação, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. Medidas de Segurança. Aplicação da Pena. Direitos do Preso. Circunstâncias Judiciais. Atenuantes e Agravantes. Reincidência. Dosimetria da Pena. Ação Penal. Extinção de Punibilidade.

Objetivo Geral:

Proporcionar aos acadêmicos do curso de Direito que estiverem inscritos na disciplina Direito Penal II um estudo jurídico crítico do conteúdo relativo à sanção penal, à ação penal e à punibilidade e extinção da punibilidade, por meio de abordagem interdisciplinar que leve em consideração, sobretudo, os fundamentos filosóficos, econômicos, políticos, sociológicos, históricos, criminológicos e político criminais desses institutos jurídico-penais, bem como os conteúdos das demais disciplinas jurídicas que com eles estiverem relacionados, com ênfase ao Direito Constitucional e ao Direito Processual Penal e com vistas ao conhecimento da legislação, da doutrina e da jurisprudência relativas a esses objetos, para que os referidos acadêmicos possam realizar tanto uma aplicação teórica quanto prática dessa parte do Direito Penal.

Bibliografia Básica:

1. CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal, vol 1 – Parte Geral**. 18 ed. Impetus, 2016.
3. BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 1. ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.
4. JESUS, Damásio de. **Direito penal: parte especial**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, V. 2. 2015.
5. MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal**. 31. ed. São Paulo: Atlas , V. 1. 2015.

Bibliografia Complementar:

1. JAWSNICKER, Francisco Afonso. **Prescrição Penal Antecipada**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

Biblioteca Virtual:

1. MACHADO, Costa. **Código Penal interpretado artigo por artigo parágrafo por parágrafo**. 7.ed. Barueri, SP: Manole, 2017.
2. MANOLE, Editoria Jurídica da Editora. **Código Penal**. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Direito Administrativo II**Período:** 4º Período**C/H teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA**

Licitação: conceito, fundamentos, objeto, princípios, modalidades, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação, procedimentos, anulação e revogação e recursos. Contrato Administrativo: conceito, distinções, características, modalidades, formalização, execução e controles. Extinção. Convênios e Consórcios. Terceirização na Administração Pública. Bens Públicos; Domínio Público, tipologia, afetação e Desafetação, regime Jurídico e uso de bens públicos por particulares. Agentes Públicos: Cargos, empregos e funções, regimes jurídicos aplicáveis. Servidores Públicos: Regime disciplinar e responsabilidades. Controle da Administração Pública: Controle Interno, Controle Parlamentar, Tribunal de Contas, Controle Jurisdicional e Ações Constitucionais de controle dos atos da Administração.

Objetivo Geral:

Apresentar ao acadêmico os principais institutos jurídicos utilizados pela Administração Pública no desenvolvimento de sua função administrativa, dispendo sobre as normas de contratação de particulares para a prestação de serviços públicos, bem como o procedimento necessário para a aplicação de penalidades aos seus agentes, além de apresentar as espécies de bens públicos, as formas de controle dos atos praticados pela Administração Pública e os mecanismos intervencionistas do Estado na propriedade e no domínio econômico nacional. Prepará-lo para o desempenho de funções no âmbito da Administração Pública; contribuir para a formação de um profissional crítico, construtivo e ético.

Bibliografia Básica:

1. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
2. CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**.

29. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

3. MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

Bibliografia Complementar:

1. BONESSO, Allaymer Ronaldo. **Manual de licitação e contrato administrativo**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2014.
2. GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
3. MELLO, Celso Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 32 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
4. NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. **Desapropriação para fins de reforma agrária**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

Biblioteca Virtual:

1. NÓBREGA, Camile Silva. **Direito empresarial e societário**. Curitiba: Intersaberes, 2015.
2. GOMES, Fábio Bellote. **Manual de Direito Comercial de acordo com a nova lei de falência e recuperação de empresas**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Direito Processual Civil II

Período: 4º Período

C/H teórica: 60

Créditos: 4

EMENTA

Do Processo e do procedimento. Tutela Provisória. Processo de Conhecimento: Procedimento Comum. Fase Postulatória. Petição inicial. Requisitos; Indeferimento; Pedido; Cumulação de pedidos; Citação; Intimação; Audiência de Tentativa de Conciliação; Resposta ao réu contestação, reconvenção. Revelia. Fase Ordinatória - Providências preliminares. Réplica. Julgamento conforme o estado do processo. Julgamento Antecipado do Mérito. Julgamento Antecipado Parcial do Mérito. Saneamento do processo. Fase Instrutória - Teoria Geral das Provas e provas em espécie. Fase Decisória – Sentença. Requisitos essenciais da Sentença. Efeitos da Sentença e Coisa Julgada.

Objetivo Geral:

O ensino de Direito Processual Civil objetiva, **instruir** o educando, no intuito capacitar ainda mais para a vivência social, capacitação essa lastreada com a doutrina, legislações, jurisprudências, segundo os preceitos teóricos. Dessa forma, **Treinar** o acadêmico, habilitando-o com a prática, para a aplicação dos conhecimentos e técnicas no que tange ao caráter instrumental de processo, podendo **demonstrar** no âmbito disciplinar, fase por fase do procedimento comum e o seu resolver final.

Referências Básicas

1. MARTINS, Fabrício Irun Silveira; TALAMINI, Eduardo. **Novo Código de Processo Civil Comparado: artigo por artigo**. 2. ed. São Paulo: Editora Edijur, 2016.
2. WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**. Vol.1. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
3. DONIZETTI, Elpídio. **Curso didático de direito processual civil**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
4. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado**. São Paulo : Saraiva, 2011.

Referências Complementares

1. THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 49. ed. Rio de Janeiro: Forense, V. 2. 2016.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Direito Civil III – Contratos**Período:** 4º Período**C/H teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA**

Teoria geral dos contratos – os diferentes regimes jurídicos do direito contratual. A formação do contrato. Objetivos da disciplina e noções gerais de contrato. Classificação dos contratos. Contrato preliminar. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção dos contratos. Estipulação em favor de terceiros. Contratos em espécie – compra e venda. Troca ou permuta. Contrato estimatório. Doação. Locação de coisas. Empréstimo (comodato e mútuo). Depósito. Prestação de serviço. Empreitada. Mandato. Comissão. Agência e distribuição. Corretagem. Transporte. Seguro. Constituição de renda. Jogo e aposta. Fiança. Transação. Compromisso e arbitragem.

Objetivo Geral:

Estudo dos principais contratos típicos do Direito Civil Brasileiro. Apresentar ao aluno os fundamentos necessários para a compreensão de toda e qualquer figura contratual, a partir da sistematização da teoria geral dos contratos; Familiarizar o discente com as múltiplas possibilidades contratuais, esclarecendo as peculiaridades da teoria geral dos contratos em espécie.

Bibliografia Básica:

1. DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, V. 3. 2015.
2. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais**. Volume 3. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar:

1. COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito civil**. 7. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, V. 2. 2016.
2. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. 15. ed. São Paulo: Atlas, V. 2. 2015.

Biblioteca Virtual:

1. PIVA, Rui Carvalho. **Direito civil: parte geral, obrigações, contratos, atos unilaterais, responsabilidade civil, direito das coisas**. Barueri, SP: Manole, 2012.

5º PERÍODO

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Civil IV – Propriedade	
Período: 5º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Propriedade: conceito. Aquisição da propriedade imóvel: formas de aquisição da propriedade imóvel. Usucapião, direitos de vizinhanças. Propriedade móvel. Aquisição da propriedade móvel. Condomínio. Direitos reais sobre coisas alheias. Direitos reais de garantia. Da função social da propriedade.	
Objetivo Geral	
Estudo da Posse e propriedade do Direito Civil Brasileiro. Familiarizar o discente com as múltiplas possibilidades de regularização da Posse e Propriedade, esclarecendo as peculiaridades e espécies.	

Referências Básicas

1. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. 11. ed. São Paulo: Saraiva, V. 5. 2016.
2. RODRIGUES, Silvio. **Direito civil:** direito das coisas v. 5. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
3. MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil:** Direito das Coisas de Acordo com o Novo Código Civil. Volume 3. São Paulo: Saraiva, 2003.

Referências Complementares

1. RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas.** 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
2. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil.** 15. ed. São Paulo: Atlas , V. 5. 2015.
3. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das coisas.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, V. 3. 2012.

Biblioteca Virtual:

1. ALMEIDA, Washington Carlos de. **Direito de Propriedade:** limites ambientais no código civil. Barueri, SP: Manole, 2006.
2. BÜHRING, Marcia Andrea. **Função socioambiental da propriedade.** Caxias do Sul, RS: Editora Educus, 2016.
3. COUTINHO, Diogo R. et al. **Propriedades em Transformação:** Abordagens Multidisciplinares sobre a Propriedade no Brasil. São Paulo Editora Blucher, 2018.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Processual Civil III	
Período: 5º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 2
EMENTA	
Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie: Apelação, Agravos, Embargos, Recurso Especial e Extraordinário, Recursos Inominados. O Processo nos Tribunais. Do processo de execução. Generalidades. Da execução em geral. Partes. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Execução provisória e definitiva. Da responsabilidade patrimonial. Do cumprimento de sentença. Das diversas espécies de execução. Execução contra a Fazenda Pública. Remição, suspensão e extinção da execução. Dos embargos de devedor.	

Objetivo Geral:

Introduzir o estudo da teoria dos recursos e das modalidades recursais; Examinar detalhadamente os meios de impugnação das decisões judiciais; Criar condições para a aplicação do conhecimento sobre o direito processual civil na atividade forense. Reconhecer técnicas e espécies de execução; Identificar princípios gerais da execução; Explicar a ação e processo de execução – aspectos gerais; Identificar as partes na execução; Explicar o capítulo sobre Responsabilidade Patrimonial; Realizar o estudo das fraudes (fraude contra credores / fraude à execução / fraude contra bem já constrito judicialmente) Analisar o inadimplemento do devedor; Explicar os títulos executivos; Reconhecer as diversas espécies de execução.

Bibliografia Básica:

1. WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso avançado de processo civil**. 15. ed. São Paulo: Revista do Tribunais, V. 1. 2015.
2. THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. 49. ed. Rio de Janeiro: Forense, V. 2. 2016.
3. MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil: Teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução**. 11. ed. São Paulo: Atlas, V. 2. 2015.

Bibliografia Complementar:

1. SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. Vol 3. São Paulo: Saraiva.
2. NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo na constituição federal: processo civil, penal e administrativo**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
3. MARTINS, Fabrício. **Novo código de processo civil comparado: artigo por artigo**. 2. ed. São Paulo: Editora Edijur, 2016.

Biblioteca Virtual:

1. BARROSO, Darlan. **Manual de Direito Processual Civil recursos e processos de execução**. Vol 2. Barueri, SP: Manole, 2007.
2. LUZ, Valdemar Pereira da. **Manual Prático dos Recursos Judiciais**. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2007.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Penal III	
Período: 5º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	

Crimes contra a Pessoa. Crimes contra o Patrimônio. Crimes contra a Propriedade Imaterial. Crimes contra a Organização do Trabalho. Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual. Crimes Contra o Casamento. Crimes Contra a Paz Pública e Contra a Fé Pública. Crimes Contra a Administração Pública.

Objetivo Geral:

Analisar o discurso dogmático dos tipos penais constantes do programa por um viés crítico. Articular o discurso dogmático e sua operacionalidade (manifesta e latente); e Estimular o pensamento crítico e a hermenêutica penal a partir de casos penais.

Bibliografia Básica:

1. NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática forense penal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária , 2014.
2. MASSON, Cleber. **Direito penal esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Forense Universitária , V. 3. 2016.
3. JESUS, Damásio de. **Direito penal: parte especial**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, V. 2. 2015.
4. CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, V. 1. 2015.
5. GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral**. 18. ed. Niterói, RJ: Impetus, V. 1. 2016.

Bibliografia Complementar:

1. GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal - Parte Especial - Vol II**. 13 ed. São Paulo: Impetus, 2016.
2. MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal – II Parte Especial (arts. 121 a 234 do CP)**. rev e atual por Renato N Fabbrini. 32 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. MOREIRA, Guaracy. **Código Penal Comentado**. 5. ed. São Paulo. Editora Rideel, 2015.
2. GILABERTE, Bruno. **Crimes contra o patrimônio**. 1. ed. São Paulo. Editora Freitas Bastos, 2013.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Processual Penal I	
Período: 5º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Teoria Geral. Fundamentos do Direito Processual Penal. Noções, denominação, conceito, objeto, fontes e princípios constitucionais processuais. Princípios	

Processuais Penais. Evolução histórica do Processo Penal. A Relação Jurídica Processual Penal. Da aplicação da Lei Processual Penal. Interpretação da Lei Processual Penal. Persecução Penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Sujeitos do processo. Jurisdição e Competência no Processo Penal. Conflitos de Jurisdição. Questões incidentais. Teoria da Prova e Provas em espécie no Processo Penal. Processo Penal e disciplinas afins. Partes no Processo Penal.

Objetivo Geral:

Estudar cientificamente o direito processual penal, analisando criticamente suas normas e princípios, especialmente, neste momento do curso, a relação entre sistema processual, gestão da prova e o conceito de verdade. Conectar o estudo científico com a realidade e a materialidade processual.

Bibliografia Básica:

1. GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, V. 1. 2015.
3. AVENA, Norberto Cláudio Pãncaro. **Processo penal: esquematizado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2015.

Bibliografia Complementar:

1. NUCCI, Guilherme de Souza. **Código de processo penal comentado**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.
2. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de processo penal comentado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, V. 1. 2014.
3. MIRABETE, JÚLIO FABBRINI. **Processo penal**. 10. ed. São Paulo: Atlas , 2000.
4. MAGNO, Levy Emanuel. **Processo penal**. 4. ed. São Paulo: Atlas , 2009.

Biblioteca Virtual:

1. MANOLE, Editoria Jurídica da Editora. **Código de Processo Penal**. 3. ed. São Paulo. Editora Manole, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Ética Geral e Profissional

Período: 5º Período

C/H teórica: 60

Créditos: 4

EMENTA

Ética: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Ética e moral. Ética e Direito. Ética Profissional. Ética Profissional no âmbito das diversas profissões jurídicas. Estatuto da OAB. Código de Ética e Disciplina da OAB. Os deveres éticos do estudante de direito. Os deveres profissionais e a relação com os clientes.

Objetivo Geral:

Analisar as obrigações sociais e funcionais do profissional do Direito ante as instituições constituídas e regulamentadoras bem como desenvolver um Juízo Ético desses profissionais que leve em conta o contexto humano no procedimento técnico em suas dimensões;

Bibliografia Básica:

1. BITTAR, Eduardo C.B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. CAMARGO, MARCULINO. **Fundamentos de ética geral e profissional**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
3. PERELMAN, Chaim. **Ética e direito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
4. SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

1. GALLO, Silvio (Org). **Ética e cidadania: caminhos da Filosofia, elementos para o ensino de filosofia**. 20. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
2. BITTAR, Eduardo C.B. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
3. ASHLEY, Patricia Almeida; QUEIROZ, Adele; CARDOSO, Alexandre Jorge Gaia. **Ética : e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LEGISLAÇÃO

1. Estatuto da Advocacia e da OAB (87 arts. de 04.07.1994)
2. Código de Ética e Disciplina da OAB (80. arts. De 19.10.2015).
3. Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (158. arts. De 06.11.1994).

Biblioteca Virtual:

1. LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista e penal**. 30. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.
2. RUSCHEINSKY Aloisio; CALGARO, Cleide; WEBER, Thadeu. **Ética Direito Socioambiental e Democracia**. Caxias do Sul, RS: Editora Educ, 2018.

6º PERÍODO

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Processual Penal II	
Período: 6º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
<p>Nulidades. Teoria Geral Dos Recursos. Recursos Criminais em Espécie: Recurso Em Sentido Estrito, Apelação, Embargos De Declaração. Embargos Infringentes E De Nulidade. Agravo Em Execução. Carta Testemunhável. Correição Parcial. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Recurso Ordinário Constitucional. Revisão Criminal. “Habeas Corpus”. Mandado de Segurança. Execução Penal.</p>	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Conhecer os procedimentos utilizados para o processo e julgamento das infrações penais; Conhecer e identificar as espécies de decisões judiciais existentes, bem como os recursos cabíveis às mesmas; Reconhecer os vícios processuais existentes e as formas de saná-los; Conhecer as espécies de recursos e o processamento dos mesmos com vistas às revisões das decisões judiciais; Identificar as espécies de Habeas Corpus, sua adequação, processamento e efeitos; Aprender as hipóteses de admissibilidade do Mandado de Segurança na esfera penal e seu processamento.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 2. NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, V. 1. 2015. 3. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, V. 1. 2014. 4. MIRABETE, JÚLIO FABBRINI. Processo penal. 10. ed. São Paulo: Atlas , 2000. 5. NORONHA, Edgard Magalhães. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Saraiva. 6. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. 15. ed. São Paulo: Saraiva, V. 2. 2014. 	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. AVENA, Norberto Cláudio Pãncaro. Processo penal: esquematizado. 1. ed. Rio de Janeiro: Método, 2015. 2. MAGNO, Levy Emanuel. Processo penal. 4. ed. São Paulo: Atlas , 2009. 3. OLIVEIRA, Flávio Cardoso de. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva, V. 5. 2009. 4. TÁVORA, Nestor. Curso de direito processual penal. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2019. 	

Biblioteca Virtual:

1. MANOLE, Editoria Jurídica da Editora. **Código de Processo Penal**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2018.
2. MOSSIN, Heráclito Antônio. **Nulidades no Direito Processual Penal**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2005 .

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Direito Processual Civil IV**Período:** 6º Período**C/H teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA**

Da Teoria Geral do Processo Cautelar e tutelas cautelares. Dos Procedimentos Especiais: Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária. Procedimentos Especiais: ação de consignação em pagamento; ação de Exigir Contas; Ações Possessórias; ação de divisão e demarcação de terras particulares; ação de Dissolução Parcial de Sociedade; Inventário e da Partilha; Embargo de Terceiro; Da Oposição; Das Ações de Família; Da Monitória; Da homologação do penhor legal; Da Restauração de Autos; Dos procedimentos de jurisdição Voluntária.

Objetivo Geral

O ensino de Direito Processual Civil objetiva, **instruir** o educando, no intuito capacitar ainda mais para a vivencia social, no que tange aos procedimentos específicos, tendo em vista que já se teve um contato prévio com as fases processuais e institutos de tutelas provisórias. Ademais, **Treinar** o acadêmico, habilitando-o com a prática, para a aplicação dos conhecimentos e técnicas no que tange ao caráter instrumental de processo com fulcro em **demonstrar** no âmbito disciplinar, aonde pode ser inserido cada procedimento estudado.

Bibliografia Básica:

1. MARTINS, Fabrício Irun Silveira, TALAMINI, Eduardo. **Novo Código de Processo Civil Comparado: artigo por artigo**. 2. Ed. Leme: CL EDIJUR, 2016.
2. Gonçalves, Marcus Vinicius Rios. **Direito processual civil esquematizado®** / Marcus Vinicius Rios Gonçalves ; coordenador Pedro Lenza. – São Paulo : Saraiva, 2016.
3. WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**, vol.1. 15.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
4. Donizetti, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. rev., ampl, e atual. São Paulo:Atlas,2015.

Bibliografia Complementar:

1. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código civil comentado. Revista, ampliada e atualizada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
2. THEODORO JUNIOR, Humberto. **Novo Código de Processo Civil: Anotado** - 20ª. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

Biblioteca Virtual:

1. MACHADO, Antônio Cláudio da Costa; VEZZONI, Marina. **Processo Cautelar: estudos avançados**. Barueri, SP: Manole, 2010.
2. VEZZONI, Marina. **Direito Processual Civil**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito do Trabalho I	
Período: 6º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
<p>História do Direito do Trabalho; Direito do Trabalho: Conceito, divisão, fontes, natureza jurídica e princípios. Direito Individual do Trabalho. Empregado e Empregador. Espécies de Trabalhadores. Contrato de Trabalho: Causas de Suspensão, Interrupção e Extinção do contrato de Trabalho com justa causa e sem justa causa. Direitos Trabalhistas: Férias, 13º salário, adicional de insalubridade, periculosidade, sobreaviso, Estabilidade e Licenças, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, Hora Extraordinária. Salário e Remuneração. Jornada de Trabalho, intrajornada e Interjornada.</p>	
Objetivo Geral:	
Compreender a relação de trabalho e emprego e as obrigações decorrentes destas relações. Analisar a evolução histórica do Direito do Trabalho, as transformações sócio-econômicas atuais, e os direitos humanos sociais, a fim de desenvolver uma visão crítica e humanista.	
Bibliografia Básica:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. CARRION, Valentin. CLT: Comentários à Consolidação das Leis Trabalhistas. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 2. CASSAR, Vólia Bomfim. Direito do trabalho. 11. ed. São Paulo: Método, 2015. 3. NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. Curso de direito do trabalho. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 4. FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo; FUHRER, Maximiliano Roberto 	

Ernesto. **Resumo de direito do trabalho**. 25. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

5. ROMAR, Carla Teresa Martins / (Coord.), Pedro Lenza. **Direito do Trabalho Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, .

Bibliografia Complementar:

1. OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de Contratos de Trabalho**. São Paulo: Atlas.
2. OLIVEIRA, Aristeu de **Rescisão do Contrato de Trabalho – Manual Prático**. São Paulo: Atlas.
3. PORTO, Lorena Vasconcelos. **A Subordinação no Contrato de Trabalho – uma releitura necessária**. São Paulo: LTR.

Biblioteca Virtual:

1. MACHADO, Costa. ZAINAGHI, Domingos Sávio. **CLT interpretada artigo por artigo parágrafo por parágrafo**. São Paulo. Editora Manole
2. CANDIDO, Cristina. **Legislação Trabalhista e Previdenciária**. São Paulo. Editora Pearson.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Penal IV	
Período: 6º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a Dignidade Sexual. Crimes contra a Família. Crimes contra a incolumidade Pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a Administração Pública.	
Objetivo Geral:	
Analisar o discurso dogmático dos tipos penais constantes do programa por um viés crítico. Articular o discurso dogmático e sua operacionalidade (manifesta e latente); e Estimular o pensamento crítico e a hermenêutica penal a partir de casos penais.	
Bibliografia Básica:	
1. GRECO, Rogerio. Curso de Direito Penal - Parte Especial . Vol III e IV. São Paulo: Impetus.	
2. CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal – parte especial vol. 3 . São Paulo: Saraiva.	
3. JESUS, Damásio E. Direito Penal – 1. vol 3 . São Paulo: Saraiva.	
4. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal – III e IV Parte Especial . São Paulo: Atlas.	

Bibliografia Complementar:

1. **DIAS**, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**. São Paulo: RT. .
2. **GRECO FILHO**, Vicente. **Tóxicos - Prevenção - Repressão**. São Paulo: Saraiva..
3. **JESUS**, Damásio E. **Crimes de Trânsito**. . São Paulo: Saraiva.
4. **Lei Antidrogas Anotada**. . São Paulo: Saraiva.

Biblioteca Virtual:

1. **SARRUBBO**, Mário Luiz. **Direito penal Parte Especial**. São Paulo. Editora Manole.
2. **GILABERTE**, Bruno. **Crimes contra o patrimônio**. 1 Edição. Editora Freitas Bastos.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Direito Civil V – Família**Período:** 6º Período**C/H teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA**

Direito de família. Conceito. Objeto. Natureza jurídica. Parentesco. Casamento: formalidades e impedimento, celebração, provas e nulidade. Regime de bens entre os cônjuges. Pacto antenupcial. Dissolução e extinção da sociedade conjugal. Divórcio. União estável. Das Relações de Parentesco. Da filiação. Adoção. Pátrio poder. Alimentos. Tutela. Curatela e ausência. Temas atuais e controversos de Direito De Família: união entre homossexuais e seus reflexos..

Objetivo Geral:

Apresentar ao estudante a estruturação pessoal, patrimonial e social da família e a diversidade de sua disciplina jurídica; Compreender a multiplicidade das relações familiares, a partir do estudo dos institutos fundamentais que estruturam o Direito de Família, especialmente a partir da incidência da norma constitucional.

Bibliografia Básica:

1. DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro 5**. Direito de Família. São Paulo: Saraiva.
2. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro- Direito de Família**. Vol. VI. São Paulo: Saraiva.
3. RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil 6 – Direito de Família**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar:

1. MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil 2 – Direito de Família**. São Paulo: Saraiva.
2. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil – Direito de Família**. v. 5. Rio de Janeiro.

3. VENOSA, Silvio Salvo de. **Direito Civil**. Direito de Família. São Paulo: Atlas, v. 4.

Biblioteca Virtual:

1. ALMEIDA JR., Fernando Frederico de. TEBALDI, Juliana Zacarias Fabre. **Direito Civil Família e Sucessões**. São Paulo. Editora Manole.
2. FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito Civil direito de família**. São Paulo. Editora Educus.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Estágio Supervisionado I – EM – Formas Consensuais de Solução de Conflitos

Período: 6º Período

C/H teórica: 60

Créditos: 4

EMENTA

A jurisdição e a justiça privada. Os métodos disponíveis para a justa composição dos conflitos. Habilidades de relacionamento e tecnologia da negociação. Mediação, jurisdição e jurisconstrução. Mediação, conciliação e transação. Papel e ética do mediador. Aspectos da Lei de Arbitragem. A mediação e a arbitragem no Brasil. Análise da Lei n. 9.307/96 e inovações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15).

Objetivo Geral:

Transmitir noções básicas acerca dos métodos extrajudiciais de resolução de conflitos, com ênfase na mediação e na arbitragem, no direito positivo brasileiro; Fazer com que o aluno se familiarize com o sistema extrajudicial de autocomposição de litígios.

Bibliografia Básica:

1. CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº9.307/96**. 3ª ed., rev., amp. e atual. São Paulo: Atlas.
2. SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Manual de arbitragem**. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Bibliografia Complementar:

1. BAPTISTA, Luiz Olavo. **Arbitragem comercial e internacional**. São Paulo: Lex Magister. CÂMARA, Alexandre Freitas. **Arbitragem — Lei nº 9.307/96**. 5. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris.
2. MARTINS, Pedro A. Batista. **Apontamentos sobre a Lei da Arbitragem**. Rio de Janeiro:Forense.

Biblioteca Virtual:

1. GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual dos MESCs meios extrajudiciais de solução de conflitos**. São Paulo. Editora Manole.
2. KAMEL, Antoine Youssef. **Mediação e arbitragem**. São Paulo. Editora Intersaberes.

7º PERÍODO

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Processual Penal III	
Período: 7º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
<p>Nulidades. Teoria Geral Dos Recursos. Recursos Criminais em Espécie: Recurso Em Sentido Estrito, Apelação, Embargos De Declaração. Embargos Infringentes E De Nulidade. Agravo Em Execução. Carta Testemunhável. Correição Parcial. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Recurso Ordinário Constitucional. Revisão Criminal. “Habeas Corpus”. Mandado de Segurança. Execução Penal.</p>	
<p>Objetivo Geral: Conhecer os procedimentos utilizados para o processo e julgamento das infrações penais; Conhecer e identificar as espécies de decisões judiciais existentes, bem como os recursos cabíveis às mesmas; Reconhecer os vícios processuais existentes e as formas de saná-los; Conhecer as espécies de recursos e o processamento dos mesmos com vistas às revisões das decisões judiciais; Identificar as espécies de Habeas Corpus, sua adequação, processamento e efeitos; Aprender as hipóteses de admissibilidade do Mandado de Segurança na esfera penal e seu processamento.</p>	

Bibliografia Básica:

1. GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de processo penal comentado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, V. 1. 2014.
3. MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo penal**. 10. ed. São Paulo: Atlas , 2000
4. TOURINHO FILHO, Fernando Costa. **Processo penal**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, V. 2. 2014.
5. CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, V. 1. 2015.
6. MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Processo penal**. 10. ed. São Paulo: Atlas , 2000.
7. TOURINHO FILHO, Fernando Costa. **Processo penal**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, V. 2. 2014.

Bibliografia Complementar:

1. TOURINHO FILHO, Fernando. **Processo Penal**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, V. 3. 2014.
2. TÁVORA, Nestor; Alencar, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2019.

Biblioteca Virtual:

1. MANOLE, Editoria Jurídica da Editora. **Código de Processo Penal**. 3. ed. São Paulo. Editora Manole, 2018.
2. MOSSIN, Heráclito Antônio. **Nulidades no Direito Processual Penal**. 3 edição. São Paulo. Editora Manole.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Direito Civil VI – Sucessões**Período:** 7º Período**C/H teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA**

Da sucessão em geral. Da herança e sua administração. Da vocação hereditária. Da aceitação e renúncia da herança. Dos excluídos da sucessão. Da herança jacente. Da petição de herança. Da sucessão legítima. Da ordem da vocação hereditária. Dos herdeiros necessários. Do direito de representação. Da sucessão testamentária. Do testamento: conceito, capacidade de testar, formas ordinárias do testamento, revogação, rompimento. Dos legados. Das substituições. Da deserdação. Da redução das disposições testamentárias. Do testamenteiro. Do inventário e da partilha. Dos sonegados. Da colação. Da partilha. Da garantia dos quinhões hereditários. Da anulação da partilha.

Objetivo Geral:

Analisar e debater as normas acerca do direito sucessório, destacando os agentes sucessíveis, sua legitimidade para a sucessão, bem como a interface com do direito de família, especialmente, as noções de parentesco e das entidades familiares; Analisar e discutir dialogicamente, a sucessão a partir da CF, como ela se coloca na vida do homem e como o homem pode defini-la, enquanto ato de última vontade, além de debater as diferenças entre herdeiro e entre sucessor a título singular.

Bibliografia Básica:

1. DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: 29. ed. São Paulo: Saraiva, V. 6. 2015.
2. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**: 22. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária , V. 6. 2015.
3. RODRIGUES, Sílvio. **Direito Civil**: direito das sucessões. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 7. 2003.
4. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: 15. ed. São Paulo: Atlas , V. 7. 2015.

Bibliografia Complementar:

1. PAZINI, Cláudio Ferreira. **Alimentos e Sucessão na União Estável**. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

Biblioteca Virtual:

1. ALMEIDA JR., Fernando Frederico de; TEBALDI, Juliana Zacarias Fabre. **Direito Civil Família e Sucessões**. São Paulo. Editora Manole.
2. GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de Direito Civil tabela com resumo e questões de concursos e da Ordem**. São Paulo. Editora Manole.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Direito do Trabalho II**Período:** 7º Período**C/H teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA**

Estagiário; Da Segurança e da Medicina do Trabalho: Cipa, Epi. Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho. Da Proteção do Trabalho da Mulher. Da Proteção do Trabalho do Menor. Direito Coletivo do Trabalho. Origens históricas dos Sindicatos. Direito Sindical Internacional. Criação e registro do sindicato; Entidade Sindical de grau superior. Organização Internacional do Trabalho - OIT. Conflitos coletivos de Trabalho e suas formas de solução: Convenções, Acordos e Dissídios Coletivos do Trabalho. A greve e o Lock-out. Representação dos trabalhadores na empresa, Cogestão.

Objetivo Geral:

Compreender a relação coletiva de trabalho no Brasil e sua evolução no mundo, a partir da análise dos princípios da liberdade sindical e autonomia negocial coletiva. Desenvolver uma visão crítica quanto à importância da atuação dos atores sociais para a evolução dos direitos trabalhistas e efetividade dos direitos humanos sociais.

Bibliografia Básica:

1. CARRION, Valentin. **CLT - Comentários à Consolidação das Leis Trabalhistas**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. GRÜNWARD, Marcelo Ricardo. **As provas de audiência no dissídio individual do trabalho**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2007.
2. TONIAL, Maira Angélica Dal Conte. **Dissídio coletivo: o mútuo consentimento como requisito**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

Biblioteca Virtual:

1. MACHADO, Costa. ZAINAGHI, Domingos Sávio. **CLT: interpretada artigo por artigo parágrafo por parágrafo**. São Paulo. Editora Manole.
2. NUNES, Diva Barbosa. **Noções básicas de direito para técnicos em Segurança do Trabalho**. São Paulo. Editora Difusão.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Direito Tributário I

Período: 7º Período

C/H teórica: 60

Créditos: 4

EMENTA

Direito Tributário: conceito, finalidade, natureza e autonomia. Fontes do direito tributário. Sistema tributário nacional: poder e competência de tributar. Discriminação das receitas tributárias. Princípios da tributação. Limitações ao poder de tributar: imunidades. Noções gerais sobre o tributo e suas espécies: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições sociais. Impostos: histórico, conceito e classificações. Impostos em espécie e elementos caracterizadores: impostos federais, impostos estaduais e impostos municipais. Legislação tributária. Obrigação tributária.

Objetivo Geral:

Favorecer uma visão integral do sistema tributário, assim como a formação do conhecimento por conceitos elementares, básicos e fundamentais a partir da Constituição Federal, capacitando o aluno ao exercício profissional crítico e consciente.

Bibliografia Básica:

1. AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 36. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.

Bibliografia Complementar:

1. CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**. 25. ed. São Paulo: Atlas , 2015.
2. FABRETTI, Lúaudio Camargo. **Código tributário nacional comentado**. 8. ed. São Paulo: Atlas 2009.
3. CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 30. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015.
4. ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito tributário**. 19. ed. São Paulo: Atlas , 2015.

Biblioteca Virtual:

1. HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. 2 Edição. São Paulo. Editora Intersaberes.
2. GLASENAPP, Ricardo Bernd. **Direito tributário**. São Paulo. Editora Pearson.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Estágio Supervisionado II – Escritório Modelo – Cível**Período:** 7º Período**C/H Prática:** 90**Créditos:** 6**EMENTA**

Atividades reais orientadas. Atendimento ao Público no Escritório Modelos. Elaboração de Peças Processuais Cíveis, desenvolvidas por meio de atendimento e orientação jurídicas à população hipossuficiente. Conciliações extrajudiciais.

Objetivo Geral:

Proporcionar aos alunos experiências e conhecimentos do dia a dia forense de um escritório de advocacia, para que estes estejam aptos a exercerem seu mister no exercício da mesma. Tendo em vista a elaboração de peças processuais, atendimento gratuito a população hipossuficiente de Augustinópolis e região visando a ética e disciplina nas relações processuais e interpessoais entre acadêmicos, população e todo meio forense.

Bibliografia Básica:

1. SILVA, DE PLÁCIDO E. **Vocabulário Jurídico**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
2. MARTINS, Fabrício. **Novo código de processo civil comparado**: artigo por artigo. 2. ed. São Paulo: Editora Edijur, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Código de processo civil comentado artigo por artigo**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.
2. BARBOSA, Rui. **O dever do advogado**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2006.
3. RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, V. 3. 2004.

Biblioteca Virtual:

1. LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado**: advocacia prática civil, trabalhista e penal. 30. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Prática Jurídica Simulada I – Parte Cível	
Período: 7º Período	
C/H Prática: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Prática jurídica simulada na área cível e processo civil. Resolução de problemas práticos através da elaboração de peças processuais: petição inicial, contestação e outras defesas, audiência, sentença de primeiro grau, recursos. Realização de trabalhos com ações simuladas nas áreas cíveis e simulados de provas da OAB.	
Objetivo Geral:	
Desenvolver no acadêmico uma percepção articulada da prática jurídica, com ênfase nas elaborações de petições iniciais, defesas e recursos cíveis, simulação de audiências de instrução, conciliação e mediação, além de outros atos que estimulem e habituem o aluno à realidade vivenciada na prática jurídica cível, como um todo.	

Bibliografia Básica:

1. DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, V. 8. 2015.
2. GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro, volume VII: direito das sucessões**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. .
3. RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil** direito das coisas v. 5. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Referências Complementares

1. BRASIL. Lei n. 5869, de 11 de janeiro de 1953. **Institui o Código de Processo Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm>. Acesso em: 18 fev.
2. COSTA, Daniel Carnio. **Execução no Processo Civil Brasileiro**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2010.
3. SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

Biblioteca Virtual:

1. LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista e penal**. 30. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.

8º PERÍODO

IDENTIFICAÇÃO	
Curso:	Direito
Disciplina:	Direito Civil VII – Responsabilidade Civil e Consumidor
Período:	8º Período
C/H Prática: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Responsabilidade civil, contratual e extracontratual, subjetiva e objetiva. Princípios gerais da responsabilidade civil. Dano patrimonial. Dano moral. Culpa. Risco. Nexo de causalidade. Excludentes da responsabilidade civil. Abuso do direito. Responsabilidades por fatos de terceiros. Responsabilidade do incapaz. Responsabilidade pelo fato da coisa. Responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil das prestadoras de serviços públicos. Responsabilidade civil por dano ambiental. Responsabilidade civil do médico. Responsabilidade civil do advogado. Definição de Consumidor e Fornecedor. Da Política Nacional De Relações De Consumo. Dos Direitos Básicos Do Consumidor. Da Qualidade De Produtos E Serviços. Da Prevenção e da Reparação dos Danos. Das Práticas Comerciais. Da Proteção Contratual. Serviços públicos. Das Sanções Administrativas. Das Infrações Penais.	

Objetivo Geral:

Apresentar uma visão geral do tratamento da responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro; Identificar as hipóteses de aplicação das teorias da responsabilidade subjetiva e objetiva; Identificar e capacitar o aluno para a articulação da responsabilidade civil nas esferas constitucional e consumerista, notadamente no que tange aos princípios que norteiam toda a responsabilidade civil, analisada sempre a interdisciplinaridade. Desenvolver no acadêmico uma percepção articulada da legislação atinente às relações de consumo, capacitando-o a conhecer criticamente os instrumentos administrativos e judiciais de efetivação dos direitos do consumidor, através de uma perspectiva constitucional da disciplina, bem como por uma análise sistemática do microsistema consumerista.

Bibliografia Básica:

1. NUNES, RIZZATTO. **Curso de direito do consumidor**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015
2. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015 **GARCIA**, Leonardo de Medeiros. **Código de Defesa do Consumidor: CDC – Doutrina e Jurisprudência para Utilização Profissional**. Salvador: Juspodivm.
3. BENJAMIN, ANTÔNIO H. V. **Manual de direito do consumidor**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso fundamental de direito do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014

Biblioteca Virtual:

1. PIVA, Rui Carvalho. **Direito civil parte geral obrigações contratos atos unilaterais responsabilidade civil direito das coisas**. São Paulo. Editora Manole.
2. FERNANDES, Alexandre Cortez. **Direito Civil responsabilidade civil**. São Paulo. Editora Educus
3. MANOLE, **Editoria jurídica da. Código de Defesa do Consumidor**. 8 Edição. São Paulo. Editora Manole.
4. PERIN JÚNIOR, Ecio. **A Globalização e o Direito do Consumidor aspectos relevantes sobre a harmonização legislativa dentro dos mercados regionais**. São Paulo. Editora Manole.

Curso:	Direito
Disciplina:	Trabalho de Curso I
Período:	8º Período
C/H Prática: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Elaboração do projeto de TCC. Pesquisa orientada. Compreensão e interpretação de dados. Rigor e Regras da Ciência. Produção de Relatórios, Dissertações e Teses. Sistema Amostral. Desenvolvimento da Pesquisa. Coleta dos Dados. Tabulação e Estatística dos Dados Coletados. Confeção de Gráficos. Análise e Interpretação dos Resultados. A Estrutura da Monografia. Redação da Monografia. Versão final do projeto monográfico, observando as normas da ABNT.	
Objetivo Geral:	
Compreender as etapas de construção do projeto de pesquisa, observando as normas da ABNT e Regulamento da IES necessários a fundamentação da elaboração da monografia.	
Bibliografia Básica:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. NUNES, RIZZATTO. Manual da monografia jurídica: como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 2. SANTOS, Izequias Estam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 11. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2015.. 3. GIL, Antonio Carlos . Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas , 2014.. 	
Bibliografia Complementar:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: Métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas , 2015. 2. SEVERINO, ANTONIO JOAQUIM . Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 3. FACHIN, ODÍLIA. Fundamentos de metodologia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006 4. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas , 2014. 	
Biblioteca Virtual:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. FRIEDE, Reis. Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica. São Paulo. Editora Manole. 	

IDENTIFICAÇÃO	
Curso:	Direito
Disciplina:	Estágio Supervisionado III – Escritório Modelo – Penal
Período:	8º Período
C/H Prática: 90	Créditos: 6
EMENTA	
Atividades reais orientadas. Atendimento ao Público no Escritório Modelos. Elaboração de Peças Processuais Penais, desenvolvidas por meio de atendimento e orientação jurídicas à população hipossuficiente.	

Objetivo Geral:

Proporcionar aos alunos experiências e conhecimentos do dia a dia forense de um escritório de advocacia, para que estes estejam aptos a exercerem seu mister no exercício da mesma. Tendo em vista a elaboração de peças processuais, atendimento gratuito a população hipossuficiente de Augustinópolis e região visando a ética e disciplina nas relações processuais e interpessoais entre acadêmicos, população e todo meio forense.

Bibliografia Básica:

1. NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática forense penal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
2. SILVA, DE PLÁCIDO E. **Vocabulário Jurídico**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

Bibliografia Complementar:

1. CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva.
2. CARVALHO, Roldão Oliveira de. CARVALHO NETO, Algomiro. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais – Doutrina, Prática e Legislação**. São Paulo: Bestbook.
3. CARVALHO, Roldão Oliveira de. CARVALHO NETO, Algomiro. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais – Doutrina, Prática e Legislação**. . rev., ampl. e atual. São Paulo: Bestbook.

Biblioteca Virtual:

1. LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista e penal**. 30. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Processual do Trabalho	
Período: 8º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
<p>Noções Preliminares de Direito Processual do Trabalho: Conceito, Princípios, Fontes, Fundamentos Históricos. Justiça do Trabalho: Organização. Ministério Público do Trabalho. Jurisdição e Competência da Justiça do Trabalho. Partes e Procuradores. Comissões de Conciliação Prévia. Dissídio Individual: Elementos, Condições, Pressupostos Processuais, Classificação das Ações Trabalhistas, Ritos Processuais; Petição Inicial, Intervenção de Terceiros. Defesa do Reclamado. Audiência Trabalhista. Provas. Sentença Trabalhista. Atos. Termos prazos processuais e Processos Informatizados; Da Suspensão do Processo; Prescrição, Perempção, Decadência e Preclusão; Despesas Processuais. Pressupostos Processuais. Nulidades Processuais. Recursos Trabalhistas: Princípios Gerais, Espécies. Liquidação de Sentença. Execução Trabalhista. Processos Especiais. Dissídio Coletivo: Formas de Composição, Poder Normativo da Justiça do Trabalho,</p>	

Espécies, Condições da Ação Coletiva; Do Processo nos Tribunais trabalhistas.

Objetivo Geral:

Compreender o procedimento trabalhista e suas especificidades, os procedimentos ordinário, sumário, sumaríssimo e especial utilizados na Justiça do Trabalho, tendo em vista os princípios da instrumentalidade do processo e da conciliação, a fim de alcançar soluções pacíficas para os conflitos trabalhistas e o efetivo acesso à justiça. Proporcionar ao aluno conhecimentos sobre o sistema processual adotado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem assim sua origem e desenvolvimento. É ainda objetiva desenvolver no aluno uma visão crítica sobre as teses existentes sobre a disciplina.

Bibliografia Básica:

1. MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**. 37. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
2. NASCIMENTO, Amauri Mascaro; NASCIMENTO, Sônia Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
3. SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTr, 2016.

Bibliografia Complementar:

1. ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso prático de processo do trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. GRÜNWARD, MARCELO RICARDO. **As provas de audiência no dissídio individual do trabalho**. 1. ed. São Paulo: LTr, 2007.
3. **Legislação:**
4. BRASIL, Decreto-lei nº 5.452, 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**, Brasília-DF, 1943.
5. BRASIL, Lei nº 13.467, 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho**, Brasília-DF, 2017. -

Biblioteca Virtual:

1. DAMASCENO, Fernando Américo Veiga. **Direito Processo e Justiça do Trabalho princípios e perspectivas**. São Paulo. Editora Manole.
2. OPITZ JÚNIOR, João Baptista. OPITZ NETO, João Baptista. BEPU JÚNIOR, Paulo. **Perícia Médica Trabalhista**. São Paulo. Editora Rideel.

Curso: Direito	
Disciplina: Prática Jurídica Simulada II – Prática Penal	
Período: 8º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Resolução de problemas práticos através da elaboração de peças processuais e simulados de provas da OAB e atuação em Júri Simulado. Introdução. Auto prisão em flagrante. Denúncia. Queixa-crime. Defesa Preliminar. Memoriais. Apelação. Recurso em sentido estrito. Embargos. Atuação em Júri Simulado e simulados de provas da OAB.	
Objetivo Geral:	
Proporcionar aos alunos experiências e conhecimentos do dia a dia forense de um escritório de advocacia, para que estes estejam aptos a exercerem seu mister no exercício da mesma. Tendo em vista a elaboração de peças processuais penais, simulação de audiências criminais e júri simulado, atendimento gratuito a população hipossuficiente de Augustinópolis e região visando a ética e disciplina nas relações processuais e interpessoais entre acadêmicos, população e todo meio forense.	
Bibliografia Básica:	
1. NUCCI, Guilherme de Souza. Prática forense penal . 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.	
2. MIRABETE, JÚLIO FABBRINI. Processo penal . 10. ed. São Paulo: Atlas, 2000.	
3. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado . 15. ed. São Paulo: Saraiva, V. 2. 2014.	
Bibliografia Complementar:	
1. SILVA, DE PLÁCIDO E. Vocabulário Jurídico . 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.	
2. TÁVORA, Nestor. Curso de direito processual penal . 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2019.	
Biblioteca Virtual:	
1. LUZ, Valdemar P. da. Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista e penal . 30. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.	

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Tributário II	
Período: 8º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	

Responsabilidade Tributária, Lançamento Tributário: modalidades, prescrição e decadência, Crédito tributário: constituição, hipóteses de suspensão, exclusão e extinção. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Administração tributária: fiscalização, dívida ativa e certidões negativas. Processo Administrativo Fiscal. Auto de Infração e Notificação Fiscal. Consulta Fiscal. Restituição e compensação na via administrativa. Processo Judicial Tributário. Execução Fiscal. Ação Anulatória. Ação Declaratória. Ação de Repetição do Indébito. Mandado de Segurança. Ação de Consignação em Pagamento.

Objetivo Geral:

Verificar os direitos e deveres dos contribuintes perante o Fisco Nacional, com análise da legislação tributária, bem como adquirir habilidades para o cálculo e prática dos Tributos Nacionais, conferir as penalidades previstas na legislação e o processo administrativo tributário.

Bibliografia Básica:

1. AMARO, LUCIANO. **Direito tributário brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 36. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2015

Bibliografia Complementar:

1. CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**. 25. ed. São Paulo: Atlas , 2015
2. ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito tributário**. 19. ed. São Paulo: Atlas , 2015.

Biblioteca Virtual:

1. HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. 2 Edição. São Paulo. Editora Intersaberes.
2. GLASENAPP, Ricardo Bernd. **Direito tributário**. São Paulo. Editora Pearson.

9º PERÍODO

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Internacional Público e Privado	
Período: 9º Período	
C/H teórica: 06	Créditos: 4
EMENTA	

Fundamento, conceito e distinção entre direito privado e público. Principais doutrinas e evolução histórica do direito internacional. Sujeitos do direito internacional. Definição. Classificação. Fontes dos do Direito internacional. Conflitos entre normas do Direito Internacional Público e as normas Internas. Domínio Público Internacional. Domínio Territorial e aéreo. Rios Internacionais. Domínio Marítimo. Jurisdição do Estado: população, nacionalidade. Imunidade de Estado. Imunidade diplomática. Imunidade Consular. Solução de Conflitos. Direito Internacional Privado: conceito, histórico, fontes. Condição jurídica do estrangeiro e conflito das leis. Reconhecimento internacional dos direitos adquiridos.

Objetivo Geral:

Compreender os sujeitos do Direito Internacional Público e Privado e suas relações no ordenamento jurídico de forma reflexiva e crítica em uma perspectiva multidisciplinar dos acontecimentos jurídicos e sociais.

Bibliografia Básica:

1. REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

1. GODINHO, Thiago José Zanini. **Elementos de Direito Internacional Público e Privado**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Biblioteca Virtual:

1. SEITENFUS, Ricardo. **Relações Internacionais**. 2.ed. Barueri, SP: Manole, 2013.
2. SALIBA, Aziz Tuffi. **Legislação de Direito Internacional**. 11. ed. São Paulo: Editora Rideel, 2016.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Direito e Processo do Consumidor

Período: 9º Período

C/H teórica: 30 | **Créditos:** 2

EMENTA

Definição de Consumidor e Fornecedor. Da Política Nacional De Relações De Consumo. Dos Direitos Básicos Do Consumidor. Da Qualidade De Produtos E Serviços. Da Prevenção e da Reparação dos Danos. Das Práticas Comerciais. Da Proteção Contratual. Serviços públicos. Das Sanções Administrativas. Das Infrações Penais. Da Defesa do Consumidor em Juízo. Das Ações Coletivas para a defesa de Interesses individuais homogêneos. Das Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços. Responsabilidade e Desconsideração da Pessoa Jurídica. Prescrição e Decadência. Da Coisa Julgada. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Da Convenção Coletiva de Consumo.

Objetivo Geral:

Desenvolver no acadêmico uma percepção articulada da legislação atinente às

relações de consumo, capacitando-o a conhecer criticamente os instrumentos administrativos e judiciais de efetivação dos direitos do consumidor, através de uma perspectiva constitucional da disciplina, bem como por uma análise sistemática do microsistema consumerista.

Bibliografia Básica:

1. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direitos do Consumidor**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

1. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de Direito do Consumidor**. São Paulo: Atlas, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. MANOLE, **Editoria jurídica da. Código de Defesa do Consumidor**. 8 Edição. São Paulo. Editora Manole.
2. PERIN JÚNIOR, Ecio. **A Globalização e o Direito do Consumidor: aspectos relevantes sobre a harmonização legislativa dentro dos mercados regionais**. São Paulo. Editora Manole.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Eleitoral	
Período: 9º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Direito Eleitoral Brasileiro. Fontes e Conceitos. Organização Judiciária Eleitoral. Alistamento Eleitoral. Partidos Políticos. Convenções Eleitorais e Registro De Candidatos. Inelegibilidades. Reeleição E Condutas Vedadas Aos Agentes Públicos. Propaganda Política. Medidas Preliminares À Votação E À Apuração. Votação. Apuração. Diplomação. Crimes Eleitorais. Competência para o processamento e julgamento dos crimes eleitorais. Do Processo de Impeachment. Ações e Procedimentos Típicos Eleitorais. Recursos Eleitorais.	
Objetivo Geral:	
Proporcionar ao acadêmico uma visão holística do Processo Eleitoral Brasileiro, dando-o compreensão acerca de todo este processo desde o alistamento eleitoral, até o processo de eventuais crimes eleitorais praticados pelos agentes políticos, seja antes, no momento ou até mesmo no exercício do cargo público.	
Bibliografia Básica:	
1. CÂNDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro . 15. ed. São Paulo: EDIPRO, 2012.	

Bibliografia Complementar:

1. CANDIDO, Joel José. **Direito Penal Eleitoral & Direito Processual Penal Eleitoral**. Edipro.
2. PRETTI, Gleibe. **Direito Eleitoral**. Alfacon.

Biblioteca Virtual:

1. MANOLE, Editoria Jurídica da Editora. **Constituição Federal**. 8a edição. São Paulo. Editora Manole.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Trabalho de Curso II**Período:** 9º Período**C/H teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA**

Planejamento, organização e desenvolvimento da qualificação do TC . A comunicação entre orientados/orientadores. Depósito de texto científico (normas ABNT). Defesa do trabalho perante banca composta pelo professor orientador e professores convidados do curso.

Objetivo Geral:

Executar cada etapa do desenvolvimento de um trabalho científico, em conformidade as Normas da ABNT e o Regulamento de TC da IES, orientando a construção dos slides da defesa, postura e oratória, utilização de recursos necessários para a avaliação da banca examinadora.

Bibliografia Básica:

1. NUNES, Antonio Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
2. SANTOS, Izequias Estevan dos. **Manual de Métodos e Técnicas de Pesquisa Científica**. 11. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2015.
3. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

1. RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. FRIEDE, Reis. **Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica**. São Paulo. Editora Manole.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito	
Disciplina: Estágio Supervisionado IV – Escritório Modelo – Trabalho	
Período: 9º Período	
C/H teórica: 90	Créditos: 6
EMENTA	
<p>Atendimento ao público assistidos do Núcleo de Prática jurídica da Unitins, para orientações jurídicas, protocolo e acompanhamento de processos reais. Conciliações extrajudiciais. Prática jurídica simulada na área trabalhista. Resolução de problemas práticos através da elaboração de questões e peças processuais equivalentes aos Exames da OAB, com ênfases em reclamação trabalhista, resposta da reclamada e recursos. Análise de processo trabalhistas desde a petição inicial até o trânsito e julgado do recurso final.</p>	
<p>Objetivo Geral:</p> <p>Fazer com que o acadêmico coloque em prática todo o conhecimento obtido em sala de aula, proporcionar ao estagiário do NPJ a oportunidade de aprender qual o melhor caminho a ser seguido para a efetiva solução do problema do cliente. A formação de profissionais conscientes do seu papel de pacificador social somente pode acontecer com a vivência na prática dos problemas e dilemas que irá enfrentar no cotidiano de seu futuro no meio jurídico.</p>	
<p>Bibliografia Básica</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. CARRION, Valentin. CLT: Comentários à Consolidação das Leis Trabalhistas. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 2. CASELLA, José Erasmo. Manual de Prática Forens: Processo Civil. . São Paulo: Saraiva. . 3. OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista. 50. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 	
<p>Bibliografia Complementar</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. SCHIAVI, Mauro. Execução no processo do trabalho. 7. ed. São Paulo: LTr, 2015. 2. SILVA, DE PLÁCIDO E. Vocabulário Jurídico. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. 	
<p>Legislação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. BRASIL, Decreto-lei nº 5.452, 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho, Brasília- DF, 1943. 2. BRASIL, Lei nº 13.467, 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, Brasília-DF, 2017. 	
<p>Biblioteca Virtual:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. LUZ, Valdemar P. da. Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista e penal. 30. ed. Barueri, SP: Manole, 2018. 	

2.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Prática Jurídica Simulada III- Prática Trabalhista**Período:** 9º Período**C/H Teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA**

Prática jurídica simulada na área trabalhista. Resolução de problemas práticos através da elaboração de questões e peças processuais equivalentes aos Exames da OAB, com ênfases em reclamação trabalhista, resposta da reclamada e recursos. Análise de processo trabalhista desde a petição inicial até o trânsito em julgado do recurso final.

Objetivo Geral:

Desenvolver no acadêmico, uma percepção articulada da prática jurídica com ênfase nas elaborações de reclamações trabalhistas e recursos trabalhistas, acompanhamentos de audiências e realização de audiências simuladas, propiciando ao estagiário a aprendizagem e a noção geral da prática trabalhista como um todo.

Bibliografia Básica:

1. OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista**. 50. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
2. ESPOLADOR, Rita de Cássia Resquetti Tarifa. **Direito Empresarial e Trabalhista**. São Paulo: Pearson, 2013.
3. OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculos trabalhistas**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

1. CORTEZ, Julpiano Chaves. **Prática trabalhista: cálculos**. 8. ed. São Paulo: LTr, 1996.
2. SILVA, DE PLÁCIDO E. **Vocabulário Jurídico**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
3. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Código de processo civil comentado artigo por artigo**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

Legislação:

1. BRASIL, Decreto-lei nº 5.452, 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**, Brasília-DF, 1943.
2. BRASIL, Lei nº 13.467, 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho**, Brasília-DF, 2017

Biblioteca Virtual:

1. LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista**

e penal. 30. ed. Barueri, SP: Manole, 2018.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito da Seguridade Social	
Período: 9º Período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
<p>Conceito e Princípios do Direito Da Seguridade Social. Evolução Mundial dos Sistemas de Previdência Social. Histórico da Previdência no Brasil. Técnicas de Proteção Social. Autonomia do Direito Previdenciário. Seguridade Social na Constituição De 1988. Organização da Seguridade Social. Beneficiários da Previdência Social. Custeio da Seguridade Social. Benefícios em Espécie e em Serviços. Carência e Prescrição. Infrações e Disposições Penais. Procedimentos Administrativos na Previdência Social.</p>	
<p>Objetivo Geral: Estimular o pensamento crítico do educando no tangente ao ramo autônomo do direito previdenciário. Desenvolver critérios e abordagens que possibilitem ao acadêmico unir o debatido em sala de aula com suas vivências do cotidiano. Assegurar aos educandos o conhecimento dos pilares da Seguridade Social, Previdência, Assistência e Saúde e suas implicações na situação fática e consequente reflexo prático pra a sociedade na qual estão inseridos.</p>	

Bibliografia Básica:

1. MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2014
2. OLIVEIRA, Wagner Roberto de. **Manual prático forense previdenciário: súmulas, enunciados e orientações jurisprudenciais**. 3. ed. São Paulo: Editora Edijur, 2016.
3. KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário**. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2009.

Bibliografia Complementar:

1. CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 7. ed. São Paulo: LTr, 2006.
2. GONÇALVES, Ionas Deda. **Direito previdenciário**. São Paulo: Saraiva, 2007

Biblioteca Virtual:

1. CHAMON, Omar. **Introdução ao Direito Previdenciário**. São Paulo. Editora Manole.
2. HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. São Paulo. Editora Manole.

10º PERÍODO

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direito Ambiental e Urbanístico	
Período: 10º período	
C/H teórica: 60	Créditos: 4
EMENTA	
Direito Ambiental: definição e abrangência. A constitucionalização do Direito Ambiental. Princípios informadores. Política Nacional do Meio Ambiente: objetivos e instrumentos de execução. Sistema Nacional do Meio Ambiente: Composição e competências. Espaços territoriais especialmente protegidos. Política Nacional de Recursos Hídricos: fundamentos, objetivos, instrumentos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.. Infrações administrativas ambientais. Crimes ambientais. Patrimônio cultural brasileiro: composição e instrumentos de proteção. Preservação Ambiental e uso sustentável dos recursos naturais, Direito Urbanístico: Fundamentos e Normas Gerais; Planejamento Municipal e Plano Diretor; Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo; Estatuto da Cidade; O Direito Ambiental nas Cidades.	

Objetivo Geral:

Conhecer a tutela jurídica do meio ambiente, políticas públicas aplicadas ao meio ambiente, medidas protetivas e punitivas, bem como compreender a amplitude da problemática ambiental atual e a importância do Direito Ambiental na busca de um modelo de desenvolvimento que garanta a sustentabilidade da vida no planeta; Apresentar ao aluno as noções elementares da ciência ambiental e dos negócios ligados ao campo/agroindústria, de forma que o estudante reforce seus conhecimentos desses temas.

Bibliografia Básica:

1. AMADO, Frederico Augusto Di Trindade. **Direito ambiental esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Forense, 2015
2. SIRVINKAS, LUÍS PAULO. **Manual de direito ambiental**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
3. ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 17. ed. São Paulo: Atlas , 2015.

Bibliografia Complementar:

1. ANTUNES, Paulo de Bessa. **Dano Ambiental: uma abordagem conceitual**. 2. ed. São Paulo: Atlas , 2015.
2. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Biblioteca Virtual:

1. RECH, Adir Ubaldo. **Direito e economia verde Natureza jurídica e aplicações práticas do pagamento por serviços ambientais**. São Paulo. Editora Educ.
2. ALMEIDA, Washington Carlos de. **Direito de Propriedade e limites ambientais no código civil**. São Paulo. Editora Manole.
3. VENERAL, Débora Cristina; et al. **Direito ambiental municipal gestão pública e sustentabilidade e direito ambiental internacional**. São Paulo. Editora Intersaberes.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Direito Agrário**C/H teórica:** 60**Créditos:** 4**EMENTA**

Princípios gerais. Classificação do imóvel rural. Terras públicas e particulares. Ação discriminatória. Reforma agrária. Propriedade e Posse e a função social da propriedade. Desapropriação. Zoneamento. Ocupação do Solo Urbano. Cadastro e tributação. O estatuto da terra. Contratos agrários. Aquisição de Imóvel Rural por estrangeiro.

Objetivo Geral:

Possibilitar ao acadêmico da disciplina de Direito Agrário conhecer o que é e quando e como se dá o instituto da Reforma agrária nos moldes da legislação pátria vigente.

Bibliografia Básica:

1. MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas , 2015
2. OLIVEIRA, UMBERTO MACHADO DE. **Princípios de direito agrário na constituição vigente**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2011.
3. MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito agrário brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas , 2015

Bibliografia Complementar:

1. NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. **Desapropriação para fins de reforma agrária**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2012
2. OPITZ, Silva C. B. **Curso completo de direito agrário**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007

Biblioteca Virtual:

1. RECH, Adir Ubaldo. **Direito e economia verde Natureza jurídica e aplicações práticas do pagamento por serviços ambientais**. São Paulo. Editora Educ.
2. ALMEIDA, Washington Carlos de. **Direito de Propriedade e limites ambientais no código civil**. São Paulo. Editora Manole.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Estágio Supervisionado V – Escritório Modelo – Consumidor e Previdenciário

Período: 10º Período

C/H teórica: 90

Créditos: 6

EMENTA

Atendimento ao público assistidos do Núcleo de Prática jurídica da Unitins, para orientações jurídicas, protocolo e acompanhamento de processos reais. Conciliações extrajudiciais. Prática jurídica simulada na área Previdenciária e Consumidor. Resolução de problemas práticos através da elaboração de questões e peças processuais equivalentes aos Exames da OAB, com ênfases em reclamação trabalhista, resposta da reclamada e recursos. Análise de processos Previdenciários e Consumidor, desde a petição inicial até o trânsito e julgado do recurso final.

Objetivo Geral:

Fazer com que o acadêmico coloque em prática todo o conhecimento obtido em

sala de aula, proporcionar ao estagiário do NPJ a oportunidade de aprender qual o melhor caminho a ser seguido para a efetiva solução do problema do cliente. A formação de profissionais conscientes do seu papel de pacificador social somente pode acontecer com a vivência na prática dos problemas e dilemas que irá enfrentar no cotidiano de seu futuro no meio jurídico.

Bibliografia Básica:

1. MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2014
2. NUNES, RIZZATTO. **Curso de direito do consumidor**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015
3. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. 13. ed. São Paulo: Atlas , 2015
4. BENJAMIN, ANTÔNIO H. V. **Manual de direito do consumidor**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar: .

1. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso fundamental de direito do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Atlas , 2014.
2. DENSA, Roberta. **Direito do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Atlas , 2006.

Biblioteca Virtual:

1. MANOLE, Editoria jurídica da Editora. **Código de Defesa do Consumidor Lei n 8078 de 11 de setembro de 1990**. 9. ed. São Paulo. Editora Manole.
2. GLASENAPP, Ricardo Bernd. **Direito trabalhista e previdenciário**. São Paulo. Editora Pearson.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Prática Jurídica Simulada IV- Consumidor e Previdenciário

Período: 10º Período

C/H Teórica: 60

Créditos: 4

EMENTA

Prática jurídica simulada nas áreas Consumidor e Previdenciária. Resolução de problemas práticos através da elaboração de peças processuais: petição inicial, contestação e outras defesas, audiência, sentença de primeiro grau, recursos. Realização de trabalhos com ações simuladas nas áreas: Da Defesa do Consumidor em Juízo. Das Ações Coletivas para a defesa de Interesses individuais homogêneos. Das Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços. Responsabilidade e Desconsideração da Pessoa Jurídica. Prescrição e Decadência. Da Coisa Julgada. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Da Convenção Coletiva de Consumo. Procedimentos Administrativos na Previdência Social. Simulados da OAB.

Objetivo Geral:

Desenvolver no acadêmico, uma percepção articulada da prática jurídica com ênfase nas elaborações de reclamações e recursos, acompanhamentos de audiências e realização de audiências simuladas, propiciando ao estagiário a aprendizagem e a noção geral das práticas Previdenciárias e do Consumidor como um todo.

Bibliografia Básica:

1. MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de direito previdenciário**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2014.
2. NUNES, RIZZATTO. **Curso de direito do consumidor**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
3. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. 13. ed. São Paulo: Atlas , 2015.
4. BENJAMIN, ANTÔNIO H. V. **Manual de direito do consumidor**. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

Bibliografia Complementar:

1. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso fundamental de direito do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Atlas , 2014.
2. GARCIA, Leonardo de Medeiros. FILOMENO, José Geraldo Brito. **Curso fundamental de direito do consumidor**. 3. ed. São Paulo: Atlas , 2014.: CDC – Doutrina e Jurisprudência para Utilização Profissional. Salvador: Juspodivm.

Biblioteca Virtual:

1. MANOLE, Editoria jurídica da Editora. **Código de Defesa do Consumidor Lei n 8078 de 11 de setembro de 1990**. 9 Edição. São Paulo. Editora Manole.
2. GLASENAPP, Ricardo Bernd. **Direito trabalhista e previdenciário**. São Paulo. Editora Pearson. - -

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Direitos Humanos	
Período: 10º Período	
C/H teórica: 30	Créditos: 2
EMENTA	
Evolução e construção histórica dos direitos humanos, bem como sua conceituação e fundamentação. Compreensão dos direitos humanos como direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Direitos fundamentais, características e análise do artigo 5º da Constituição Federal. Os Mecanismos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Jurisprudência Internacional de Direitos Humanos.	

Objetivo Geral:

Compreender os conteúdos ministrados a partir de uma análise sistemática, das normas constitucionais, conceitos doutrinários, jurisprudenciais e legais pertinentes a temática abordada. Contextualizar os acontecimentos jurídicos e sociais que gerem reflexos das regras constitucionais de forma multidisciplinar, reflexiva e crítica. Possuir capacidade e domínio jurídicos que sirvam como técnica, estratégia, articulação, para aplicação de conhecimentos com o propósito de dominar os princípios, conceitos e normas atinentes aos Direitos Humanos e suas implicações na sociedade, sobre os temas abordados na disciplina.

Bibliografia Básica:

1. TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015
2. PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015
3. PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

1. MAIA NETO, Cândido Furtado. **Promotor de justiça e direitos humanos: doutrina e prática : acusação com racionalidade e legalidade**. 3. ed. Curitiba: Juará, 2007.

Biblioteca Virtual:

1. BÜHRING, Marcia Andrea; FUHRMANN, Italo Roberto; TABARELLI, Liane. **Direitos Fundamentais Direito Ambiental e os Novos Direitos para o Desenvolvimento Socioeconômico**. São Paulo. Editora Educ
2. CALGARO, Cleide; PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; NOLL, Patricia. **Novos direitos socioambientalismo e desenvolvimento na sociedade moderna hiperconsumista**. São Paulo. Editora Educ.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Empreendedorismo e Inovação**Período:** 10º**C/H Teórica:** 30**Créditos:** 2**EMENTA**

Conceitos de Empreendedorismo e Empreendedor. Antecedentes do movimento empreendedorismo atual. Características, tipos e habilidades do empreendedor. Gestão Empreendedora, Liderança e Motivação. Empreendedorismo no Brasil. Prática Empreendedora. Ferramentas úteis ao empreendedor (marketing e

administração estratégica). Plano de Negócios – etapas, processos e elaboração. Empreendedorismo no Direito.

Objetivo Geral:

Proporcionar ao acadêmico o conhecimento das características empreendedoras, a busca das oportunidades de negócios e o desenvolvimento do plano de negócios voltados ao aspecto pessoal e jurídico.

Bibliografia Básica:

1. DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC , 2015.
2. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014..
3. MARIANO, Sandra Regina Holanda; MAYER, Verônica Feder. **Empreendedorismo**: fundamentos e técnicas para criatividade. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC , 2014.

Bibliografia Complementar:

4. DOLABELA, FERNANDO. **O segredo de Luísa** : uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. 1. ed. Rio Janeiro: Sextante, 2008.
5. CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração geral**. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

Biblioteca Virtual:

1. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração para Empreendedores fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. Editora Pearson.
2. DEGEN, Ronald Jean. **O Empreendedor empreender como opção de carreira**. Editora Pearson
3. BIAGIO, Luiz Arnaldo. **Empreendedorismo construindo seu projeto de vida**. Editora Manole.
4. TEIXEIRA, Tarcisio; LOPES, Alan Moreira. **Startups e inovação direito no empreendedorismo**. Entrepreneurship Law. Editora Manole.

ELETIVAS

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	
C/H teórica: 30	Créditos: 2
EMENTA	

Conceito de Libras, Fundamentos históricos da educação de surdos. Legislação específica. Aspectos. Linguísticos de Libras. Concepção de linguagens de sinais. Linguagem de sinais brasileira. O código de ética. Resolução do encontro de Montevideu. A formação de intérprete no mundo e no Brasil. Língua e identidade: um contexto de política lingüística. Cultura surda e cidadania.

Objetivo Geral:

Compreender os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) língua oficial da comunidade de surda brasileira, contribuindo para a inclusão educacional dos Surdos, entendendo os diversos conceitos de linguagens a partir de estudos sobre surdez, bem como conhecimento da Libras, legislação e Cultura Surda.

Bibliografia Básica:

1. FERNANDO, César Campovila; Walkiria, Duarte Rafael e CRISTINA, Aline. **Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira (Libras)** 3º Edição – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
2. SOUZA, Regina Maria de. **Educação de surdos: pontos e contrapontos.** – São Paulo: Summus, 2007.
3. SLOMSKI, Vilma Geni. **.Educação Bilíngue para Surdos: Concepções e omplicações práticas.** 1º Edição – Curitiba: Juruá, 2012.

Bibliografia Complementar:

1. KARNOPP Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de Sinais Brasileira SILVA, Márcia Amaral da. Surdos e as notações numéricas,** OS. Porto Alegre: ARTMED
2. SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas.** Curitiba: Juruá
3. SOUZA, Regina Maria de; SILVESTRE, Nuria. **Educação de surdos.** São Paulo: Summus. FRIZANCO, Mary Lopes Esteves; HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais.** São Paulo: Ciranda Cultural.

IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Direito	
Disciplina: Medicina Legal	
C/H teórica: 30	Créditos: 2
EMENTA	
Perícia médico-legal. Documentação médico-legal. Traumatologia forense. Deontologia médica. Criminalística. Identidade e identificação. Lesões. Identificação e distinção de Homicídios, suicídios e acidentes. Tanatologia. Sexologia forense. Aborto. Infanticídio. Toxicologia. Psicopatologia forense.	

Objetivo Geral:

Destacar a importância da Medicina Legal no estudo jurídico, aliando os conceitos teóricos aos meios mais utilizados para a elucidação de crimes em suas peculiaridades. Reconhecer e Analisar os diagnósticos médico-legais nos fenômenos cadavéricos imediatos e consecutivos. Conhecer a relação entre a Medicina e o Direito; Identificar os documentos médicos-legais e as suas devidas utilizações e necessidades.

Bibliografia Básica:

1. FRANCA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
2. CROCE, Delton; CROCE JÚNIOR, Delton. **Manual de Medicina Legal**. São Paulo: Saraiva. **GOMES, Hélio. Medicina Legal**. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Freitas Bastas.

Bibliografia Complementar:

1. MARANHÃO, Odon Ramos. **Curso Básico de Medicina Legal**. 3 ed. São Paulo: RT.
2. VANRELL, Jorge Paulete. **Manual de Medicina Legal – Tanatologia**. 4ª Ed. São Paulo: Mizuno.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Direito Imobiliário e Registral**C/H teórica:** 30**Créditos:** 2**EMENTA**

Conhecimento acerca de inúmeros aspectos jurídicos ligados à propriedade imobiliária, especialmente acerca de determinados contratos praticados mais comumente, como financiamento para aquisição de imóveis, observando-se também regras concernentes ao sistema registral brasileiro; Princípios e Sistemas registrais. Retificação de registro Imobiliário sendo analisados fatores vinculados à proteção do consumidor, complementando temas não abordados dentro do currículo de outras disciplinas presentes no currículo obrigatório do Curso de Direito.

Objetivo Geral:

Proporcionar aos alunos um conhecimento teórico e prático básico sobre o Direito Imobiliário e a resolução dos possíveis conflitos que este possa suscitar

Bibliografia Básica:

1. GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro: Forense.
2. FIORANELLI, Ademar. **Direito Registral Imobiliário**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
3. CENEVIVA, Walter. **Lei dos Registros Públicos Comentada**. São Paulo: Saraiva

Bibliografia Complementar:

1. CARVALHO, Afrânio. **Registro de Imóveis**. Rio de Janeiro: Forense.
2. LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Tratado dos Registros Públicos**. Brasília: Jurídica.
3. MUKAI, Toshio. **O Estatuto da Cidade**. São Paulo: Saraiva.
4. PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Condomínio e Incorporações**. Rio de Janeiro: Forense.
5. TEPEDINO, Gustavo. **Multipropriedade Imobiliária**. São Paulo: Saraiva.

Biblioteca Virtual:

1. ROCHA JÚNIOR, Cid. KAMEL, Antoine Youssef. **Noções elementares da atividade notarial e registral**. São Paulo. Editora Intersaberes.
2. CASTRO, Lucas Fernando de. **Registro de imóveis**. São Paulo. Editora Intersaberes.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Direito Virtual**C/H teórica:** 30**Créditos:** 2**EMENTA**

Revolução da Informação. Tecnologia da Informação. Pesquisa de Legislação, Doutrina e Jurisprudência. Serviços Jurídicos Disponíveis na Internet. Novas Formas de Comunicação Eletrônica. Automação de Escritórios. Documento Eletrônico. Contrato Eletrônico. Relações de Consumo em Ambiente Eletrônico. Os Meios Eletrônicos e a Tributação. Direitos Autorais em Ambiente Eletrônico. Crimes de Informática. Privacidade em Ambiente Eletrônico. Trabalho em Ambiente Eletrônico. Informatização do Processo Judicial. Os Meios Eletrônicos e as Eleições. A Evolução da Internet no Brasil.

Objetivo Geral:

Levar ao acadêmico o conhecimento desse novo ramo do Direito e as consequências jurídicas advindas com a tecnologia digital, especialmente a informática, identificando os aspectos teóricos que envolvem a área; reconhecendo o conceito de direito eletrônico, meios de utilização de novas tecnologias e a legislação que rege este novo ramo do direito.

Bibliografia Básica:

1. CASTRO, Aldemário Araújo. **Informática Jurídica e Direito da Informática**. Livro Eletrônico.
2. ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **Processo Eletrônico e Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Forense.
3. MAUAD, Sandra. **O Direito na Era Digital**. São Paulo.
4. PECK, Patrícia. **Direito Digital**. São Paulo: Saraiva.

Bibliografia Complementar:

1. ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo; CASTRO, Aldemário Araújo. **Manual de Informática e Direito da Informática**. Rio de Janeiro: Forense.
2. MARCACINI, Augusto Tavares R. **Direito e Informática: Uma abordagem jurídica sobre criptografia**. Rio de Janeiro: Forense.
3. OLIVEIRA, Maurício Lopes. ASCENSÃO, José de Oliveira. **Cadernos de Direito da Internet: os atos de reprodução no ambiente digital; as transmissões digitais**. Vol I. Rio de Janeiro: Lumens Júris.

IDENTIFICAÇÃO**Curso:** Direito**Disciplina:** Criminologia**C/H teórica:** 30**Créditos:** 2**EMENTA**

A criminologia como ciência. O homem delinquente. A sociedade criminógena. As instâncias formais de controle do crime e o sistema da justiça penal.

Objetivo Geral:

Oportunizar ao acadêmico de Direito o conhecimento da teoria e princípios da Criminologia, dando assim maior suporte para que o mesmo conheça os crimes não previstos no Código Penal.

Bibliografia Básica:

1. CRESPO, Aderlan. **Curso de Criminologia**. São Paulo: Campus, 2009.
2. MAÍLLO, Alfonso Serrano. **Introdução à Criminologia**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2011.
3. BITTAR, Walter Barbosa. **A Criminologia no Século XXI**. São Paulo: Lumem Juris, 2011.

Bibliografia Complementar:

1. SÁ, Alvino Augusto de; SHECARIA, Sérgio Salomão. **Criminologia e os Problemas da Atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011.
2. CONDE, Francisco Muñoz Hassemmer. **Introdução à Criminologia**. São Paulo: Lumem Juris, 2011.

3. SANTOS, Giselda Maria Scalon Seixas. **Dicionário de Criminologia**. São Paulo: Ícone, 2011.

Biblioteca Virtual:

1. BACILA, Carlos Roberto. **Introdução ao direito penal e criminologia**. Editora Intersaberes.
2. GAUER, Ruth Maria Chittó. **Criminologia e sistemas jurídicopenais contemporâneos I**. Editora EdiPUC-RS.
3. GAUER, Ruth Maria Chittó. **Criminologia e sistemas jurídicopenais contemporâneos II**. Editora EdiPUC-RS.
4. GLOECKNER, Ricardo Jacobsem, Amara, Augusto Jobim do. **Criminologia em crítica**. EdiPUC-RS.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Legislação Penal Especial

C/H teórica: 30

Créditos: 2

EMENTA

Dos Crimes hediondos e equiparados a Hediondos; Dos crimes de trânsito; Do Estatuto do Armamento e seus crimes. Crimes de abuso de autoridade. Crimes de prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas e outros.

Objetivo Geral:

Oportunizar ao acadêmico de Direito o conhecimento da legislação material e processual penal esparsa, dando assim maior suporte para que o mesmo conheça os crimes não previstos no Código Penal.

Bibliografia Básica:

1. NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Especiais Comentadas**. São Paulo: Revistas dos Tribunais.
2. STOCO, Rui; FRANCO, Alberto Silva. **Leis Penais Especiais e sua Interpretação Jurisprudencial** . v 2. São Paulo: Revista dos Tribunais.
3. RAMAYANA, Marcos. **Leis Penais Especiais Comentadas**. São Paulo: Impetus.

Bibliografia Complementar:

1. DELMANTO, Roberto; DELMANTO JR. Roberto; DELMANTO, Fábio M. de Almeida. **Leis Penais Especiais Comentadas**. São Paulo: Renovar.
2. MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. **Lei das Contravenções Penais e Leis Especiais Correlatas**. São Paulo: Lupri Editora.

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Psicologia Forense	
C/H teórica: 30	Créditos: 2
EMENTA	
<p>Conceito de Psicologia Jurídica. Âmbito de Abrangência nas diferentes áreas do Direito. Esfera Criminal, Cível, Infância e Juventude, Idoso e Direito de Família. Desenvolvimento da Personalidade Humana. Provas, Perícias e Avaliações Psicológicas.</p>	
<p>Objetivo Geral: Conhecer a ciência Psicologia com um olhar holístico acerca do Ser Humano inserido no seu contexto sócio-cultural e possibilitar ao aluno oportunidade para familiarização da teoria psicológica.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. FONSECA, Antônio Castro; SIMÕES, Mário R. Psicologia Forense. São Paulo: Mari/Almedina. . 2. MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni; OSMIR, José. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas. 3. MYRA Y LOPES, Emílio. Manual de Psicologia Jurídica. . São Paulo: Impactus. . 4. TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. . Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado. 5. BARROS, Célia Silva Guimarães. Pontos de Psicologia Geral. São Paulo: Ática, 2007. 6. BRAGHIROLI, Elaine Maria. Psicologia Geral. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 7. SCHULTZ, Duane, P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. História da Psicologia Moderna. Tradução da 9 ed. norte-americana. São Paulo: Cengage Learning, 2011. <p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. JESUS, Fernando de. Psicologia Aplicada à Justiça. Goiânia: AB. S/D. 2. RIGONATTI, Sérgio Paulo. Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica. . São Paulo: Vetor. 3. SILVA, Denise Maria Perissini da. Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense. 4. ANTUNES, Celso. A inteligência emocional na construção do novo eu. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 	

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: Direito da Criança e do Adolescente

C/H Teórica: 30	Créditos: 2
EMENTA	
<p>Noções introdutórias. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Órgãos competentes para zelar pelos direitos da criança e do adolescente. Poder judiciário. Medidas de proteção à criança e ao adolescente. Procedimentos. Garantias processuais. Procedimentos especiais. Ato infracional. Medidas socioeducativas. Infrações administrativas e crimes em espécie. Política de atendimento à criança e ao adolescente.</p>	
<p>Objetivo Geral: Proporcionar estudos sobre os princípios e regras que se aplicam às crianças e adolescentes no Brasil, sua evolução, a posição da criança e do adolescente na sociedade, o tratamento do menor infrator, o sistema de proteção ao menor, enquanto sujeitos de direitos e alvo de proteção do ordenamento jurídico pátrio.</p>	
<p>Bibliografia Básica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. LIBERATI, Wilson Donizeti. Direito da Criança e do Adolescente. Curitiba: Rideel. 2. MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (org.). Curso de Direito da Criança e do Adolescente. 3. São Paulo: Lumen Juris. 4. OLIVEIRA, Élson Gonçalves de. Estatuto da Criança e do Adolescente – Comentado. São Paulo: Servanda. 	
<p>Bibliografia Complementar:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. ISHIDA, Valter Kenji. A Infração Administrativa no Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Atlas. 2. JESUS, Maurício Neves de. Adolescente em conflito com a lei: Prevenção e Proteção Integral. Servanda. 	
<p>Biblioteca Virtual:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. EUREKA, Equipe da Editora. ECA. São Paulo. Editora Eureka. 2. COSTA, Liana Fortunato. PENSO, Maria Aparecida. CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Abordagem a família no contexto do conselho tutelar. São Paulo. Editora Ágora. 3. FERRARI, Dalka Chaves Almeida Peres de. MIYAHARA, Rosemary. SANCHES, Christiane. A violação de direitos de crianças e adolescentes. São Paulo. Editora Grupo Summus. 	

IDENTIFICAÇÃO

Curso: Direito

Disciplina: História, Cultura Afro-Brasileira e Indígena

C/H Teórica: 30

Créditos: 2

EMENTA

A história afro-brasileira e a compreensão dos processos de diversidade étnico-racial e étnico-social na formação política, religiosa, artística, econômica e cultural do Brasil. Movimento negro no Brasil. O processo de naturalização da pobreza e a formação da sociedade brasileira. Igualdade jurídica e desigualdade social.

Objetivo Geral:

Investigar a influência da cultura africana no processo de colonização do Brasil, nos aspectos econômicos sociais e culturais até os dias de hoje. Desenvolver critérios que levem o aluno a refletir sobre os elementos que caracterizam a formação cultural brasileira, bem como desenvolver a visão crítica em relação às singularidades relativas aos elementos culturais dos povos afro-brasileiros.

Bibliografia Básica:

1. KABENGELE, Munanga. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, cultura e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.
2. GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Bibliografia Complementar:

1. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC- SECAD/SEPPIR/INEP, 2005.

8. PROPOSTA PEDAGÓGICA

A proposta pedagógica da Unitins, busca o desafio da formação de um novo profissional capacitado para exercer mais que sua profissão. Um profissional que seja capaz de contextualizar o conhecimento adquirido, utilizando suas competências e habilidades na perspectiva de contribuir positivamente no meio em que vive e em que trabalha. Para tanto, trabalhar os conteúdos de forma fragmentada, cartesiana, disciplinar e individualizada não será suficiente para a formação de um cidadão capaz de contribuir para a transformação do meio em que vive.

A perspectiva interdisciplinar envolve a diversidade das disciplinas, que se complementam, gerando uma nova metodologia, um novo tipo de pessoa, mais humana, democrática e, ao mesmo tempo, mais crítica. As disciplinas interagem, gerando o sujeito coletivo, que valoriza todo o processo do conhecimento, como ele acontece, não somente pensando em seu resultado.

O conceito de interdisciplinaridade é fundamental na educação contemporânea, porém a sua compreensão implica em um desafio para os

professores. Ivani Fazenda (2013) assegura que a atitude interdisciplinaridade requer reciprocidade, diálogo, humildade, envolvimento e comprometimento e compromisso.

A interdisciplinaridade pressupõe uma maneira de produção do conhecimento que implica em uma troca de teorias e metodologias, produzindo então novos conceitos, procurando assim atender a natureza múltipla de complexidades fenomenológicas, tratando-se a importância de averiguar a pertinência e a relevância das diversas áreas do conhecimento a serem trabalhados e estimulados no currículo.

Esse desafio interdisciplinar exige colaboração, tempo para planejar, refletir e agir sobre o significado e a repercussão na vida acadêmica do estudante. Muitas vezes, nas instituições, apenas se prepara uma atividade para se desenvolver em conjunto entre as disciplinas, e o objetivo desse trabalho não fica claro para os participantes, prejudicando o resultado, diminuindo o conceito e o benefício da interdisciplinaridade no contexto universitário, que fica somente no plano conceitual.

O planejamento, os conteúdos, a metodologia utilizada pelos educadores fazem toda diferença na formação do estudante. Nesse sentido, a educação deve ser trabalhada, de forma interdisciplinar, na qual este acadêmico é ativo, capaz de desenvolver seu próprio conhecimento, por meio de ações, atitudes, que vão além das teorias, como nos diz Severino: “[...] só se é algo mediante um contínuo processo de agir; só se é algo mediante a ação” (FAZENDA, 2009, p.31).

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico – PPC - da Unitins propõe a interdisciplinaridade como uma atitude de ousadia necessária e fundamental para formação profissional, humana e social, bem como para a sustentabilidade do ensino superior.

8.1 Metodologia de Ensino

É um grande desafio manter a capacidade de interesse do aluno dentro da sala de aula, por isso o curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins vem com a proposta dos alunos aprenderem ensinando ou fazendo parte do assunto sobre o qual estará estudando, por isso, será adotado um modelo de ensino mais inovador. Que sejam mais prático e que fortaleça as competências e habilidades exigidas pelo mercado de trabalho que é a metodologia ativa através de três modelos:

- **Aprendizagem baseada em problemas** - é uma forma de aprendizado que estimula a pró-atividade e o aprimoramento pessoal em um grupo acadêmico por meio de discussões profundas de casos interdisciplinares e a aprendizagem significativa deve ser baseada na solução de problemas e se baseia em alguns pilares essenciais, sendo eles:
 - Organização temática em torno de problemas, e não de disciplinas;
 - Integração interdisciplinar;
 - Combinação entre elementos teóricos e práticos (aplicação do conhecimento para a solução de problemas);
 - Ênfase no desenvolvimento cognitivo;
 - Abordagem centrada no aluno, na qual ele deve aprender por si próprio.
- **Aprendizagem baseada em equipes** - é uma metodologia ativa lúdica e baseia-se em conceitos de sala de aula invertida, onde os alunos devem estudar os materiais disponibilizados pelo professor antes da aula presencial. Possui fases bem distintas, como: prova individual, prova em equipes (com feedback imediato), aplicação e aplicação de conceitos.
- **Aprendizagem baseada em projetos** - é focada na construção de conhecimento por intermédio de um trabalho longo e contínuo de estudo, cujo propósito é atender a uma indagação, a um desafio ou a um problema onde os estudantes começam um processo de pesquisa, de estabelecimento de hipóteses e de procura por recursos para conduzir essa atividade.

8.2 Coerência do Currículo com a Proposta Pedagógica

O currículo e a proposta do curso permitem a interdisciplinaridade dos conteúdos, essencialmente em dois momentos do curso, ou seja, durante o estágio supervisionado e a construção do trabalho de conclusão de curso, uma vez que nesses momentos os acadêmicos recorrem ao conhecimento adquiridos nas disciplinas estudadas anteriormente.

No entanto, durante todo o curso há uma interligação entre as disciplinas no momento da elaboração de trabalhos e seminários e projetos porpostos.

Os acadêmicos também são incentivados a participarem dos projetos de extensão e de pesquisa propostos pelos professores tendo como base o currículo e a proposta pedagógica do curso.

9. ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO GERAL

As atividades acadêmicas específicas são aquelas que, em articulação com os demais componentes curriculares, integram a formação do aluno. Consideram-se atividades acadêmicas primordiais para a formação dos alunos e integrantes do processo de ensino-aprendizagem:

I – estágio supervisionado (obrigatório e não obrigatório);

II – trabalho de conclusão de curso;

III – atividades complementares.

As atividades acadêmicas específicas proporcionam um exercício de residência social e profissional, articulando um pensar-refletir crítico, criativo e proativo na construção do conhecimento sobre a realidade social. As regras gerais para os Estágios Obrigatórios e não Obrigatórios, as Atividades Complementares e TC são fixadas através de regulamentos aprovados pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE.

9.1 Estágio Curricular Supervisionado

Conforme o Art. 7º da RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005 o Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Jurídicas.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Direito o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico,

contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

O Estágio deve ser considerado um momento de aprendizagem, de natureza articuladora entre ensino, pesquisa e extensão, objetivando capacitar o acadêmico à ação reflexão-ação. Deve envolver situações de aprendizagem profissional construídas pelo acadêmico e na sua relação com os sujeitos e os meios. As atividades de estágio constituem-se por:

- I. vivências que contribuam para a formação do aluno, por meio de experiências didático-pedagógicas, técnico-científicas e de relacionamento humano;
- II. atividades de campo nas quais ocorrerão relações de ensino-aprendizagem estabelecidas entre professor orientador, profissional supervisor e aluno;
- III. inserção do aluno, gradativamente, no processo de profissionalização;
- IV. estímulo ao desenvolvimento de atividades e posturas profissionais com o objetivo de desenvolver o senso crítico e atitudes éticas;
- V. instrumentação à avaliação dos cursos e à reformulação de currículos;
- VI. oportunidade de integrar plenamente os conhecimentos de pesquisa, extensão e ensino em benefício da sociedade, de acordo com a realidade local e nacional;
- VII. momento síntese das articulações de práticas pedagógicas que integrem o saber, o saber fazer e o saber conviver, visando a aprender a aprender, a aprender a ser, a aprender a fazer, a aprender a viver com o outro e a aprender a conhecer.

O Estágio Supervisionado Curricular é obrigatório e, portanto uma condição para a conclusão do curso. O Estágio Não Obrigatório pode ser considerado atividade complementar, desde que atenda as normas legais estabelecidas em regulamento próprio.

9.1.1 Estágio Supervisionado Curricular (Obrigatório)

Na Unitins, as atividades práticas e específicas de estágio supervisionado obrigatório são concebidas como elementos primordiais para a

formação dos alunos e integrantes do processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação. Nos projetos pedagógicos dos cursos da Unitins, estão definidas a relação entre teoria e prática, bem como a forma de realização das práticas e dos estágios. Na Unitins, as práticas pedagógicas caracterizam-se como um espaço de integração teoria-prática curricular, sendo uma forma de aproximação do aluno à realidade social e ao mundo do trabalho.

O estágio é um componente curricular de caráter teórico-prático obrigatório que tem por objetivo principal proporcionar ao estudante a aproximação com a realidade profissional, com vistas ao aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e pedagógico de sua formação acadêmica, no sentido de prepará-lo para o exercício da profissão e da cidadania. Além disso, o estágio possibilita a integração do ensino com pesquisa, e ensino com extensão, contribuindo assim para qualificação profissional e pessoal. Na Unitins os estágios curriculares obrigatórios são planejados e supervisionados pelo coletivo dos docentes nos respectivos cursos de graduação.

A política de estágio da Unitins está alicerçada na Lei Federal nº 11.788/2008 e na Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases – LDB. O Estágio caracteriza-se como um dos grandes desafios acadêmicos, dado às especificidades da área, concernentes a cada curso, sua relação com o mercado de trabalho e às particularidades que o trabalho vem ostentando no mundo contemporâneo. Na Unitins os estágios estão normatizados e regulamentados pela Política e Regulamento do Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório e respectivos Manuais de Estágio de cada curso.

Nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, art. 1º “estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos”.

O Estágio poderá ser executado em órgãos da administração pública direta e indireta, nas esferas municipal, estadual e federal; organizações do setor privado; e/ou organizações não governamentais, desde que apresentem as condições adequadas para a formação profissional do acadêmico e para celebração de convênio com a UNITINS.

O Estágio Obrigatório dos diversos cursos de graduação da Unitins está estruturado em etapas, de acordo com cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC), podendo ser oferecido em um ou mais períodos letivos, sempre em estreita observância à legislação vigente e às Diretrizes Curriculares de cada curso. O estágio obrigatório refere-se às disciplinas de estágio curricular supervisionado e disciplinas de práticas da matriz curricular dos respectivos cursos.

Poderá realizar o estágio obrigatório, o acadêmico que está regularmente matriculado no período referente ao oferecimento da atividade, de acordo com a matriz curricular do curso.

Será considerado aprovado nas disciplinas de Estágio, o estagiário que obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis), alcançar o mínimo de frequência igual a 75% das aulas constantes na carga horária curricular e 100% de frequência nas atividades práticas do estágio. As disciplinas de estágio não são passíveis de realização de avaliação substituta, bem como de avaliação final.

O estágio supervisionado curricular caracteriza-se por uma atividade a ser cumprida mediante disciplina obrigatória com carga horária estabelecida na matriz curricular do curso, de acordo com a legislação em vigor e as normas internas da Unitins. A supervisão do estágio curricular envolve o acompanhamento sistemático, com frequência mínima do estagiário na execução das atividades planejadas.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO (NPJ) Conforme Regulamento de Estágio, e, de acordo com o art. 7º e incisos da Resolução 9/04 o estágio é condição indispensável para a conclusão do curso, por fazer parte de disciplina obrigatória com carga horária estabelecida na matriz curricular, mediante execução de atividades planejadas.

As atividades do Estágio Supervisionado – NPJ do Curso de Graduação em Direito da Unitins obedecem ao estipulado na legislação em vigor e seguem Regulamento próprio, aprovados pelo CONSEPE (Conselho Superior de Pesquisa, Ensino e Extensão) e CONSUNI (Conselho Universitário) incluem:

A prática jurídica simulada I,II,III,IV, a partir do 7º período, é realizada por meio de resoluções de problemas práticos e realização de peças processuais simuladas e análises de casos, bem como provas simuladas da OAB. A elaboração de peças processuais se desenvolve desde a inicial até recursos na área Cível e processo Civil, no 7º período; A área de Penal e Processo Penal é desenvolvida no

8º período, com resolução de problemas práticos por meio de elaboração de peças processuais simuladas, desde a instauração do processo penal até recursos, bem como júri simulado e visita a presídios e Centro de Internação para Menores. No 9º Período, a prática jurídica simulada está vinculada ao Direito e Processo do Trabalho, com resolução de problemas práticos por meio de elaboração de peças processuais desde a petição inicial do processo do trabalho até recursos, com previsão de visitas equivalentes. No 10º período, as atividades são desenvolvidas por meio de resolução de problemas práticos simulados em Direitos Especiais (Consumidor e Previdenciário), com elaboração de peças processuais desde a instauração do processo até recursos, com visitas equivalentes.

No Escritório Modelo, a partir do 6º período, é desenvolvida a prática real por meio de assistência jurídica à população carente, com elaboração de peças judiciais e extrajudiciais, conciliações, participação em conciliações em projetos especiais, realização de audiências nas áreas cíveis, penais, trabalhistas e especiais (previdenciário e consumidor), bem como na Corte de Arbitragem e Mediação, além das áreas penais, trabalhistas, previdenciárias, consumeristas (Procon). Também faz parte das atividades visitas orientadas e atendimento itinerante, em que o curso se faz presente nas comunidades mais necessárias para dar assistência jurídica real à população carente.

9.1.2 Estágio Supervisionado Não Obrigatório

O Estágio não obrigatório é uma atividade complementar de natureza prático pedagógico e opcional, com a finalidade de complementar os conhecimentos teóricos recebidos pelo acadêmico ao longo das atividades de ensino e aprendizagem. O estágio supervisionado não obrigatório obedecerá ao regulamento específico da Unitins nos termos da Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008, podendo ser realizado a partir do segundo período do curso.

O estágio deve ser planejado e realizado conforme a Política e Regulamento do Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório, aprovado pelo CONSEPE e CONSUNI, em novembro de 2019

9.1.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso (TCC) corresponde a uma produção acadêmica que expressa as competências e habilidades desenvolvidas pelo aluno, assim como os conhecimentos por este adquirido durante o curso de graduação. Ao longo das vivências formativas, o acadêmico irá exercitando a construção de sínteses reflexivas textuais evidenciando tais expedientes objetivamente em avaliações elaboradas e supervisionadas para tal fim, bem como a elaboração de planos de trabalho, relatórios de atuação acompanhados pelo professor da disciplina.

O TCC caracteriza-se como um trabalho de iniciação científica escrito, individual, decorrente preferencialmente das atividades de Estágio Supervisionado com foco na prática reflexiva, que leva o acadêmico, a aprofundar e sistematizar os conhecimentos sobre a teoria e a prática educativa vivenciadas com a orientação do professor da disciplina, consoante a profissão e o curso de graduação.

A avaliação dos trabalhos será realizada por uma comissão de docentes. O objetivo da proposta apresentada centra-se em situações concretas para que o estudante busque refletir e compreender com ferramentas conceituais, os objetivos necessários para uma prática reflexiva dentro do universo profissional da sua escolha. Para tal prioriza-se o desenvolvimento da autonomia cognitiva, o despertar para a construção de cartografias de aprendizagem e a experimentação do aprender mediante suportes convencionais da presencialidade *in loco* dos acadêmicos.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) integra o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de licenciatura e bacharelado da Universidade Estadual do Tocantins (Unitins), constitui atividade acadêmica de sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo, sendo o resultado do desenvolvimento de um projeto de pesquisa bibliográfica, descritiva e/ou experimental, realizada sob orientação docente, cuja exigência é requisito obrigatório para integralização curricular dos cursos.

O TCC busca integrar diversas áreas do conhecimento e, principalmente, articular os conhecimentos vivenciados e relacionados às competências e habilidades desenvolvidas pelo acadêmico ao longo do curso, contribuindo, assim, para a sua formação profissional. Como produto final de um trabalho de pesquisa

fundamentado no rigor metodológico da ciência, o TCC sistematiza concepções e práticas dos processos sociais.

No âmbito da Unitins, o TCC poderá ser apresentado no formato de monografia, relatório, memorial, artigo científico para publicação, desenvolvimento de equipamentos, protótipos ou outra forma definida em regulamento próprio. Tanto no formato de monografia, quanto no de artigo, o TCC deve seguir a finalidade, a abordagem, os objetivos e os procedimentos da pesquisa científica.

O trabalho de conclusão do curso deverá ser planejado e realizado conforme as diretrizes gerais do TCC da Unitins, aprovado pelo CONSEPE e CONSUNI, em novembro de 2019.

No TCC I o aluno deverá elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em formato de Monografia ou artigo científico que deverá conter: Escolha do Tema; Elaboração da Introdução (contextualização do tema; problematização; Objetivos Geral e Específicos; Justificativa); Construção do Referencial Teórico; Definição e elaboração da Metodologia da Pesquisa. Redação científica e Normas da ABNT.

No TCC II o aluno deverá elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC em formato de Monografia ou artigo científico que deverá conter os resultados de todas as ações desenvolvidas no decorrer do Trabalho de Conclusão de Curso I – (TCC I) acrescentando: a Coleta de dados; a construção da Discussão/análises dos dados; a elaboração das Considerações finais. (Defesa).

9.2 Atividades Complementares

A formação profissional tendo como um dos seus princípios explicitar a unidade teoria-prática busca mediar o aprofundamento da formação acadêmica em áreas específicas relacionadas à formação para a docência, contemplados nos seguintes aspectos: iniciação científica, iniciação à docência e monitoria. Esses aspectos compõem na organização curricular as Atividades Complementares (AC). Em consonância com o artigo 12 (inciso III-DCN, 2015) que trata dos núcleos de estudos integradores, tais aspectos envolvem participação nas seguintes atividades: seminários, projetos de iniciação científica e de iniciação à docência, bem como a residência pedagógica; mobilidade estudantil; e atividades artísticas e culturais que visem a apropriação das diferentes linguagens do processo formativo.

As Atividades Complementares (AC) desenvolvidas pela IES, possibilitam ao estudante fazer escolhas, conforme suas motivações e necessidades pessoais e

profissionais no contexto das opções acadêmicas. Tais atividades ampliam o espaço de participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem, no qual deve ser sujeito da relação pedagógica, consoante a tendência da legislação e das políticas educacionais no sentido de flexibilizar os cursos, dando oportunidade ao aluno de buscar uma formação de acordo com suas escolhas profissionais. Assim, as atividades complementares constituem prática relevante para o aprendizado e desenvolvimento permanente de conhecimentos, além de proporcionar autonomia e flexibilidade para o aluno integralizar o curso.

São previstas para integralização curricular, as Atividades Complementares (AC) que são compostas em três grupos: ensino, pesquisa, extensão. Para efeitos de integralização das atividades complementares, serão valorizados e computados: I. Participação em Programas de Extensão, Iniciação Científica, projetos, oficinas ou grupos de estudo orientado; em congressos, seminários, simpósios, jornadas, cursos, minicursos, produção técnica ou científica; em projetos de ensino, pesquisa e extensão; Estudo em laboratório de informática; Monitorias; Estágio não obrigatório, e outros, no seu conjunto agregam e ao mesmo tempo compõem as áreas de conhecimento do curso.

9.3 Programas ou projetos de pesquisa (iniciação científica)

O tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade e não pode ser compartimentado.

A relação entre ensino, pesquisa e extensão, quando bem articulada, conduz mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, pois colabora efetivamente para a formação profissional de estudantes e fortalecer o aprender, o ensinar e de formar cidadãos.

Considerando a importância da pesquisa, o câmpus de Augustinópolis do Tocantins tem o propósito, construir grupo de pesquisa Interdisciplinar de Inovação e Sustentabilidade na Gestão Pública e Organizações da Sociedade Civil, com a participação democrática de professores pesquisadores e estudantes que se organizam em torno de uma ou mais linhas de pesquisa de áreas do conhecimento a serem criadas como: de Inovação, Sustentabilidade nas Organizações, tecnologias, Estratégias e Eficiência na Gestão Pública entre outras.

O objetivo do grupo é desenvolver pesquisa científica envolvendo os professores pesquisadores, além de estimular alunos de graduação dos três cursos de graduação (enfermagem, Ciências Contábeis e Direito) quando as pesquisas decorrentes

contribuirão para o avanço no estado da arte sobre os temas relevantes para a inovação e para a sustentabilidade e ainda contribuirão na melhoria do desempenho das dimensões ambiental, econômica e social das organizações das região Norte do Estado do Tocantins.

A pesquisa deve envolver servidores e alunos da UNITINS que têm a necessidade de ampliar e desenvolver o conhecimento científico e tecnológico, buscando soluções práticas e inovadoras para o dia a dia das empresas, da comunidade ou da sociedade na qual estão inseridos, atendendo às demandas externas, tais como os arranjos produtivos locais.

A inclusão dos alunos será por meio de programas existentes na Universidade, como o Programa Institucional de Bolsas de iniciação Científica e o Programa Institucional Volutário de Iniciação Científica, e demais programas de pesquisas existentes.

Além do desenvolvimento de pesquisa é estimulado a participação dos alunos e servidores do câmpus a participarem de eventos científicos.

9.4 Programas ou projetos de Extensão

Com base no princípio e na função social, a Unitins procura sistematizar suas diretrizes e desenvolver suas ações de extensão, de acordo com: a Constituição da República Federativa do Brasil (1988, Art.207); com a Política Nacional de Extensão Universitária (Forproex /2012); Plano Nacional de Educação Lei Nº 13.005/2014 (Meta 12; Estratégia 12.7) e com seu estatuto entre outras.

A Pró-Reitoria de Extensão da Unitins organiza seus Programas de Extensão, seguindo as orientações das **áreas temáticas**, definidas pelo Forproex, conforme classificação a seguir:

- I. Comunicação;
- II. Cultura;
- III. Direitos Humanos e Justiça;
- IV. Educação;
- V. Meio Ambiente;
- VI. Saúde;
- VII. Tecnologia e Produção;
- VIII. Trabalho.

As ações/atividades extensionistas da Pró-Reitoria de Extensão da Unitins se concretizam consonância com o Plano Nacional de Extensão, e seguem as

seguintes modalidades de ações estruturais de extensão: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; prestação de serviços; produtos acadêmicos.

A avaliação do aproveitamento é registrada através de pontos computados cumulativamente em cada disciplina. O número de avaliações será de no mínimo 2 (duas) em cada disciplina. Os resultados deverão ser expressos em notas que variam de 0,0 (zero virgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). A média exigida para aprovação final na disciplina é 6,0 (seis vírgula zero) e, em Exame Final é 6,0 (sete vírgula zero). Terá direito ao exame final o aluno que cumprir a frequência obrigatória de 75% nas atividades didáticas e que obtiver no mínimo 4,0 (quatro vírgula zero) na média aritmética.

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A instituição entende a avaliação como um exercício constante de tomada de responsabilidade sobre o processo formativo por parte dela mesma, dos docentes e dos alunos. O ensino, a aprendizagem e a gestão acadêmica se fazem presentes em cada instrumento de aferição do conhecimento dos alunos. Dessa forma, nos projetos pedagógicos e nas práticas avaliativas, são aplicadas o acurado olhar de validação dos profissionais responsáveis.

A instituição trafega entre a avaliação processual, a avaliação contínua e a avaliação credencial. Explicita que a avaliação processual trabalha com a análise e a reflexão dos programas de aprendizagem e atividades curriculares, focadas no desenvolvimento dos alunos e ação dos professores; a avaliação contínua se realiza para além do processo formação temporal do aluno, pretendendo estimular uma cultura futura e constante da autonomia, criticidade e criatividade.

E a avaliação credencial é a somatória e a valoração aferida pelos diferentes instrumentos utilizados no âmbito das atividades educativas. A avaliação qualitativa, como foi explicitada acima, não implica o abandono dos índices quantitativos para o processo de avaliação.

A avaliação do aproveitamento é registrada através de pontos computados cumulativamente em cada disciplina. O número de avaliações será de no mínimo 2 (duas) em cada disciplina. Os resultados deverão ser expressos em notas que variam de 0,0 (zero virgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). A média exigida para aprovação final na disciplina é 6,0 (seis vírgula zero) e, em Exame Final é 6,0 (sete

vírgula zero). Terá direito ao exame final o aluno que cumprir a frequência obrigatória de 75% nas atividades didáticas e que obtiver no mínimo 4,0 (quatro vírgula zero) na média aritmética.

Em casos de reprovação o aluno poderá cursar as disciplinas em dependência. As disciplinas em dependência poderão ser cursadas no turno diverso ao de sua turma, em outra turma em que as disciplinas estejam sendo ofertadas, com observância da carga horária mínima e máxima permitida.

10.1 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

Os princípios defendidos no Projeto Pedagógico Institucional e pela prática acadêmica, ao que se refere a avaliação do processo ensino/aprendizagem concebida pela Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, resguarda a contextualização da avaliação para estimular o desenvolvimento de habilidades e competências, através de técnicas e metodologias de intervenção em situações possíveis de atuação.

As avaliações são efetuadas ao final de cada unidade programática, em número de duas a cada período letivo. A composição das avaliações é expressa em notas e desenvolvida em cada unidade programática.

A avaliação deve considerar o acompanhamento contínuo de desempenho das atividades didáticas do acadêmico e o resultado final do processo ensino-aprendizagem avaliado conforme as peculiaridades da disciplina.

O acadêmico será aprovado se obtiver Média Parcial (MP) nas notas das atividades didáticas, igual ou superior a 6 (seis) pontos, obtida através da equação:

$$MP = (A1+A2)/2$$

A1 = nota de avaliação do primeiro bimestre e

A2 = nota de avaliação do segundo bimestre.

Quando a Média Parcial (MP) for maior ou igual a 6 (seis) pontos a Média Final (MF) será igual à MP.

Terá direito ao Exame Final (EF) o acadêmico que cumprir com a frequência obrigatória exigida nas atividades didáticas e que obtiver no mínimo 4 (quatro) pontos na Média Parcial (MP) das atividades didáticas.

O EF constará de prova, após o encerramento do período letivo, abrangendo o conjunto do conteúdo programático da disciplina.

Para o acadêmico ser aprovado no exame final, exige-se que a média

aritmética entre a média parcial semestral e a nota do exame final seja igual ou superior a 6 (seis), conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Média Final (MF)} = \frac{\text{MP} + \text{EF}}{2}$$

Para aprovação, o aluno deverá obter média igual ou superior a 6,0 (seis), resultante da média aritmética das avaliações do semestre (A1 e A2), além de no mínimo, 75% de frequência. Para os estágios curriculares e para os cursos que tenham Trabalho de Curso – TCC os critérios para aprovação estão descritos das diretrizes gerais do Trabalho de Conclusão de Curso.

Os instrumentos de avaliação das metodologias ativas utilizadas devem ser revistos constantemente em todos os quesitos de sua estrutura e ainda durante o planejamentos das atividades nas disciplinas, pois, o avaliar é um processo dinâmico.

10.2 Sistema de autoavaliação do curso

A metodologia utilizada pela comissão de avaliação institucional é uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa, e se dará globalmente a cada semestre, ou, ainda, a qualquer momento em função de uma necessidade identificada. Os métodos adotados para a autoavaliação partem do individual para o coletivo, favorecendo a convergência de informações em torno de objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

Passos para a Realização da Avaliação Interna

1ª Etapa: Preparação:

- ⇒ Constituição da CPA.
- ⇒ Elaboração do Plano de Trabalho.
- ⇒ Sensibilização.

2ª Etapa: Desenvolvimento:

- ⇒ Realização de seminários, reuniões e debates.
- ⇒ Sistematização de demandas/ideias/sugestões.

- ⇒ Definição dos grupos de trabalho e dos instrumentos de coleta de dados.
- ⇒ Elaboração dos relatórios de cada tema.
- ⇒ Apresentação e discussão dos resultados.

3ª Etapa:

- ⇒ Elaboração, divulgação e análise do relatório parcial.
- ⇒ Balanço crítico do processo avaliativo.

Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

O objetivo dessa etapa é incorporar os resultados encontrados na avaliação e buscar,

apartir deles, a melhoria da qualidade na IES. As ações previstas nessa etapa são:

- ⇒ organização das discussões dos resultados pela comunidade acadêmica;
- ⇒ elaboração de um relatório final que deve expressar os resultados das discussões e análise e interpretação dos dados;
- ⇒ divulgação para a comunidade dos resultados obtidos;
- ⇒ planejamento da aplicação dos resultados visando ao saneamento das deficiências encontradas.

10.3 Avaliações oficiais do curso

A proposta de avaliação do curso atende a uma exigência formal de caráter acadêmico e se impõe como necessidade política e pedagógica no sentido da contínua busca de aperfeiçoamento do trabalho pedagógico na direção de novas oportunidades de conhecimento. Para tanto, se constituirá num marco favorável à explicitação da unidade teoria-prática e ao diálogo entre alunos e professores com a finalidade de compreender os processos desenvolvidos na relação pedagógica e os resultados alcançados.

Nesse sentido, a avaliação interna será constante, com momentos específicos para discussão, contemplando a análise global e integrada das diferentes dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso em questão. Para isso, a Comissão Permanente de Avaliação (CPA), com atuação autônoma e atribuições de conduzir

os processos de avaliação internos da instituição, tem como uma de suas atribuições, sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Além disso, serão consideradas nas avaliações externas, os resultados obtidos pelos alunos do curso no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O resultado dessas avaliações periódicas apontará a adequação e pertinência do projeto do curso e para que se preveja as ações acadêmico-administrativas necessárias a serem implementadas.

ENADE:

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes. Exame que faz parte do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e cujo objetivo é avaliar a qualidade dos cursos de formação superior. Uma amostra selecionada de estudantes do primeiro e do último ano dos cursos.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados.

O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar.

A cada ano, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), responsável pelo Sistema de Avaliação do Ensino, juntamente com o Ministério da Educação definem as ÁREAS (com seus cursos/habilitações) que serão avaliadas pelo Enade, de tal forma que cada curso/habilitação seja convocado de 3 em 3 anos a participar. Por isso, TODOS os ALUNOS podem cumprir esse componente curricular chamado Enade, no início e no fim do curso.

IDD:

O IDD é um indicador de qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida proxy (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele atenda às seguintes condições:

- Possuir no mínimo 2 (dois) estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no

período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os 3 (três) anos anteriores;

- Atingir 20% (vinte por cento) do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem.

CPC:

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. Seu cálculo e divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta – corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) vai de 1 a 5 e, como o próprio nome diz, é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. Para que os valores se consolidem, e representem efetivamente o que se espera de um curso em termos de qualidade e excelência, comissões de avaliadores farão visitas in loco para corroborar ou alterar o conceito obtido preliminarmente.

10.4 Comissão Permanente de Avaliação CPA

A Avaliação Institucional da Universidade Estadual do Tocantins – Unitins, realizada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA - segue os princípios estabelecidos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, instituídos pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem por objetivo avaliar as instituições de educação superior, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico.

Essa lei que avalia a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e das responsabilidades sociais das instituições de educação superior é aplicada na Unitins, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Portanto, a autoavaliação compreende um autoestudo, abrangendo as dez dimensões da avaliação institucional que tem como objetivos:

- I. Produzir conhecimento.
- II. Discutir os sentidos do conjunto de atividades e finalidades da IES.
- III. Identificar as causas de seus problemas e suas deficiências.
- IV. Aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico- administrativo.
- V. Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais.
- VI. Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade.
- VII. Avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos.
- VIII. Utilizar os resultados da Avaliação Institucional para a elaboração de metas e ações da Instituição com a finalidade de corrigir falha ou de melhorar o ensino, a pesquisa e a extensão.
- IX. Tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade.
- IX. Prestar contas à sociedade.

Composição da CPA

Representatividade:

- ⇒ Coordenação Geral
- ⇒ Coordenador e Representante dos Técnicos Administrativos
- ⇒ Representante dos Técnicos Administrativos
- ⇒ Representante dos Docentes
- ⇒ Representante os Discentes
- ⇒ Representante da Sociedade Civil

10.5 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

A Unitins possui uma política baseada no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, voltada especificamente para o Exame Nacional de desempenho de estudantes – ENADE, cujo objetivo é aferir o desempenho dos estudantes em relação a conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas ao longo do curso, ou seja, acompanhar o processo de aprendizagem e o desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação e suas

habilidades para ajustamento às exigências necessárias. Seus resultados permitirão a construção de referenciais que permitam a definição de ações voltadas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação por parte de professores, técnicos, dirigentes e autoridades educacionais. O Enade é componente curricular obrigatório aos cursos de graduação, conforme determina a Lei nº 10.861/2004. É aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso. Será inscrita no histórico escolar do estudante somente a situação regular em relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

A referida política possui um plano contendo ações permanentes que perpassam por todos os cursos desde o ingresso do acadêmico na instituição até a integralização de seu curso e ações específicas para os cursos a serem avaliados conforme o cronograma do INEP. Tal política reafirma a responsabilidade e o compromisso acadêmico e social dessa instituição de educação superior.

11. CORPO DISCENTE

11.1 Atenção aos discentes:

A Unitins entende a necessidade da promoção de políticas de democratização para o ingresso e permanência dos discentes nessa IES, por isso proporciona diferentes formas de acesso aos estudantes das diferentes regiões do Tocantins e do país.

Compõem a política de atendimento aos discentes todos os esforços da Universidade que se empenham para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da educação superior pública, de modo a alcançar o melhor desempenho acadêmico, culminando na assistência estudantil. No sentido de ampliar e consolidar a Política de atendimento ao discente, foi instituído em 2015 no âmbito da Pró-reitoria de Extensão, a Coordenação de Assuntos Estudantis e Registros, atualmente a Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Esporte, responsável pela coordenação, planejamento, execução, controle, avaliação e monitoramento das ações e serviços inerentes aos assuntos estudantis, de esportes, bem como das ações relacionadas ao estágio não obrigatório e projetos

direcionados aos discentes no âmbito da Unitins. Tendo suas atribuições especificadas no Art. XVIII do Regimento da Extensão da Unitins.

Em 2017, iniciou-se um processo de construção da Política de Assistência Estudantil, com a participação dos acadêmicos da Unitins. Essa Política de Assistência Estudantil visa à implementação de ações e serviços, integrados e indissociados do ensino, da pesquisa e da extensão, que impactem na diminuição da evasão, da retenção nos cursos da IES, no enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais, produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico, e na promoção da participação, da autonomia, e do respeito às pluralidades e diversidades.

A Universidade desenvolve ações e serviços orientados ao bem-estar, à segurança, à afirmação da cidadania e à autoestima do discente. Busca, entre outros, a retenção do estudante na Universidade, bem como potencializar o seu aprendizado e, enfim, sua formação profissional e humana, proporcionando equidade de oportunidades.

A política de atenção ao discente da Unitins se efetiva por meio de ações que estimulam a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, permitindo a permanente e contextualizada atualização profissional específica. Além disso, têm as atividades de extensão e curricularização, projetos sociais, artísticos, culturais, iniciação científica, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências, representação estudantil, entre outros, como o Núcleo Docente Estruturante, o Projeto de Nivelamento, da inclusão digital, acessibilidade, cultura e apoio pedagógico e psicológico.

A Instituição mantém programas sistemáticos de iniciação científica como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PibicUnitins/CNPq, com a concessão de bolsas aos estudantes e disponibilização de recursos pelo governo do estado. A Unitins conta também com programa de monitoria acadêmica nos cursos presenciais desde 2013 e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária, PIBIEX.

11.1.1 Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro

Por meio da Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação da Unitins é desenvolvido Programa Institucional de Bolsas e Voluntários de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação -Pibic/Pibiti/Pivic, com enfoque para o apoio pedagógico e financeiro. A Iniciação Científica é entendida como um instrumento formativo, que possibilita ao estudante de graduação da IES o engajamento na pesquisa e o contato direto com a atividade científica, aprimorando os conhecimentos acadêmicos e as práticas profissionais em suas respectivas áreas de conhecimento. O programa de iniciação científica da Unitins conta com três modalidades de pesquisa:

- I. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic);
- II. Programa Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti);
- III. Programa Institucional de Voluntário em Iniciação Científica (Pivic).

No ano de 2017, um total de 75 (setenta e cinco) propostas de projetos foram submetidas para dois editais de seleção de bolsistas e voluntários, do ciclo 2017-2018. Dessas, um total de 55 (cinquenta e cinco) projetos foram contemplados dentre as três modalidades vigentes e preenchendo diferentes áreas do conhecimento. Por sua vez, dentre os 55 (cinquenta e cinco) projetos em vigor são disponibilizados um total de 45 (quarenta e cinco) bolsas com recursos do Tesouro Estadual, das quais 43 (quarenta e três) correspondem à modalidade PIBIC e 02 (duas) à modalidade PIBITI. Os programas oferecidos seguem normas estabelecidas na Resolução Normativa 017/2006 (CNPq).

A Pró-reitoria de Extensão vem empreendendo diversos esforços para ampliar as condições de permanência na universidade, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX), que visa apoiar o desenvolvimento de projetos de Extensão no âmbito da Unitins, e de modo estratégico, estimular discentes e docentes a integração no contexto da Extensão Universitária, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, prioritariamente as populações em situação de vulnerabilidade social. Desenvolvendo ainda cursos de Inglês, Espanhol e Libras por meio da Escola de Línguas, na modalidade presencial e EAD, que em 2017 ofertou 210 (duas mil e dez) vagas, possibilitando

o conhecimento e o aperfeiçoamento em Línguas Estrangeiras e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A temática da formação docente inicial apresenta-se num campo de embate acadêmico pedagógico em constante movimento. É nesse contexto que na Unitins, por meio da Pró-reitoria de Graduação, surge o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - Pibid, que foi inicialmente lançado como um programa de formação e depois transformado em política pública de educação. Segundo Saviani (2007), políticas públicas como o Pibid devem ser propostas para articular e socializar experiências, extrapolando os muros das universidades e rompendo as barreiras interpostas na relação universidade-escola, sobretudo no tocante a formação docente inicial. Ao promover a inserção dos estudantes no contexto universitário a Unitins tem como objetivo aprimorar a formação acadêmica propiciando a convivência e o desenvolvimento de atividades didático pedagógicas. Assim, o Pibid emerge como uma possibilidade de superar as mazelas e sanar as principais lacunas no processo de formação docente inicial havendo maior integração entre teoria e prática, entre universidade e escola, entre conhecimentos e cotidiano escolar.

A monitoria, também desenvolvida no bojo das ações e serviços da Pró-reitoria de Graduação, consiste em uma atividade discente, por direito, que tem como objetivo auxiliar o professor no monitoramento de grupos de estudantes em projeto acadêmico, visando à melhoria da qualidade do ensino de graduação. Nesse programa, o monitor tem a oportunidade de vivenciar, precocemente, o trabalho da docência. Por estar em contato direto com outros acadêmicos, estando também na condição de acadêmico, o estudante-monitor é suscitado a reflexões profundas a respeito do modelo de formação acadêmica e dos processos de ensino e aprendizagem. Estimulando a vocação acadêmica do aluno monitor, por meio do seu engajamento em práticas docentes, sobretudo de gestão acadêmica, integradas à pesquisa, ensino e extensão, atreladas às disciplinas de licenciaturas e bacharelados.

A Unitins almeja ofertar aos discentes a oportunidade para pleitearem bolsas de intercâmbio nacional e internacional, além de outros programas de incentivo à docência para os cursos de licenciatura.

11.1.2 Inclusão e Cidadania

Como caminho para promover a acessibilidade e a inclusão social dos diferentes sujeitos que compõem o corpo discente da Universidade, contribuindo para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, bem como para a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero, da diversidade sexual, das ações afirmativas e da formação para a cidadania, a Unitins tem empreendido diversas ações.

A Unitins adota o Sistema especial de reserva de vagas que tem como proposta democratizar o acesso à educação superior pública, destinando 50% das vagas dos cursos de graduação da IES para egressos da rede pública de ensino, cota racial e Sistema de Seleção Unificada – Sisu e as demais 50% são destinadas a ampla concorrência.

Compreendido o papel da universidade, especialmente da que é pública, que é proporcionar a formação acadêmica científica não somente para o mercado de trabalho, mas para a cidadania, para a participação e a transformação social, a Unitins tem trabalhado para o fortalecimento do movimento estudantil e suas instâncias representativas, com vista à sua autonomia e protagonismo. Deste modo, a IES vem concedendo orientações, fomentando a participação política na Universidade, garantindo espaços de diálogo e deliberação no âmbito da Unitins, bem como dando aporte estrutural para o funcionamento das instâncias representativas.

A Unitins também tem desenvolvido ações afirmativas para fomentar o respeito às diversidades de forma articuladas por meio do Núcleo de Estudos em Direitos Humanos - Nedih e o Núcleo de Apoio Psicossocial (Nape).

11.1.3 Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH)

O Núcleo de Estudos em Direitos Humanos (NEDIH) - constitui-se de um programa diretamente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, com caráter permanente e interdisciplinar.

O NEDIH foi institucionalizado em Novembro de 2011 na UNITINS e objetiva agregar atividades e estudos voltados à proteção e defesa dos direitos humanos no Estado do Tocantins. Em novembro de 2011 o NEDIH realizou o I

Simpósio de Direitos Humanos, que discutiu os direitos humanos da criança e do adolescente, por meio do lançamento de duas atividades de extensão vinculadas ao Núcleo: a Escola de Conselhos e o Observatório Estadual da Criança e do Adolescente (OECA).

O NEDIH tem como objetivos: desenvolver estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos; promover o intercâmbio técnico-científico entre instituições de ensino e pesquisas entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos; contribuir e participar da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos; organizar e participar de eventos científicos; apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas.

O NEDIH tem como finalidade: a) desenvolver estudos e pesquisas relacionadas aos direitos humanos; b) promover o intercâmbio técnico-científico entre instituições de ensino e pesquisas, entidades de defesa e promoção em Direitos Humanos, públicas e privadas, em nível nacional e internacional; c) fomentar a pesquisa em direitos humanos, divulgar a produção científica e a produção bibliográfica produzida pelos seus membros e de interesse institucional; d) contribuir e participar da elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas em cidadania e direitos humanos; e) emitir e apresentar, anualmente, à Pró-Reitoria de Extensão, o relatório das atividades desenvolvidas no período; f) organizar e participar de eventos científicos, atribuindo publicidade institucional aos resultados dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo; g) fomentar o debate sobre os direitos humanos na comunidade acadêmica, bem como na sociedade em geral; h) apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, em concordância com a política institucional.

A relação com a graduação ocorre a partir do Grupo de Estudos em Direitos Humanos (GEDIH), quando na oportunidade a partir das linhas temáticas expostas no núcleo são formados grupos entre os acadêmicos para discutir os direitos humanos e os mesmos terem conhecimento de maneira ampla acerca da importância de se debater esses direitos nos mais variados setores como os idosos, a criança e o adolescente, a pessoa com deficiência, entre outras minorias sociais existentes na sociedade. Além do grupo de estudos, a pesquisa, da mesma forma, está sendo disseminada a partir da criação de um grupo de pesquisa nessa área para fomentar o interesse dos acadêmicos em pesquisas e,

terem o conhecimento “in loco” das vulnerabilidades sociais existentes.

11.1.4 Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional – NAPE

Integra a Pró-reitoria de Graduação-PROGRAD, é uma estrutura de caráter permanente, de natureza institucional e multiprofissional, destinado a atender a comunidade acadêmica da universidade em cada câmpus. O NAPE tem como finalidades:- oferecer serviço de apoio e orientação psicológica, social e educacional aos discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo da instituição; - promover o envolvimento do público alvo nas ações ofertadas pela instituição. - contribuir com a permanência dos discentes no ciclo acadêmico e sua autonomia; potencializar o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal do seu público alvo.

Todas as pessoas que compõem o público alvo do NAPE poderão acessar os serviços ofertados: por livre iniciativa ou através de encaminhamentos pelos docentes, coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica, direção dos câmpus e também por indicação de outro discente. O público-alvo do NAPE é constituído pelos: os discentes regularmente matriculados nos cursos presenciais oferecidos pela UNITINS multicampi; os docentes que apresentarem demandas de ordem pessoal e/ou laborativas, relacionadas ao desempenho de suas atribuições; os servidores do quadro técnico-administrativo da instituição.

O acesso aos serviços do NAPE serão realizados a partir das demandas apresentadas por cada público-alvo: os discentes, por indicação dos docentes, coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica e direção dos câmpus; os docentes, por indicação dos coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica e direção dos câmpus; os servidores técnico-administrativos, por solicitação das chefias imediatas ou pela Diretoria de Recursos Humanos. Todas as pessoas que compõem o público alvo do NAPE poderão acessar os serviços ofertados: por livre iniciativa ou através de encaminhamentos pelos docentes, coordenadores dos cursos, assessoria pedagógica, direção dos campus e também por indicação de outro discente.

São atribuições do NAPE:

I - realizar acompanhamentos psicossocial e pedagógico a discentes, docentes e

servidores do quadro técnico-administrativo, oriundas das demandas relativas ao seu desempenho nesta IES;

II - promover estudos e pesquisas sobre os processos de ensino-aprendizagem no ensino superior;

III - emitir parecer e/ou laudo de atendimento para discentes, docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, quando solicitados em processo;

IV - conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação da IES;

V – contribuir na ambientação de novos discentes quanto ao funcionamento da Universidade e orientar quanto à finalidade do NAPE;

VI – contribuir para maior adesão dos discentes aos respectivos cursos e à instituição, com vista à prevenção da evasão e melhor desempenho acadêmico;

VII- promover espaços de discussão sobre os aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos que interferem no processo ensino – aprendizagem;

VIII- Apoio a projetos e articulação de parcerias que visem ações de prevenção às diversas faces da violência, do uso e abuso de álcool e outras drogas, bem como esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;

IX - orientar ações de intervenção socioeducativas nas áreas: social, pedagógica ou psicológica nos casos de necessidades educativas especiais;

X - colaborar nos projetos de capacitação pedagógica aos docentes visando a prática da interdisciplinaridade;

XI - estimular e colaborar para o desenvolvimento de projetos e ações que contribuam para a convivência da comunidade acadêmica com a diversidade biopsicossocial e cultural;

XII - apresentar proposta de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, em concordância com a política institucional.

XIII – colaborar na recepção, ambientação e orientação de novos docentes quanto ao funcionamento, às práticas didático-pedagógicas e administrativas da instituição;

XIV – colaborar na orientação dos docentes quanto à compreensão e manejo de questões didático-pedagógicas no contexto educativo dos alunos com deficiência, numa perspectiva inclusiva;

XV – atender os discentes, acompanhando o seu desempenho no processo ensino-aprendizagem e fazendo, quando necessário, encaminhamentos aos serviços especializados externos;

XVI – proporcionar aos discentes oportunidades de reflexão acerca de seus percursos de carreira e planejamento do seu futuro profissional;

XVII – fomentar junto à Diretoria de Recursos Humanos e Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal, ações que atendam às demandas dos docentes e servidores do quadro técnico-administrativo, com a finalidade de sua integração ao ambiente de trabalho, à plena expressão de suas capacidades laborais, qualificação e aperfeiçoamento.

O NAPE deve ser constituído por uma Equipe Executiva, de caráter colegiada, com suas respectivas competências sistematizadas neste regimento. A Equipe Executiva tem o caráter de planejamento e execução das ações pertinentes, devendo ser multiprofissional, composta, no mínimo, por: 01 (um/a) Assistente Social; 01 (um/a) Pedagogo(a); 01 (um/a) Psicólogo(a); 01 (um/a) Assistente Administrativo(a).

A Equipe Executiva do NAPE figura como órgão deliberativo e propositivo às ações do próprio setor, competindo a ela a proposição, aprovação e execução das atividades a que se destina o núcleo.

11.1.5 Estímulos à Permanência (Programa de Nivelamento e Atendimento Psicopedagógico)

A Unitins propõe um projeto de nivelamento para auxiliar àqueles alunos ingressantes na IES, esse projeto será coordenado pelo Núcleo de Apoio Psicológico e psicopedagógico ao discente-NAPE que visa atender e diagnosticar evidentes problemas de aprendizagem dos acadêmicos que chegam a IES e que não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizado da turma da qual estão inseridos. O Projeto de Nivelamento tem como objetivo:

- Proporcionar um aumento qualitativo no crescimento do aluno em relação ao ensino básico da Língua Portuguesa, Física, Matemática; Inglês e Espanhol;
- Desenvolver as habilidades em leitura, interpretação de textos;
- Desenvolver as habilidades em operações matemáticas básicas;
- Apreciar diversos tipos de texto através de um trabalho integrado e interdisciplinar;

- Provocar uma modificação de atitude do aluno em relação ao processo de ensino e aprendizagem, isto é, a autoaprendizagem;
- Proporcionar interatividade entre docentes e alunos nesse processo de ensino e aprendizagem;
- Estimular os alunos a raciocinar em tempos lógicos;
- Desenvolver a capacidade de análise de problemas e de sua resolução através de estudo de caso;
- Proporcionar experiências para a aquisição dos fundamentos essenciais e básicos da língua inglesa e língua espanhola.
- Evidenciar o conhecimento da língua inglesa e língua espanhola como oportunidade para o crescimento pessoal e profissional na contemporaneidade, visando o pontapé inicial para participação do programa de Ciências Sem Fronteiras, pois sabemos que, para participar deste programa o aluno deverá possuir certificado em proficiência no idioma do país que pretende ingressar.

Com essa iniciativa vamos proporcionar aos nossos acadêmicos melhores condições aproveitamento no decorrer de sua graduação.

11.1.6 Apoio Psicossocial e Educacional

A Unitins implantou em 2012 um programa de orientação Apoio Psicossocial e Educacional ao discente o NAPE, criado desde 2012, com uma Psicóloga Cadastrada ao Conselho Regional de Psicologia capacitada a oferecer suporte psicológico.

Os serviços do NAPE são ofertados por uma equipe interdisciplinar (Psicólogos e Assistentes Sociais e Pedagogos). O NAPE está funcionando em sala devidamente equipada. Os atendimentos são realizados em horários flexíveis que se adaptam às necessidades dos discentes e docentes e demais colaboradores desta IES.

11.1.7 Assistência Prioritária

No âmbito da assistência prioritária, que visa à redução das desigualdades sociais e à inclusão social na educação superior, a Unitins desenvolve ações voltadas para viabilizar transporte para a participação nas atividades acadêmicas. Os estudantes se deslocam de seus campus até a sede ou se locomovem para outros campus para participar das atividades acadêmicas com transporte e ajuda de custo proporcionando pela própria instituição.

11.1.8 Promoção e Prevenção

No que toca a qualidade de vida, esporte e cultura, vislumbrando a integração estudantil são realizados os Jogos Internos da Unitins – Jiuni em duas etapas, sendo a primeira local, e a segunda estadual; a recepção aos calouros tem como intuito proporcionar uma integração entre calouros, comunidade e universidade. Para recepção dos estudantes, em especial dos/as calouros/as, como proposta de substituição ao trote; o Caipiritins, ação festiva em alusão a cultura junina regional; e a sala de convivência dos/as estudantes, espaço que visa à socialização e acolhida dos/as estudantes, atualmente institucionalizada apenas no câmpus Palmas.

Outras ações e serviços desenvolvidas e a desenvolver pela Unitins para a promoção e prevenção e apoio, para viabilizar a participação de estudantes da IES em eventos acadêmicos, e a disponibilização do laboratório de informática para uso dos estudantes que não tem acesso as tecnologias para o desenvolvimento de atividades acadêmicas.

A Unitins desenvolve no âmbito do apoio psicossocial, no câmpus de Palmas, ações e serviços por meio do Núcleo de Apoio Psicossocial e Educacional – Nape, espaço que se articula com a rede de saúde e assistência social, em especial da saúde mental, para garantir maior capilaridade do atendimento às demandas apresentadas pelos/as discentes da IES, além de promover ações diversas para potencializar o desempenho acadêmico.

11.1.9 Organização Estudantil (Espaço para Participação e Convivência Estudantil)

A Unitins, conforme previsto no Regimento Acadêmico da Unitins, p.33-34 Art.149), garante a participação do corpo discente junto aos órgãos Colegiados. Sendo assim, a política institucional prevê em seu regimento:

1º A representação estudantil tem por objetivo congregar os acadêmicos e expressar os interesses e anseios do corpo discente bem como promover a cooperação entre administradores, professores e alunos nas atividades acadêmicas e na integração comunitária.

§ 2º A representação estudantil será definida pelos próprios acadêmicos e seu respectivo regimento deverá ser apresentado e aprovado pelo Conselho Universitário e registrado na Reitoria (Regimento Acadêmico da Unitins, p.33-34 Art.149).

A Unitins considera que a educação desenvolve atitudes, princípios e valores que impulsiona o crescimento humano. Dessa forma, valoriza a participação estudantil permeada pelo respeito ao próximo, a solidariedade e a autonomia com responsabilidade. Os espaços de convivência e participação estudantil acontecem nas localidades onde os alunos residem ou estudam, uma vez que a IES tem área de atuação em nível local e regional.

11.2 Ouvidoria

Ouvidoria Geral é órgão responsável pela promoção, integração e defesa dos direitos dos estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade externa em suas relações com a Unitins, em suas diferentes instâncias administrativas e acadêmicas voltadas a excelência e transparência do Serviço Público ofertado pela IES

11.3 Acompanhamento de egressos

As políticas e as ações de acompanhamento dos egressos na Unitins se concretizam na forma de avaliações contínuas das condições de oferta dos cursos, pois o objetivo é formar profissionais capazes de se integrarem no mercado de trabalho. Nesse sentido, a Unitins procura aprimorar a formação oferecida aos alunos.

Esse programa vai se constituir em uma ferramenta cujo os dados e informações servirão para a autoavaliação da Universidade. Ressaltamos ainda, que

é por meio dessa Política de Acompanhamento que a Unitins vai buscar dados sobre a inserção de seus egressos no mercado de trabalho, ou seja é por meio dessas informações e dados que a IES tem a oportunidade de acompanhar a trajetória profissional dos seus egressos (dos cursos de graduação e pós-graduação) identificando assim a evolução de sua situação no mercado de trabalho.

O resultado dessas avaliações promovidas junto aos egressos será comparado com as avaliações dos cursos. Ciente do resultado dessas avaliações a Unitins pretende investir no aprimoramento e na melhoria de seus cursos e de seus egressos, por meio de uma série programas, capacitações, cujo o objetivo é formação de profissionais cada vez mais qualificados e competentes para o exercício de suas atribuições, bem como a continuidade da relação institucional. Esses estudos comparativos entre a atuação do egresso e a formação recebida irão possibilitar a contínua avaliação dos cursos e da própria IES.

A Universidade estadual do Tocantins - Unitins, ciente de sua missão institucional para com a formação de cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade, estabelece uma política de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação em conformidade com (Sinaes).

Em cumprimento de sua responsabilidade social, a Unitins está sempre buscando conhecer a situação profissional dos egressos, sua inserção no mundo do trabalho e os índices, de empregabilidade associada à sua formação profissional.

Para tanto, esta situação implica na obrigação social da universidade em ofertar uma educação superior de qualidade, integrada a um processo de indissociabilidade com a pesquisa e a extensão, e a implementação de políticas que estimulem o desenvolvimento de competências e de habilidades em conhecimentos acadêmicos aprendidos na universidade durante a graduação, em conformidade com a profissionalização.

Desse modo, a política de acompanhamento do egresso da Unitins, representa a possibilidade de se ter um feedback acerca da formação ofertada. Portanto o objetivo é manter aberto o canal de comunicação, ou seja, fortalecer a relação com os egressos que concluíram seus cursos nessa Instituição. Esse retorno é importante para avaliar a qualidade dos cursos ofertados, para a formulação e implementação de políticas institucionais bem como para conhecer resultados do compromisso da missão da Unitins com as comunidades locais e regionais do Tocantins.

A Pró-Reitoria de Graduação, responsável pela gestão da política de acompanhamento dos egressos, pretende nesse trabalho em parceria com as demais instâncias, propor constantemente, estratégias de planejamentos, pesquisas e ações que favoreçam os egressos da Unitins.

11.4 Registros acadêmicos

A organização acadêmico-administrativa está apoiada no Sistema de Gestão Acadêmica RMClassis da TOTVS. A plataforma de operação do sistema é baseada num Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGDB) que garante a unicidade e a confiabilidade das informações, além de contar com um sistema de backup da base de dados. O sistema RM como ferramenta de gestão, permite aos professores, coordenadores de curso e diretores acompanharem os apontamentos de notas e faltas dos alunos, bem como permite aos alunos acompanharem o seu desempenho acadêmico.

O controle acadêmico é exercido pela Secretaria Acadêmica da IES, apoiando os demais órgãos da Instituição, que é estruturada pelas atividades de atendimento, protocolo e arquivamento de documentos. É a responsável pelo controle e expedição de toda a documentação acadêmica, tais como: registro da documentação legal exigida pelos órgãos oficiais; emissão de documentos e relatórios relativos à vida acadêmica dos alunos; recebimento e arquivamento dos registros de frequência às atividades didáticas e pedagógicas; processos de matrícula, de trancamento e de transferência; entre outros. Por meio das atividades de protocolo e atendimento os alunos são recebidos e podem fazer qualquer tipo de solicitação: da matrícula de ingresso na Instituição à solicitação do seu diploma, ao final do curso. Esse setor é responsável pela guarda dos documentos oficiais da instituição, incluindo o dossiê de todos os alunos.

11.5 Acesso dos alunos a TIC's

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como um conjunto de recursos tecnológicos que, quando integrados entre si, proporcionam a automação e/ou a comunicação nos processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica e etc. São tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações.

No processo de ensino-aprendizagem (EA), é importante destacar a importância do aprender fazendo, do aprender a aprender, do interesse, da experiência e da participação como base para a vida em uma democracia. As modernas pedagogias têm apontado na direção da aprendizagem ativa.

A Instituição considera que a existência humana adquire significados e sentidos, à medida que o ser humano passa a atuar de forma crítica e consciente na construção da sociedade em que está inserido. A Unitins assume a educação como fenômeno e processo de formação e interação social que conduz as pessoas à plena participação produtiva e crítica na sociedade. Princípios e valores, como a dignidade, a solidariedade, a justiça, o respeito ao próximo e a autonomia com responsabilidade, permeiam por todas as ações ofertadas a fim de contribuir para o crescimento humano e profissional dos indivíduos em suas respectivas comunidades.

O conhecimento evolui rapidamente, exige uma educação voltada para a autonomia do acadêmico, o que implica uma metodologia do “aprender a aprender”, ancorada na produção do conhecimento, por meio da investigação e da solução de problemas. Paralelamente, grandes mudanças têm ocorrido no campo virtual a partir dos avanços das tecnologias da informação e da comunicação, trazendo um desafio enorme para as áreas de conhecimento.

As metodologias devem auxiliar nos processos de democratização do conhecimento acadêmico, promoção da interdisciplinaridade, valorização da dimensão tempo/espaço escolar-acadêmico, como construção subjetiva; (re)significação de paradigmas educacionais e ampliação do processo dialético teoria-prática. Com isso, amplia-se mais seu compromisso político-social, o acesso e a permanência com êxito no ensino superior; respeitar a diversidade e os ritmos próprios nos processos de aprendizagem discentes; utilizar as tecnologias de informação e comunicação como apoio à ação pedagógica; e socializar o conhecimento por meio da convergência das mídias, complexo de laboratórios e núcleos na prestação de serviços à comunidade e à sociedade.

11.6 Organização estudantil

As diferentes organizações estudantis são estruturadas pelos próprios alunos que assumem diferentes desafios para enriquecer a vivência e experiência ao longo da graduação. A participação voluntária permite que eles se exponham a problemas,

riscos e situações não previstas.

A organização estudantil pode ter um impacto positivo tanto durante sua formação acadêmica quanto na sua vida profissional após a formatura.

11.6.1 DCE – Diretório Central dos Estudantes

O DCE é a entidade estudantil representante dos alunos de sua IES - Instituição de Ensino Superior seja ela, um Centro Universitário, uma Faculdade ou Universidades. O DCE tem como funções a orientação do corpo discente para debater e se mobilizar a respeito de desafios e/ou problemas que estejam relacionados com sua Instituição. O DCE é a entidade estudantil que representa todos os câmpus da Instituição.

11.6.2 DA – Diretório Acadêmico

O Diretório Acadêmico é a parte responsável por representar os cursos, em relação aos interesses do seu câmpus, ou seja, melhorias na estrutura física, limpeza interna e externa, iluminação, acessibilidade, equipamentos de multimídia, informática, articulação quanto à participação dos acadêmicos em eventos fora do domicílio, além de outros assuntos acadêmicos.

11.6.3 CA – Centro Acadêmico

O Centro Acadêmico tem por finalidade representar os acadêmicos especificamente, em relação aos interesses do seu próprio curso, nos assuntos acadêmicos, organização de eventos relacionados ao curso, bem como a articulação nas participações em congressos, seminários fora do domicílio do seu câmpus.

12. GESTÃO DO CURSO

Para o curso projeta-se um quadro de docentes que atenda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com um percentual de um terço do corpo docente formado por especialistas, mestres ou doutores, cuja a contratação estará de acordo com a Legislação Trabalhista

12.1 Quadro de docentes

DOCENTES DO CURSO				
Docente	Graduado em	Titulação	Experiência Profissional*	Regime de Trabalho
Ana Pressilia Silva Bandeira http://lattes.cnpq.br/8735445104016765	Direito	Especialista		20h
André Francisco Cantanhede de Menezes http://lattes.cnpq.br/2805339815092858	Direito	Mestre Doutorando em Direito		40h
Elto Abreu da Silva http://lattes.cnpq.br/9374490458657102	Direito	Mestre Doutorando em Direito		40h
Francisco Wagner Saraiva Oliveira http://lattes.cnpq.br/1975601263880976	Direito	Especialista		40h
Gelk Costa Silva	Direito	Especialista		40h
Halan Heverton dos Santos Nobre http://lattes.cnpq.br/0294852832574160	Direito	Especialista		40h
Hewldson Reis Madeira http://lattes.cnpq.br/1954305395268356	Direito	Doutor		40h
Irineu Vagner Júnior Valoeis http://lattes.cnpq.br/5580342078319278	Direito	Especialista Mestrando em Ciências Ambientais		40h
Márcio Fernando Moreira Miranda http://lattes.cnpq.br/7208176013528493	Direito	Doutor		40h
Márcia da Cruz Girardi http://lattes.cnpq.br/7157776499386067	Direito	Doutora		20h
Nelita Neves Bandeira http://lattes.cnpq.br/8076234390435572	Direito	Mestre		40h
Phyllyppy Dyno Silva de Oliveira	Direito	Especialista		40h
Robson sousa silva http://lattes.cnpq.br/5810333971523693	Direito	Especialista		40h
Vilmar Livino dos Santos http://lattes.cnpq.br/5886262595719027	Direito	Especialista		40h
Kamila Soares Leal http://lattes.cnpq.br/1467230641202718	Direito	Especialista		40h
ilker Batista Cavalcanti	Direito	Doutor		40h

12.2 Titulação do Corpo docente

Titulação	Quantitativo	Percentual
Especialista	09	56,25
Mestre	03	18,75
Doutores	04	25,00
Total		100%

OBS.A seleção de professores será realizada gradativamente, de acordo com as necessidades do curso, podendo variar para mais ou para menos

12.3 Composição e Funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O CONAES entende que o NDE é um bom indicador de qualidade de um Curso de Graduação e um elemento de diferenciação quanto ao comprometimento da instituição com o bom padrão acadêmico.

Para além do formalismo legal que determinou a criação do NDE (Cf. Regulamento do NDE), o curso de Direito entende que este núcleo representa um papel importante no modelo de gestão participativa que se está implementando no curso. Coerente com a missão e os valores institucionais que primam pela formação integral da pessoa, o curso de Direito entende que o NDE é, de fato, e não apenas de direito, um órgão comprometido com a qualidade da melhoria do curso e que, portanto, propõe, avalia e direciona as ações educativas que atendam aos princípios norteadores da formação humana.

O Núcleo Estruturante Docente é composto sempre por uma representatividade significativa do colegiado do curso, primando, em sua constituição, pela titulação acadêmica, que atenda aos requisitos formativos de caráter institucional, pela disponibilidade da carga horária vinculada à instituição, por sua efetiva contribuição e experiência formativa na docência. Todos os requisitos estão igualmente interpretados a partir dos dispositivos legais que instituem o NDE agregados a natureza institucional do curso de Direito.

O Núcleo Estruturante Docente se reunirá ordinariamente uma vez por mês durante cada semestre letivo, convocado pelo coordenador do curso que, como presidente nato, previamente comunicará aos membros do NDE a pauta da reunião. Pode, igualmente, um dos membros solicitar ao coordenador do curso,

uma reunião extraordinária do NDE para debater, discutir e propor melhorias no processo de gestão do curso. Uma vez proposta a reunião, caberá ao coordenador do curso, articular com os demais membros o melhor horário para tal encontro. Vale ressaltar que as reuniões serão devidamente registradas em ata. A partir dos pressupostos descritos anteriormente e sendo coerente com o que se acredita colaborar com a formação integral da pessoa, o atual NDE do curso de Direito.

Conforme a PORTARIA/UNITINS/N°. 091/2019/GABREITOR está designado para compor o Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso de Direito, Câmpus de AugustinópolisTO, os seguintes membros:

Docentes	Titulação	Regime de Trabalho
Sarah Coelho Lima	Especialista- Mestranda	40 h
Irineu vagner junior valdeis	Especialista Mestrando	40 h
Marcio fernando moreira miranda	Doutor	40h
Elto abreu da silva	Doutor	40 h
Hewldson Reis Madeira	Doutor	40h

São atribuições do NDE:

- I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional pretendido do egresso do curso.
- II. Zelar pela integração curricular, interdisciplinar e transversal, entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo, respeitando os parâmetros estabelecidos no PPC.
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação e de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.
- IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de

graduação.

12.4 Composição e Funcionamento Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso por sua vez, como órgão deliberativo responsável pela organização didático-pedagógica, além das competências de organização e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes e articulador da formação acadêmica, precisa acompanhar e monitorar, juntamente com a Coordenação, o processo ensino-aprendizagem para que a formação do futuro profissional prevista no PPC ocorra de forma plena.

Colegiado de Curso é composto por:

- I. pelo Coordenador de curso;
- II. pelos docentes lotados no respectivo colegiado;
- III. por 1 (um) representante discente, dentre alunos matriculados no Curso, eleito pelos seus pares.

As atribuições dos Colegiados de Cursos serão definidas por meio do Regimento Interno da Pró-Reitoria de Graduação e demais normativas correlatas.

13. INFRAESTRUTURA

13.1 Espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso

Para formação do profissional é necessário criar as condições objetivas, referentes a infraestrutura para operacionalização das atividades de docentes e discentes.

Nesse contexto, a Universidade Estadual do Tocantins-Unitins disponibiliza, uma infraestrutura física, administrativa e de programas especiais, necessários e capazes de garantir formação devidamente qualificada para o acesso, gestão e permanência dos discentes do Curso de Direito.

13.1.1 Estrutura Geral do Campus de Augustinópolis

O campus possui estrutura administrativa composta pela Direção do Campus, constituída pelo Diretor; Coordenadores de cursos, Assessor Pedagógico; Coordenador de Estágios; Assessor de Biblioteca; Assessor de Secretaria Acadêmica; colegiados dos cursos de graduação; servidores docentes, técnicos e

Assistentes administrativos; auxiliares de serviços gerais além das estruturas complementares/suplementares, caso necessário. Para todos os efeitos a organização administrativa e didático-científica, estará dotado de servidores docentes e técnicos administrativos, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

13.1.2 Instalações Físicas

Estrutura Geral do Campus de Augustinópolis para o funcionamento dos cursos presenciais, a Unitins oferece um espaço físico para o funcionamento do Campus de Augustinópolis, que está localizado no seguinte endereço: ⇒ Centro Estadual de Educação La Salle – Rua Pedro Ludovico, 535, Bairro Boa Vista – CEP 77.960-000, em Augustinópolis - TO.

1. Sala para a Administração - (Direção)
2. Salas para as Coordenações dos cursos
3. Sala para Assessor Pedagógico
4. Sala para os Professores
5. Sala para o Coordenador de Estágios
6. Sala para Técnicos de Informática
7. Banheiro Masculino e Feminino
8. Sala para Reprografia
9. Sala para Secretaria Acadêmica
10. Copa/cozinha
11. Área de convivência (com cadeiras ou bancos)
12. Biblioteca/Prateleiras/Livros
13. Sala de estudo em grupo (anexo da biblioteca)
14. Almoxarifado
15. Sala para auxiliares de serviços gerais
16. Guarita para os guardas
17. Sala para o labin
18. Núcleo de Práticas Contábeis
19. Sala para o Diretório Acadêmico

13.1.3 Equipamentos

Computadores para acesso ao estudante:	
Local	Quantidade
Labin I	20 máquinas c/ acesso a internet com Mesas ou bancadas com 20 cadeiras
Biblioteca	2 máquinas c/ acesso a internet Bancadas individuais para 50 alunos pesquisarem; mesas 6 mesas redondas 50 a 60 cadeiras; 1 impressora.
Computadores para utilização dos professores:	
Local	Quantidade
Sala dos Professores	De 02 máquinas c/ acesso a internet (uso comum)
Coordenações de curso e Coord. Pedagógica	De 6 máquinas c/ acesso à internet (uso comum) Mesa grande, 6 arquivos com gavetas e 2 com portas
	1 impressora (uso comum)
Secretaria Acadêmica Adjunta	20 arquivos/4 mesas/2 computadores 5 cadeiras, 1 impressora, scanner, 2 armários com porta
Outros equipamentos de apoio ao docente:	

Fonte: Pró-Reitoria de Administração/2019.

Para o funcionamento dos cursos presenciais a Unitins oferece um espaço que está localizado no seguinte endereço: Rua Planalto nº 601 – Setor Augustinópolis - CEP 77.960-000, Augustinópolis/TO

Quantidade de salas	Descrição do Setor
01	Direção do campus
01	Secretaria Acadêmica
01 sala ampla (com 3 divisórias)	Coordenações de curso: Enfermagem, Ciências Contábeis e Direito.

01 sala ampla (com 3 divisórias)	NAPE (01 espaço preparado para os atendimentos individuais; 01 espaço para atendimentos coletivos e acolhimentos; 01 espaço para a equipe multidisciplinar);
01	Sala de orientação acadêmica e TCC; T. I.; Arquivo Morto; Coordenação de Estágio de Enfermagem
Entrada, protocolo e recepção	Recepção do Campus
01	Casa Práxis
01	Almoxarifado
01	Laboratório Enfermagem Multidisciplinar
01 sala ampla	- Biblioteca (Supervisor Samuel)
01	- Recursos Humanos (Supervisora Juliana Martins) - Assessora Pedagógica Maria Lúcia (Lucinha)

13.1.4 Biblioteca

O Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins (SIBUNI), formado pelas Bibliotecas dos Câmpus de Palmas, Dianópolis, Araguatins e Augustinópolis, possui como objetivo principal a interação de suas bibliotecas de acordo a política educacional e administrativa da Universidade, servindo de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, busca fomentar a colaboração e a produção técnico-científica, cultural, literária e artística, através do desenvolvimento de serviços e produtos de informação.

Funcionalmente o SIBUNI vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e, administrativamente, à Direção dos respectivos Câmpus, conforme Estatuto Geral da Universidade Estadual do Tocantins.

O Sistema de Integral de Bibliotecas da Unitins adapta-se ao papel que a sociedade atual tem reservado às bibliotecas universitárias – ser um centro de informação e disseminação do conhecimento e da cultura – com adoção de modernas tecnologias e informatização de serviços. Possui uma área disponível para estudo onde possibilita ao aluno um ambiente climatizado e confortável para a produção do conhecimento.

13.1.4.1 Formação e desenvolvimento de Acervo

A política de desenvolvimento de coleções determina todo o planejamento do acervo, é parte de um processo consecutivo e cotidiano. A política de seleção está voltada a campos específicos do conhecimento, compondo o acervo de títulos e assuntos das áreas dos cursos ofertados. O acervo e os serviços desenvolvidos são orientados pela busca constante em atender às necessidades de informação e pesquisa dos usuários da instituição. A formação de acervo se dá por aquisição por compra, doação ou permuta, de acordo as bibliografias descritas nos Planos de Cursos.

Visando atender as novas diretrizes expressas nos Instrumento de avaliação de cursos utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no que tange sobre a necessidade e importância da utilização de Bibliografias Virtuais, por Instituições de Ensino Superior. Recentemente foi incorporado ao acervo bibliográfico da Unitins quase 5000 (cinco mil) títulos de e-books, que poderão ser acessados virtualmente de qualquer lugar ou tempo, permitindo acesso simultâneo ao mesmo documento eletrônico criando assim instancias múltiplas de cópias do documento solicitado. Essa disponibilização online dos livros digitais, reflete na democratização do conhecimento e universalização da informação, já que os acadêmicos terão acesso irrestrito a livros digitais completos que podem subsidiar a produção de seus trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas, a qualquer hora, dia ou lugar. Outros benefícios desse acervo é a redução de espaços físicos, e diminuição de custos com aquisição, processamento técnico e preservação de acervo.

13.1.4.2 Estrutura Física da Biblioteca.

Com unidades divididas entre os Câmpus de Augustinópolis, Araguatins, Dianópolis e Palmas, as Bibliotecas do SIBUNI possuem basicamente estruturas físicas compostas por salões de estudo climatizados, computadores disponíveis para consulta ao catálogo eletrônico, salas de estudo em grupo, balcão de atendimento, escaninhos, mesas de estudo em grupo, baias para estudos individual , computadores disponíveis para acesso à Internet, cobertura *wireless*.

A **Biblioteca do Câmpus de Augustinópolis** tem aproximadamente 84 m² (oitenta e quatro metros quadrados). É um ambiente destinado à leitura, estudo individual e trabalho em grupo com três mesas, vinte e quatro cadeiras, doze cabines de estudo e dois computadores com acesso à internet para pesquisa e demais recursos para elaboração de trabalhos. A área física disponível para o acervo é composta de 28 m² (vinte e quatro metros quadrados), que suporta, atualmente, doze estantes dupla face, com capacidade de 126 (cento e vinte e seis) metros lineares para acomodar os exemplares.

13.1.4.3 Estrutura Organizacional

Funcionalmente o Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade Estadual do Tocantins (SIBUNI) vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), e possui uma estrutura administrativa formada por coordenador Geral de Bibliotecas, supervisores de bibliotecas; assistentes administrativos; pessoal de apoio. Todos esses com funções administrativas previamente dispostas no Regimento de Interno de Bibliotecas da Unitins.

13.1.4.4 Biblioteca do Campus de Augustinópolis

O curso disporá de um acervo que contempla os títulos adotados como bibliografia básica, em uma proporção de um exemplar para cada oito a dez alunos, conforme recomendado pelos indicadores de qualidade do MEC e do Conselho Estadual de Educação-CEE-TO.

Com relação aos livros da bibliografia complementar, será promovida a disponibilização de no mínimo dois exemplares de cada título. Além disso, a Biblioteca disponibilizará títulos de periódicos científicos da área relacionados às disciplinas constantes na grade, bem como periódicos científicos da área de Direito. Neste sentido, o papel do corpo docente é o de buscar continuamente a atualização de suas indicações bibliográficas de acordo com os objetivos do curso.

O CÂMPUS possui também a Biblioteca Virtual que torna mais fácil e rápido o acesso de alunos universitários ao conteúdo que precisam para os estudos. Atualmente a Biblioteca Virtual atende mais de 40 áreas do conhecimento e tornou-se um ambiente de pesquisa para alunos e profissionais, assim como ferramenta de

entretenimento, já que conta com alguns títulos de literatura e interesse geral. A plataforma da Biblioteca Virtual é intuitiva e ágil e pode ser acessada por computadores, tablets e smartphones, de qualquer lugar e a qualquer hora

13.1.5 Equipe Técnico-Administrativa

A equipe técnica administrativa da biblioteca é formada por pessoal contratado pela instituição, com formação superior completa ou em andamento. A contratação de pessoal é feita pelo setor de Recursos Humanos, depois de terem passado por processo seletivo, conforme Legislação Trabalhista.

13.1.6 Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é o setor responsável por gerenciar e supervisionar as demandas de contexto acadêmicos administrativos referentes ao ingresso, ao registro e à diplomação do/a discente. Cabe ao setor realizar o processamento dos serviços abertos na Central de Atendimento Integrado, bem como informar à comunidade acadêmica os prazos, fluxos, normas, e o calendário acadêmico.

Além disso, também fornece atualizações e informações gerais sobre os processos de matrícula, serviços existentes, notícias, e demais atividades acadêmicas.

13.1.7 Registros Acadêmicos

A organização acadêmico-administrativa está apoiada no Sistema de Gestão Acadêmica RMClassis da TOTVS. A plataforma de operação do sistema é baseada num Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGDB) que garante a unicidade e a confiabilidade das informações, além de contar com um sistema de backup da base de dados.

O sistema RM como ferramenta de gestão, permite aos professores, coordenadores de curso e diretores acompanharem os apontamentos de notas e faltas dos alunos, bem como permite aos alunos acompanharem o seu desempenho acadêmico.

13.1.8 Organização do Controle Acadêmico

O controle acadêmico é exercido pelo Secretaria Acadêmica da IES, apoiando os demais órgãos da Instituição, que é estruturada pelas atividades de

atendimento, protocolo e arquivamento de documentos. É a responsável pelo controle e expedição de toda a documentação acadêmica, tais como: registro da documentação legal exigida pelos órgãos oficiais; emissão de documentos e relatórios relativos à vida acadêmica dos alunos; recebimento e arquivamento dos registros de frequência às atividades didáticas e pedagógicas; processos de matrícula, de trancamento e de transferência; entre outros.

Por meio das atividades de protocolo e atendimento os alunos são recebidos e podem fazer qualquer tipo de solicitação: da matrícula de ingresso na Instituição à solicitação do seu diploma, ao final do curso. Esse setor é responsável pela guarda dos documentos oficiais da instituição, incluindo o dossiê de todos os alunos.

13.1.9 Laboratório de Informática

O Labin é o espaço de apoio tecnológico no âmbito docente, discente para melhor atuação nas ações didáticas pedagógicas no contexto do curso e outras atividades que contemplem a comunidade interna e externa do câmpus.

Os computadores do laboratório trazem um leque de softwares e aplicativos que trazem uma interatividade que não pode ser alcançada dentro de uma sala de aula comum.

O laboratório está à disposição dos docentes, discentes, técnicos administrativos e comunidade em geral oferece espaço e equipamento de informática para as atividades de ensino e pesquisa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Resolução/CNE n. 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução CNE/CES n. 9, de 29.09.2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Resolução N°002/2014/Conselho Curador, ato de criação do Curso.

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-2012-2016. Palmas: Fundação Universidade do Tocantins / UNITINS, 2012. (Versão revista, atualizada ampliada e ajustada) 200p. (Documentos Institucionais).

Projeto Pedagógico Institucional da UNITINS – PPI – 2012/2016. Palmas: Fundação Universidade do Tocantins / UNITINS, 2012.

Resolução N° 175 do Conselho Estadual de Educação – CEE/TO/2013.

Parecer de Reconhecimento do Curso N° 418/2018 do Conselho Estadual de Educação – CEE/TO/2018

Resolução N° 5, de 17 de Dezembro de 2018(*) (MEC) – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências.

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-2012-2016. Palmas: Fundação Universidade do Tocantins / UNITINS, 2012. (Versão revista, atualizada ampliada e ajustada) 200p. (Documentos Institucionais).

Projeto Pedagógico Institucional da UNITINS – PPI – 2012/2016. Palmas: Fundação Universidade do Tocantins / UNITINS, 2012.

Resolução N° 175 do Conselho Estadual de Educação CEE/TO/2013.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Educação Superior a Distância. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

ANEXO I – TABELA DE EQUIVALÊNCIA

MATRIZ 01 PARA A MATRIZ ATUAL

PERÍODO							
MATRIZ 01/2014			OBS.	ESTRUTURA CURRICULAR ATUAL			OBS.
CÓD.	Componente Curricular	CH		CÓD.	Componente Curricular	CH	
1º Período							
114	Direito Civil I-Parte Geral	60			Direito Civil I-Parte Geral	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 2º Período
115	Direito Penal I	60			Direito Penal I	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 3º Período
116	Economia Política	30			Análise Econômica do Direito e Economia Política	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 2º Período
118	Filosofia Geral	45			Filosofia Geral e Jurídica	30	
120	História do Direito	30			História e Antropologia Jurídica	30	
122	Introdução ao Estudo do Direito	45			Introdução ao Estudo do Direito e Hermenêutica Jurídica	60	
124	Linguagem Jurídica	30			Interpretação, Produção de Texto e Linguagem Forense	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 7º Período
125	Metodologia Científica	30			Metodologia da Pesquisa Científica	30	Esta disciplina passa a ser ofertada no 2º Período

							Período
127	Sociologia Geral e Jurídica	30			Sociologia Geral e Jurídica	30	Esta disciplina passa a ser ofertada no 2º Período
2º Período							
134	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60			Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 1º Período
135	Direito Civil II- Obrigações	60			Direito Civil II-Obrigações	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 3º Período
136	Direito Penal II	60			Direito Penal II	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 4º Período
138	Filosofia Jurídica	60			Filosofia Geral e Jurídica	30	Esta disciplina passa a ser ofertada no 1º Período
139	Hermenêutica Jurídica	30			Introdução ao Estudo do Direito e Hermenêutica Jurídica	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 1º Período
141	Psicologia Jurídica	30			Psicologia Forense	30	Eletiva
143	Teoria Geral do Processo	60			Teoria Geral do Processo	60	
3ª Período							
	Direito Civil III- Dos Contratos	60			Direito Civil III-Contratos	60 60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 4º

							Período
	Direito Comercial I	60			Direito Empresarial I	60	
	Direito Constitucional I	60			Direito Constitucional I	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 1º Período
	Direito Penal III	60			Direito Penal III	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 5º período
	Direito Processual Civil I	60			Direito Processual Civil I	60	
	Direito Processual Penal I	60			Direito Processual Penal I	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 5º período
4º Período							
	Direito Civil IV-Contratos em Espécie	60			Direito Civil III-Contratos	60	
	Direito Comercial II	60			Direito Empresarial II	60	
	Direito Constitucional II	60			Direito Constitucional II	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 2º período
	Direito Penal IV	60			Direito Penal IV	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 6º período
	Direito Processual Civil II	60			Direito Processual Civil II	60	
	Direito Processual	60			Direito Processual Penal II	60	Esta disciplina passa a ser

	Penal II						ofertada no 6º período
5º Período							
163	Bioreito	30			-----		Disciplina suprimida na matriz atual
165	Direito Administrativo I	60			Direito Administrativo I	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 3º período
166	Direito Civil V-Responsabilidade Civil	60			Direito Civil VII-Responsabilidade Civil e Consumidor	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 8º período
167	Direito Processual Civil III	60			Direito Processual Civil III	60	
169	Direito Processual Penal III	60			Direito Processual Penal III	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 7º período
170	Direito Tributário I	60			Direito Tributário I	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 7º período
6º Período							
172	Direito Administrativo II	60			Direito Administrativo II	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 4º período
173	Direito Civil VI-Família	60			Direito Civil V-Família	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 6º período

174	Direito do Trabalho I	60			Direito do Trabalho I	60	
176	Direito Processual Civil IV	60			Direito Processual Civil IV	60	
178	Direito Tributário II	60			Direito Tributário II	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 8º período
179	Ética Geral e Profissional	30			Ética Geral e Profissional	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 5º período
180	Lógica Jurídica	30			_____	_____	Disciplina suprimida na matriz atual
7º Período							
181	Direito Civil VII-Sucessões	60			Direito Civil VI-Sucessões	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 7º período
182	Direito Comercial III	60			-----	-----	Esta disciplina foi suprimida na matriz atual. Seu conteúdo foi inserido em Direito Empresarial I e II
184	Direito do Trabalho II				Direito do Trabalho II	60	
186	Direito Internacional Público e Privado	60			Direito Internacional Público e Privado	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 9º período
187	Direito Processual Constitucional	60	Disciplina incluída nas ementas de Direito		-----	-----	

			Constitucional				
189	Estágio Supervisionado I – EM – Cível	90			Estágio Supervisionado II – EM – Cível	90	
8º Período							
190	Direito Agrário	60			Direito Agrário	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 10º período
191	Direito Civil VIII- Propriedade	60			Direito Civil IV- Propriedade	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 5º período
192	Direito Comercial IV	30	Disciplina incluída no ementário de Direito Empresarial I e II		-----	-----	-----
193	Direito da Informática I	30			Direito Virtual	30	Eletiva
198	Estágio Supervisionado II- Penal	90			Estágio Supervisionado III- EM-Penal	90	
194	Juizados Especiais	60			-----	60	Matéria não contemplada na Matriz atual
196	Monografia I	60			Trabalho de Conclusão de Curso I (Projeto e Apresentação de Projeto)	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 5º período
9º Período							
183	Direito Civil IX	30	Disciplina inclusa no ementário de Direito Civil VIII-Propriedade		-----	-----	

185	Direito da Informática II	30	Disciplina não contemplada na atual matriz.		-----	-----	
188	Direito Previdenciário	60			Direito da Seguridade Social	60	
195	Direito Processual do Trabalho I	60			Direito Processual do Trabalho I.	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 8º período
199	Estágio Supervisionado III-Previdenciário	60			Estágio Supervisionado IV-EM Consumidor e Previdenciário	90	Esta disciplina passa a ser ofertada no 10º período
197	Monografia II	60			Trabalho de Curso II-Produção e Defesa da Monografia	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 9º período
10º Período							
200	Direito Ambiental	60			Direito Ambiental e Urbanístico	60	
201	Direito do Consumidor	30	O ementário desta disciplina foi incluída na matéria de Direito Civil VII (Responsabilidade Civil e Consumidor)		-----	-----	-----
202	Direito Processual do Trabalho II	60	O ementário desta disciplina foi incluída na matéria de Direito Processual do Trabalho		-----	-----	-----
205	Estágio Supervisionado	90			Estágio Supervisionado IV – EM – Consumidor e Previdenciário	90	

	o IV – Consumidor						
203	Medicina Legal	30			Medicina Legal	30	Eletiva
204	Monografia III	60	Matéria não contemplada pela matriz atual		-----	-----	-----
Disciplinas Eletivas							
206	Direito Penal e Empresarial	60	Eletiva	Disciplina não contemplada na matriz atual	-----	-----	-----
207	Estatuto da Criança e do Adolescente	60	Eletiva		Estatuto da Criança e do Adolescente	30	Eletiva
208	Legislação Penal Especial	60	Eletiva		Legislação Penal Especial	30	Eletiva
209	Mediação e Arbitragem	60	Eletiva	Disciplina não contemplada	-----	-----	-----

1. Todas as horas excedentes poderão ser aproveitadas, mediante solicitação do aluno, como atividade curricular complementar (ACC), até o limite da carga horária prevista pelo curso.

2. As horas excedentes que somadas atingirem grupos de 60 horas (por grupo) poderão ser aproveitadas como disciplinas optativas correspondentes a mesma carga horária.

3. As horas excedentes que somadas atingirem grupos de 30 horas (por grupo) poderão ser aproveitadas como disciplinas optativas correspondentes a mesma carga horária.

Legenda:

CH = Carga Horária;

CÓD = Código da disciplina;

OBS = Observação.

**ANEXO I – TABELA DE EQUIVALÊNCIA
MATRIZ 02 PARA MATRIZ 04**

PERÍODO							
MATRIZ 02			OBS.	MATRIZ 04			OBS.
CÓD.	Componente Curricular	CH		CÓD.	Componente Curricular	CH	
1º Período							
002	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60			Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	
028	Direito Constitucional I	60			Direito Constitucional I	60	
114	Filosofia Geral	30			Filosofia Geral e Jurídica	30	
077	História e Antropologia Jurídica	60			História e Antropologia Jurídica	30	
078	Introdução ao Estudo do Direito	60			Introdução ao Estudo do Direito e Hermeneutica Jurídica	60	
091	Português Instrumental	60			Interpretação, Produção de Texto e Linguagem Forense	60	
095	Sociologia Geral e Jurídica	30			Sociologia Geral e Jurídica	30	Esta disciplina passa a ser ofertada no 2º período
016	Direito Civil I – Teoria Geral	60			Direito Civil I-Parte Geral	60	
029	Direito Constitucional II	60			Direito Constitucional II	60	
074							Disciplina inclusa

	Filosofia Jurídica	60					no ementário da Disciplina de Filosofia Geral e Jurídica
075	Hermenêutica Jurídica	60					Disciplina inclusa no ementário da Disciplina de Introdução ao Estudo do Direito e Hermenêutica Jurídica
080	Linguagem e Argumentação Jurídica	30				60	Disciplina não contemplada na matriz atual
086	Metodologia Científica	60			Metodologia da Pesquisa Científica	30	
096	Teoria Geral do Processo	60			Teoria Geral do Processo	60	
003	Direito Administrativo I	60			Direito Administrativo I	60	
017	Direito Civil II-Teoria Geral das Obrigações	60			Direito Civil II-Obrigações	60	
030	Direito Constitucional III	60					Disciplina inserida no ementário de Direito Constitucional I e II
044	Direito Penal I	60			Direito Penal I	60	
049	Direito Processual Civil I	60			Direito Processual Civil I	60	
063	Economia Política	30					Disciplina que foi alocada com Análise Econômica do Direito e Economia Política

094	Psicologia Jurídica	30			Psicologia Forense	30	Eletiva
4º PERÍODO							
004	Direito Administrativo II	60			Direito Administrativo II	60	
018	Direito Civil III-Teoria Geral dos Contratos	60					
045	Direito Penal II	60			Direito Penal II	60	
050	Direito Processual Civil II	60			Direito Processual Civil II	60	
057	Direito Processual Penal I	60			Direito Processual Penal I	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 5º período
062	Direito Humanos e Novos Direitos	60			Direitos Humanos	30	Esta disciplina passa a ser ofertada no 10º período
5º PERÍODO							
019	Direito Civil IV-Contratos em Espécie	60			Direito Civil III – Contratos	60	Disciplina incluída nas ementas de Direito Civil III
039	Direito Empresarial I-Teoria Geral	60			Direito Empresarial I	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 3º período
046	Direito Penal III	60			Direito Penal III	60	
051	Direito Processual Civil III	60			Direito Processual Civil III	60	
058	Direito Processual Penal II	60			Direito Processual Penal II	60	
042	Processo Administrativo	30					Disciplina incluída no ementário de

							Direito Administrativo.
093	Processo Constitucional	30					Disciplina incluída nas ementas de Direito Constitucional
6º PERÍODO							
006	Direito Ambiental	60			Direito Ambiental e Urbanístico	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 10º período
020	Direito Civil V – Responsabilidade Civil	30			Direito Civil VII – Responsabilidade Civil e Consumidor	60	Esta disciplina passa a ser ofertada no 8º período
033	Direito do Consumidor	30					Disciplina incluída nas ementas de Direito Civil VII- Responsabilidade Civil e Consumidor
034	Direito do Trabalho I	60			Direito do Trabalho I	60	
040	Direito Empresarial II- Sociedades	60					
052	Direito Processual Civil IV	60			Direito Processual Civil IV	60	
052	Legislação Penal Especial	60			Legislação Penal Especial	30	Eletiva
7º PERÍODO							
021	Direito Civil VI-Direito das Coisas	60			Direito Civil IV- Propriedade	60	
035	Direito do Trabalho II	60			Direito do Trabalho II	60	
041	Direito Empresarial III- Direito Cambiário; Contratos	60			Direito Empresarial II	60	Esta disciplina foi inserida em Direito Empresarial I e II

	mercantis; falência e recuperação						
060	Direito Tributário I	60			Direito Tributário I	60	
068	Estágio Supervisionado I- Prática Cível	90					
090	Metodologia da Pesquisa	60			Trabalho de Conclusão de Curso I	60	Disciplina ofertada no 8º Período
9º PERÍODO							
022	Direito Civil VII – Família	60			Direito Civil V – Família	60	Disciplina ofertada no 6º Período
042	Direito Internacional Público e Privado	60			Direito Internacional Público e Privado	60	Disciplina ofertada no 9º Período
056	Direito Processual do Trabalho	60			Direito Processual do Trabalho I	60	
061	Direito Tributário II	60			Direito Tributário II	60	
069	Estágio Supervisionado II- Prática Cível II	90			Estágio Supervisionado II-EM- Cível	90	Ofertado no 7º período
097	Trabalho de Conclusão de Curso I	60					
9º PERÍODO							
005	Direito Agrário	60			Direito Agrário	60	Disciplina será ofertada no 10º Período
023	Direito Civil VIII- Sucessões	60			Direito Civil VI- Sucessões	60	Disciplina será ofertada no 7º Período
036	Direito Econômico e Desenvolvimento Regional	60					Disciplina não contemplada pela atual matriz.

038	Direito Eletrônico	30			Direito Virtual	30	Eletiva
070	Estágio Supervisionado III- Prática Penal	90			Estágio Supervisionado III- EM-Penal	90	Ofertado no 8º Período.
098	Trabalho de Conclusão de Curso II	30			Trabalho de Curso II- Produção e Defesa da Monografia	60	
10º PERÍODO							
037	Direito Eleitoral	60			Direito Eleitoral	60	Disciplina ofertada no 9º Período
043	Direito Municipal e Urbanístico	60			Direito Ambiental e Urbanístico	60	
048	Direito Previdenciário	60			Direito da Seguridade Social.	60	Disciplina ofertada no 9º Período
071	Estágio Supervisionado IV – EM – Prática Trabalhista	90			Estágio Supervisionado IV – EM – Trabalhista	90	Disciplina ofertada no 9º Período
072	Ética Geral e Profissional	30					
DISCIPLINAS ELETIVAS							
102	Bioética e Biodireito	60	Eletiva				Disciplina suprimida
103	Direito e Tutela das Minorias contra a discriminação	60	Eletiva				Disciplina suprimida
082	Juizados Especiais	60	Eletiva				Disciplina suprimida
104	Linguagem de Sinais- Libras	60	Eletiva		Libras	30	Eletiva
102	Mediação e Arbitragem	60	Eletiva				Disciplina suprimida
105	Medicina Legal e	60	Eletiva		Medicina Legal	30	Eletiva

	Criminalística						
--	----------------	--	--	--	--	--	--

1. Todas as horas excedentes poderão ser aproveitadas, mediante solicitação do aluno, como atividade curricular complementar (ACC), até o limite da carga horária prevista pelo curso.
2. As horas excedentes que somadas atingirem grupos de 60 horas (por grupo) poderão ser aproveitadas como disciplinas optativas correspondentes a mesma carga horária.
3. As horas excedentes que somadas atingirem grupos de 30 horas (por grupo) poderão ser aproveitadas como disciplinas optativas correspondentes a mesma carga horária.

Legenda: CH = Carga Horária; CÓD = Código da disciplina; OBS = Observação.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA
Matriz 03 para Matriz 04

PERÍODO							
Matriz 03			OBS.	Matriz 04			OBS.
CÓD.	Componente Curricular	CH		CÓD.	Componente Curricular	CH	
1º Período							
106	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60			Ciência Política e Teoria Geral do Estado	60	
107	Filosofia Jurídica	60			Filosofia Geral e Jurídica	30	
108	Interpretação e Produção de Textos	60			Interpretação, Produção de Texto e Linguagem Forense	60	
109	Introdução ao Estudo do Direito	60			Introdução ao Estudo do Direito e Hermenêutica Jurídica	60	
110	História e Antropologia Jurídica	30			História e Antropologia Jurídica	30	
111	Hermenêutica Jurídica	30			Introdução ao Estudo do Direito e	60	

					Hermenêutica Jurídica		
112	Direito Constitucional I	60			Direito Constitucional I	60	
2º Período							
115	Análise Econômica do Direito	60			Análise Econômica do Direito e Economia Política	60	
116	Direito Civil I – Parte Geral	60			Direito Civil I – Parte Geral	60	
117	Teoria Geral do Processo	60			Teoria Geral do Processo	60	
118	Sociologia Geral e Jurídica	60			Sociologia Geral e Jurídica	30	
119	Ética Geral e Profissional	30					
120	Metodologia da Pesquisa Científica	30			Metodologia da Pesquisa Científica	30	
121	Direito Constitucional II	60			Direito Constitucional II	60	
3ª Período							
122	Direito Constitucional III	60	Disciplina suprimida				O ementário da disciplina foi incluído em Direito Constitucional I e II
123	Direito Civil II - Das Obrigações	60			Direito Civil II- Obrigações	60	
124	Direito Processual Civil I	60			Direito Processual Civil I	60	
125	Direito Penal I	60			Direito Penal I	60	
126	Direito Administrativo I	60			Direito Administrativo I	60	
127	Direitos Humanos e Novos Direitos	60			Direitos Humanos	30	Disciplina ofertada no 10º Período
	Eletiva 1- EaD	30			Eletiva 1- EaD	30	

4º Período							
128	Direito Civil III – Do Contrato	60			Direito Civil III – Contratos	60	
129	Direito Empresarial I	60			Direito Empresarial I	60	Disciplina ofertada no 3º Período
130	Direito Processual Civil II	60			Direito Processual Civil II	60	
131	Direito Penal II	60			Direito Penal II	60	
132	Direito Processual Penal I	60			Direito Processual Penal I	60	Disciplina ofertada no 5º Período
133	Direito Administrativo II	60			Direito Administrativo II	60	
	Eletiva 2- EaD	30			Eletiva 2- EaD	30	
5º Período							
134	Processo Administrativo	30	Disciplina suprimida				Disciplina incluída nas ementas de Direito Administrativo
135	Direito Civil IV - Responsabilidade Civil	60			Direito Civil IV – Responsabilidade Civil e consumidor	60	Disciplina ofertada no 8ª Período
136	Direito Empresarial II	60			Direito Empresarial II	60	Disciplina Ofertada no 4º Período
137	Direito Processual Civil III	60			Direito Processual Civil III	60	
138	Direito Penal III	60			Direito Penal III	60	
139	Direito Processual Penal II	60			Direito Processual Penal II	60	Disciplina ofertada no 6º Período
140	Processo Constitucional	30	Disciplina suprimida				Disciplina incluída nas

							ementas de Direito Constitucional
	Eletiva 3 - EAD	30			Eletiva 3 - EAD	30	
6º Período							
141	Direito Processual Penal III	60			Direito Processual Penal III	60	Disciplina ofertada no 7º Período
142	Direito Civil V – Da Família	60			Direito Civil V – Família	60	
143	Direito do Trabalho I	60			Direito do Trabalho I	60	
144	Direito Processual Civil IV	60			Direito Processual Civil IV	60	
145	Direito Penal IV	60			Direito Penal IV	60	
146	Direito Financeiro	30	Disciplina suprimida			60	O ementário da Disciplina foi incluído em Tributário II que será ofertada 8º no Período
147	Arbitragem e Mediação	30	Disciplina suprimida				
	Eletiva 4 - EaD	30			Eletiva 4-EAD	30	
7º Período							
148	Direito da Seguridade Social	60			Direito da Seguridade Social	60	Disciplina ofertada no 9º Período
149	Direito Civil VI – Direito Real	60			Direito Civil IV – Propriedades	60	Disciplina ofertada no 5º Período
150	Direito do Trabalho II	60			Direito do Trabalho II	60	
151	Direito Tributário I	60			Direito Tributário I	60	
152	Linguagem Forense	60			Interpretação, Produção de Texto e	60	Disciplina ofertada no 1º

					Linguagem Forense		Período
153	Estágio Supervisionado I – EM – Cível	60			Estágio Supervisionado II – EM –Cível	90	
154	Prática Jurídica Simulada I – Prática Cível	60			Prática Jurídica Simulada I – Prática Cível	60	
8º Período							
155	Direito Civil VII – Sucessões	60			Direito Civil VI – Sucessões	60	Disciplina ofertada no 7º Período
156	Trabalho de Conclusão de Curso I	60			Trabalho de Curso I - (Projeto e Apresentação do Projeto)	60	
157	Estágio Supervisionado II – EM –Penal	60			Estágio Supervisionado III– EM - Penal	90	
158	Direito Processual do Trabalho I	60			Direito Processual do Trabalho I	60	
159	Direito e Processo do Consumidor	60	Disciplina suprimida				Disciplina contemplada no ementário de Direito Civil VII (Responsabilidade Civil e Consumidor)
160	Prática Jurídica Simulada II- Prática Penal	60			Prática Jurídica Simulada II- Prática Penal	60	
161	Direito Tributário II	60			Direito Tributário II	60	
9º Período							
162	Direito Internacional Público e Privado	60			Direito Internacional	60	

					Público e Privado		
163	Direito Processual do Trabalho II	60	Disciplina suprimida				Disciplina contemplada na ementa de Direito Processual do Trabalho, ofertada no 8º Período
164	Trabalho de Conclusão de Curso II	60			Trabalho de Curso II – Produção e Defesa da Monografia/Artigo	60	
165	Estágio Supervisionado III-EM-Trabalhista	60			Estágio Supervisionado IV – EM – Trabalhista	90	
166	Processo Tributário	30	Disciplina suprimida				Disciplina absorvida pelo ementário de Direito Tributário II, ofertada no 8º Período
167	Prática Jurídica Simulada III - Prática Trabalhista	60			Prática Jurídica Simulada III- Prática Trabalhista	60	
168	Direito Eletrônico	30			Direito Virtual	30	Eletiva
10º Período							
169	Direito Ambiental	60			Direito Ambiental e Urbanístico	60	
170	Direito Municipal e Urbanístico	30			Direito Ambiental e Urbanístico	60	

171	Trabalho de Conclusão de Curso III	30	Disciplina suprimida				Disciplina absorvida pelo ementário da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.
172	Estágio Supervisionado IV – EM – Consumidor e Previdenciário	60			Estágio Supervisionado IV – EM – Consumidor e Previdenciário	90	
173	Direito Eleitoral	60			Direito Eleitoral	60	Disciplina Ofertada no 9º Período
174	Direito Imobiliário e Registral	60			Direito Imobiliário e Registral	30	Eletiva
175	Prática Jurídica Simulada IV - Prática Consumidor e Previdenciário	60			Prática Jurídica Simulada IV - Prática Consumidor e Previdenciário	60	
Disciplinas Eletivas							
176	Bioética e Biodireito	30	Eletiva	Disciplina suprimida			
177	Direito Agrário	30	Eletiva		Direito Agrário	60	Disciplina Ofertada no 10º Período
178	Linguagem de Sinais- Libras	30	Eletiva		Libras	30	Eletiva
179	Direito da Criança e Adolescente	30	Eletiva		Estatuto da Criança e do Adolescente	30	Eletiva
180	Medicina Legal	30	Eletiva		Medicina Legal	30	Eletiva
181	Legislação Penal	30	Eletiva		Legislação Penal	30	Eletiva

	Especial				Especial		
182	Empreendedorismo	30	Eletiva		Empreendedorismo e Inovação	30	Disciplina Ofertada no 10º Período
183	Psicologia Forense	30	Eletiva		Psicologia Forense	30	Eletiva

1. Todas as horas excedentes poderão ser aproveitadas, mediante solicitação do aluno, como atividade curricular complementar (ACC), até o limite da carga horária prevista pelo curso.

2. As horas excedentes que somadas atingirem grupos de 60 horas (por grupo) poderão ser aproveitadas como disciplinas optativas correspondentes a mesma carga horária.

3. As horas excedentes que somadas atingirem grupos de 30 horas (por grupo) poderão ser aproveitadas como disciplinas optativas correspondentes a mesma carga horária.

Legenda:

CH = Carga Horária;

CÓD = Código da disciplina;

OBS = Observação.